

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

A COPA DO (A) CAPITAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Vinícius de Moraes Brasil

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

A COPA DO (A) CAPITAL

por

Vinícius de Moraes Brasil

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, na Linha de Pesquisa Aspectos Socioculturais e Pedagógicos da Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação Física**

Orientadora: Prof^a. Dra Maristela Da Silva Souza

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da
UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Moraes Brasil, Vinicius

A Copa do (a) Capital / Vinicius Moraes Brasil.-2015.

141 p.; 30cm

Orientador: Maristela Silva Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação Física e desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, RS, 2015

1. Megaeventos Esportivos Copa do Mundo Fifa 2014 I.
Silva Souza, Maristela II. Título.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-Graduação em Educação Física

A comissão examinadora,
abaixo assinada aprova a dissertação de mestrado,

A Copa do (a) Capital

elaborada por

Vinicius de Moraes Brasil

como requisito parcial para obtenção do grau de
mestre em Educação Física

Comissão Examinadora

Maristela Silva Souza, Dr^a.

(presidente/orientadora)



Laura Souza Fonseca, Dr^a (UFRGS)



Elizara Carolina Marin, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, 22 de junho de 2015

DEDICATÓRIA

Dedicada aos Professores e Professoras, Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos movimentos sociais e militantes engajados na luta pela superação sociedade capitalista sem a contribuição destes lutadores sociais não seria possível à realização deste trabalho.

“O Brasil que da Copa Pariu”

Patrimônio cultural, parte da cultura corporal,
Caiu no jugo do capital, desde os primórdios,
Pedi alforria, sucumbiu, virou mercadoria,
Competição, individualista, divisionista, racista,
Produto da sociedade capitalista, que usa da televisão,
Para reforçar a alienação, que nos domestica,
A submissão. Aos mais humildes relega-se
Como a única saída, para dar vida ao ardil,
Que sobrevive da exploração do trabalho infantil.
No Brasil, se compreende se acha que entende.
O Jogo é jogado, o resultado manipulado, mas,
Está tudo normal, pois faz parte do jogo do capital.
Seguimos, torcendo, correndo, pra competir,
Pra não fugir das regras do jogo, elaboradas,
Pela rede globo.
Assim o espetáculo amplia seus tentáculos,
De tempo em tempo reforça seu talento na forma
De megaevento. Não me julgo entendido,
Pelo contrário, ofendido, iludido, banido.
Sigo na minha buscando as raízes dessa cultura,
Que surgiu da rua, do coletivo, afetivo,
Subversivo, tendo a consciência que é de lá que ela,
Ir se reinventar, se livrar das amarras da prisão,
Que infelizmente hoje nos remete ao padrão.

V.M.B.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-graduação em Educação Física**

A COPA DO (A) CAPITAL

Vinícius de Moraes Brasil
Maristela da Silva Souza

RESUMO

Este estudo buscou identificar o papel político dos megaeventos esportivos no Brasil a partir do recorte de análise sobre a realização da Copa do Mundo de Futebol 2014 visando compreender os nexos e relações presentes entre esta política governamental e a necessidade de ampliar a subordinação do país ao capital monopolista. Para tanto nos valem do entendimento de que este projeto político de dominação imposto ao Brasil pela burguesia mundial demonstra claros sinais de esgotamento, tendo as jornadas de junho de 2013 sinalizado isto. Portanto investigamos as manifestações populares e seu conteúdo reivindicatório relacionando as demandas do povo brasileiro com as políticas governamentais expressas na realização dos jogos, buscando compreender a continuidade desta luta e seus desdobramentos durante as manifestações populares contra a Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre, organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público.

Palavras-Chave: ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS; MONOPÓLIOS E
MEGAEVENTOS ESPORTIVOS;

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-graduação em Educação Física**

A COPA DO (A) CAPITAL

Vinícius de Moraes Brasil
Maristela da Silva Souza

ABSTRACT

This study aimed to identify the political role of mega sports events in Brazil from the analysis of cropping on the Soccer World Cup in 2014 aiming to understand the links and present relations between this government policy and the need to expand the subordination of the country to the capital monopolist. For this we rely on the understanding that this political project of domination imposed on Brazil by the world bourgeoisie shows clear signs of exhaustion , with the June days of 2013 signaled this. Therefore we investigated the popular manifestations and its set of claims relating the content demands of the Brazilian people with government policies expressed in hosting the games , trying to understand the continuity of this struggle and its development during the popular demonstrations against the FIFA World Cup in Porto Alegre, Fights organized by Block by Public Transport.

Key Words:

LISTA DE SIGLAS

ACM – Associação Cristã de Moços
AFC – Confederação Asiática de Futebol
ASSUFRGS – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ALN – Aliança Nacional Libertadora
ARG – Argentina
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
BRT – Bus Rapid Transit
CAF – Confederação Africana de Futebol
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CEFD/UFSM – Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria
CIERGS – Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul
CONFEF – Conselho Federal de Educação Física
COI – Comitê Olímpico Internacional
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COL – Comitê Olímpico Local
CONCACAF – Confederação de Futebol da América do Norte
CONMEBOL – Confederação Sul Americana de Futebol
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CREF – Conselho Regional de Educação Física
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ELZN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
ESPN – Rede de Programação de Esportes e Entretenimento
ESEF/UFRGS – Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
EUA – Estados Unidos da América
ExNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FIFA – Federação Internacional de Futebol
FA – Football Association
FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador
FMI – Fundo Monetário Internacional
IFAB – International Football Association Board
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
LEEDEF – Linha de Estudos Epistemológicos de Educação Física
LIE – Lei de Incentivo ao Esporte
MEEF – Movimento Estudantil de Educação Física
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MPL – Movimento Passe Livre
OFC – Confederação de Futebol da Oceania
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAN – Jogos Pan-americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil

PIS – Programa Integração Social
PGE/RS – Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
SESGE – Secretaria Estadual de Segurança para Grandes Eventos
UEFA – Federação Europeia de Futebol
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CAPITAL MONOPOLISTA E A MERCADORIZAÇÃO DO ESPORTE	25
2.1 Dos monopólios ao capital-imperialismo.....	25
2.2 A crise estrutural e os megaeventos esportivos	30
2.3 FIFA e o monopólio do futebol mundial.....	37
2.3.1 A Copa na Alemanha em 2006.....	42
2.3.2 A Copa na África 2010	43
2.3.3 A Copa no Brasil 2014	45
2.4 Futebol em tempos de Copa do Mundo no Brasil: abrem-se as cortinas do grande espetáculo capitalista.....	47
3 A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	57
3.1 Governo Lula/Dilma/PT e a política de conciliação de classes.....	57
3.2 A política esportiva e a década de ouro do esporte brasileiro	63
3.3 Legados e desenvolvimento: para qual lado?.....	71
3.4 A copa dos ricos e as cidades negócios	77
3.4.1 OAS.....	79
3.4.2 CAMARGO CORREA	80
3.4.3 ANDRADE GUTIERREZ.....	81
3.4.4 ODEBRECHT	81
3.4.5 As empreiteiras ganham e o povo?.....	82
4 AS JORNADAS DE JUNHO E A LUTA CONTRA A COPA	91
4.1 As jornadas de junho de 2013: Como chegamos? E para onde vamos?.....	91
4.2 O que disseram as manifestações de junho de 2013.....	95
4.3 Não vai ter copa x Vai ter copa: Uma polêmica maior que a palavra de ordem	100
5 A COPA DE 2014 E UMA NAÇÃO DE JOELHOS: O CASO DE PORTO ALEGRE	107
5.1 Os conflitos urbanos durante a Copa de 2014 na cidade de Porto Alegre	107
5.1.1 Ato 30J “COPA SEM POVO, ESTAMOS NA RUA DE NOVO”.....	123

5.2 A copa de 2014 e seus aliados estratégicos	128
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
7 REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

Para elaborarmos este estudo dissertativo tomamos como referência o atual período histórico vivenciado pelo capitalismo, principalmente após os anos de 2007 e 2008, em que a eclosão da crise econômica mundial alavancou inúmeros processos de luta mundialmente, comprovando que a luta de classes está não só em pé, mas se fortalecendo a cada novo ciclo de lutas sociais.

Existiu e existe uma rota internacional dos conflitos sociais que percorrem desde o centro à periferia do capitalismo contemporâneo, demonstrando que a crise atual não é somente reservada a algumas economias do globo, mas de caráter permanente, contínua, universal e estrutural, conforme nos apresenta Mézáros (2011).

Os grandes enfrentamentos entre a classe trabalhadora e as forças da repressão burguesa, agenciadas e financiadas pelos Estados, têm demonstrado de qual lado estão os governantes que hoje têm se engajado na construção do estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital.

Como bem ensinou Lênin (2010) em “O Imperialismo a fase superior do capitalismo”, a concentração de capital cada vez maior produz, a cada dia mais, os grandes monopólios por um lado, e, por outro, gera uma massa de excluídos, desprovidos de quaisquer meios de produção e, tendo como única alternativa para a sobrevivência a venda da sua força de trabalho, que como uma mercadoria precisa ser consumida para ter sua realização no sistema capitalista.

A reconfiguração do mundo do trabalho orquestrada ainda nos anos sessenta e setenta do século passado impõe sua condição de recompor as taxas de lucro, ampliar as bases de exploração do capitalismo, subordinar novos mercados, países e povos à lógica do capital (ANTUNES, 2010).

No entanto, esse avanço do capitalismo não se dá sem a construção de uma nova roupagem ao velho sistema produtor de mercadorias, e busca criar, tanto no plano político-ideológico como econômico-social, medidas que de algum modo justifiquem o modelo de sociedade vigente, e se algo está ruim, é por que o povo exige demais, ou por que não tem competência suficiente para angariar um emprego digno.

Essa breve análise de fundo nos dá condições de propor a pesquisa que construímos a partir da análise do esporte contemporâneo sob a ótica dos megaeventos esportivos no Brasil, nosso objeto de estudo, localizado dentro de uma conjuntura bastante delicada como vimos, mas que faz emergir das suas próprias contradições os pontos de ruptura com a ordem atual.

Essa pesquisa vincula-se, portanto, à análise da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, em específico, a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, de que uma das cidades-sede foi Porto Alegre/RS, no ano de 2014. Para realização desta dissertação tomamos como referência estudos relacionados ao esporte moderno dentro de diversos recortes, entre eles, a sociologia do esporte, e a relação deste fenômeno com as relações sociais estabelecidas nos marcos da sociedade capitalista. Portanto, parte-se do princípio e do método científico ao estabelecer nexos e relações entre os diversos fenômenos que se apresentam na realidade. Entretanto, não é a realidade tal como se apresenta, mas a superação de sua aparência imediatamente constatável (MARX; ENGELS, 1982).

O motivo principal desta dissertação relaciona-se diretamente com nossa inserção na militância organizada, desde a construção do movimento estudantil no âmbito universitário, até nossa militância agora nos movimentos sociais fora do ambiente estudantil. Também de nossa experiência enquanto praticante do esporte amador desde a infância. É desta práxis que surge nosso projeto de pesquisa, o qual visa relacionar a realização dos megaeventos esportivos no Brasil e as lutas sociais que ocorrem no país, principalmente a partir das chamadas jornadas de junho de 2013, as quais podem ser a abertura de um novo ciclo na dinâmica da luta social brasileira (MATTOS, 2014), além de um questionamento profundo ao projeto político governamental que dirige o país desde o início da última década do século XX.

O esporte fez parte de nossa formação anteriormente aos bancos universitários, inclusive sendo este um dos elementos principais para escolha do curso de Educação Física. Na academia, o caminho esportivo fortemente impregnado em nossos currículos de formação de professores nos conduzia em vários momentos à reprodução mecânica de um modelo hegemônico do esporte. É com a experiência da militância organizada no movimento estudantil de educação física (MEEF) que tomo contato com a análise crítica deste fenômeno. Com o interesse pela temática e o entendimento de que existe a necessidade de compreendermos o fenômeno esportivo e o seu papel político na sociedade é que busquei desde os primeiros semestres uma aproximação ao estudo científico do tema, para além do senso comum, visto estar presente no cotidiano, na vida comum das pessoas. Nossa inserção

na Linha de Estudos Epistemológicos e Didáticos da Educação Física (LEEDEF) fortaleceram nossos vínculos com a leitura das vertentes mais críticas da área, dentre as quais a que defende a Educação Física enquanto uma prática pedagógica que trata dos elementos da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 2005).

Quando estudante do curso de Bacharelado em Educação Física, vivenciava, ao longo do currículo do curso, o contato com a concepção hegemônica de Educação Física ligada ao aprimoramento físico do corpo, e a necessidade de tomarmos o movimento humano como objeto de estudo e finalidade de nossa intervenção pedagógica. A militância organizada e a atuação no diretório acadêmico nos possibilitaram discutir no cotidiano da graduação questões muito mais amplas que meramente os trabalhos das disciplinas do curso. A inserção na disputa dos rumos de nossa formação através da campanha *Educação Física é uma Só, Formação Unificada Já!*, organizada pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF), possibilitou o contato direto com os anseios dos estudantes por transformação, e demonstrou também as barreiras concretas da universidade que impedem de colocá-la a serviço dos trabalhadores e das pesquisas vinculadas ao conhecimento socialmente útil. O acúmulo do movimento estudantil na educação física relativo ao tema do esporte e dos megaeventos esportivos também passou a orientar nossa perspectiva (EXNEEF, 1996; 2011).

É dessa luta que formamos nossa compreensão de Educação Física e nos vinculamos a uma determinada concepção da área que está diretamente ligada à luta social em prol da construção de uma nova sociedade e um novo homem. De 2006, quando do ingresso na graduação, até hoje, na finalização do mestrado, muitos fatos, acontecimentos, aprendizados, idas e vindas. O movimento estudantil, o grupo de pesquisa e nossa experiência no campo do esporte têm relação direta na formação pessoal, enquanto pesquisador.

Nesta dissertação partimos de um acúmulo ainda pouco teorizado sobre o fenômeno esportivo, mas que remonta há alguns anos de trabalho com a temática do esporte em diversos encontros e espaços da militância, o que tem nos validado um importante conhecimento, tanto no que diz respeito ao entendimento do fenômeno estudado, como de sua utilização enquanto uma ferramenta de aprendizado atualmente no cotidiano de nosso trabalho pedagógico enquanto professor da rede pública estadual do RS.

Ao terminar a graduação em 2013 em conjunto com a especialização, o duro caminho de afastar-se da condição de estudante e assumir o papel de trabalhador. Isto despertou uma visão mais apurada da realidade. Enxergamos os problemas que afligiam o ambiente acadêmico desdobrando-se de diferentes formas na vida – externa aos muros da universidade. O cotidiano das ruas da cidade apresenta um leque de problemas que se não entendermos

dentro de uma totalidade acabamos por nos tornarmos bombeiros das causas justas, apagadores de incêndio, nos diluindo assim na realidade caótica que vivemos.

Parte daqui a segunda engrenagem da nossa pesquisa. Das chamadas jornadas de junho de 2013 para cá, vimos nos dedicando à construção de um movimento social, o qual tivesse um forte vínculo com os setores mais precarizados da classe trabalhadora, aqueles mesmos que sobrevivem do trabalho informal, do setor de serviços, e que num dia estão empregados e noutro desempregado (FRIGOTO, 2010).

Foi nos espaços públicos que encontramos estes trabalhadores, e percebemos que os mesmos interagem coletivamente nestes espaços, reivindicam e utilizam estes lugares como se fosse o quintal de suas casas, já que estes geralmente não o possuem. É nestes espaços que a vida tem sentido coletivo, que se acessa um pouco de esporte para além da televisão e que, na diferença, se constrói a unidade daqueles que não estudam juntos, não trabalham juntos, mas pertencem juntos à mesma classe e se unificam por isso.

Os 20 anos de investida neoliberal no país têm sido brutais com a classe trabalhadora brasileira. A crescente retirada de direitos sociais é vista com desespero pelas pessoas que dependem deles para a sua sobrevivência. O problema do transporte público, um dos fatores que desencadeou as jornadas de junho, não é somente o problema do preço das tarifas de transporte, mas sim, o problema da saúde, da educação, das praças e parques públicos das cidades, é um problema de concepção de mundo, de entendimento do nosso papel na sociedade, afinal somos tão jovens e ao mesmo tempo tão velhos, pois não conseguimos imaginar nada muito além do que nos é imposto, nem mesmo outro mundo possível e por isso as décadas se passam e os tempos se acirram.

O esporte faz parte sim da vida dos trabalhadores e, o futebol é que desperta maior paixão. Paixão que no cotidiano do trabalho duro, da luta pela sobrevivência se torna alienação, contemplação, fuga, alívio e tensão. Nas praças e parques o esporte de rua e os jogos populares questionam o esporte da televisão, o Basquete, o Skate, o BMX, o jogo de taco, o jogo de bolita, a amarelinha, o pique esconde, o pega-pega ainda são visíveis em raras localidades. Privilégio, infelizmente, daqueles que, assim, coletivizam sua vida e têm o auxílio do esporte e do jogo para isso.

No entanto, os espaços públicos são muito mais do que locais de prática esportiva, são locais onde nos identificamos enquanto seres que compõem uma sociedade que possui uma determinada função, por mais indigna que seja. É dessa coletivização que falamos do doutor ao catador, da unidade no diverso. A classe dominante visa a todo o momento nos

individualizar, nos retirar direitos, nos privar da vida, ela somente nos permite uma coletivização subordinada ao seu individualismo.

A ocupação e defesa dos espaços públicos passam assim a fazer sentido, e de 2013 até hoje, parece que a juventude despertou mais para isso. Isso é positivo, pois nunca é tarde para se engajar na luta pelos seus direitos. A luta é difusa, desorganizada e sem projeto, mas importante é que é luta, e, se é luta, tem dois lados. Nós optamos por entrar nesta disputa através da construção de movimentos que disseminem a cultura de resistência, ou seja, aquela ligada principalmente à cultura de rua, entre elas, a cultura *hip hop*, que identifica cinco elementos: o grafite, a rima/rap, o break, o DJ e o conhecimento.

O *rap* tem sido um dos principais canais de diálogo da juventude com a sociedade. É a partir das rimas que vários jovens trabalhadores tem conseguido se expressar, demonstrar seu descontentamento com o sistema vigente, formar e dar sua opinião, se sentindo, assim, não somente parte do problema como são identificados pelo sistema, mas como alternativa ao que está posto.

Mas o que os megaeventos esportivos têm a ver com isso? Boa pergunta! Pois na nossa área ela tem pelo menos duas respostas! A primeira diz que os megaeventos melhorariam o esporte de base, incentivariam a prática esportiva, nos trariam desenvolvimento, emprego e renda, deixariam legados para os trabalhadores. A segunda, na qual me enquadro, diz o oposto, os megaeventos acelerariam o processo de mercadorização do esporte, não nos deixariam legados, mas sim “negados” – negados de acessar sequer o esporte, pois o que se vê hoje, passado alguns meses do grande espetáculo esportivo mundial é um distanciamento maior da população do esporte, a elitização dos estádios, das praças e dos parques, cada vez mais sucateados, as escolas com pouco ou nada de materiais para as aulas de Educação Física, quando ainda possuem espaço adequado (as raras exceções).

É dessa divisão que falamos, quando dissemos luta de classes, e quando dizemos isso não é somente para a nossa profissão, mas sim para tudo aquilo que está ao nosso redor. Não existem para nós duas interpretações do mesmo fenômeno, existe sim uma que é real e concreta, e é essa que buscamos estudar cientificamente.

Nosso estudo, parte, portanto, não de uma visão de esporte salvacionista, mas de uma análise crítica desse fenômeno que alimenta uma poderosa indústria esportiva, e, além disso, corrobora para o crescente processo de alienação da classe trabalhadora.

O esporte moderno faz-se assim a menina dos olhos da indústria mundial e a necessidade da sua expansão pelos mais diversos territórios é feita sobre o pretexto da promoção da paz e a integração dos povos, como apregoam suas entidades máximas, discurso

bastante disseminado pela grande mídia e incorporado ao senso comum. (MATIELLO, CAPELA, BREILH, 2010).

Entende-se que o esporte enquanto um elemento da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 2005) hoje está sob o domínio da lógica capitalista, que transforma tudo em mercadoria, e os megaeventos esportivos correspondem à sua expressão mais avançada sob a lógica do capital.

Desnadam-se, assim, algumas das contradições inerentes aos megaeventos esportivos que caminham na contramão das palavras dos governantes e da grande mídia, que afirmavam em campanha para a vinda da Copa e das Olimpíadas ao Brasil que esses eventos iriam melhorar os serviços públicos e garantir a inclusão social¹. O próprio ex-ministro dos esportes Orlando Silva também lembrou em campanha para a vinda dos jogos ao Brasil que esses eventos iriam trazer mais desenvolvimento, emprego e renda ao país².

O contraponto a essas afirmações ficou nítido no dia 15 de Junho de 2013, data da cerimônia de abertura da Copa das Confederações de Futebol no Brasil, em que as vaias destinadas à presidenta do Brasil, Dilma Roussef/PT e ao presidente da FIFA, Josef Blatter, deram o recado de que o povo brasileiro não reconhece o *fair play* da FIFA e do governo. Esse dia também foi marcado por uma grande manifestação fora do estádio Mané Garrincha, em Brasília, a qual foi brutalmente reprimida, e teve como resposta inúmeras mobilizações nas demais cidades-sedes, tendo confrontos durante os jogos nos estádios Maracanã (RJ), Mineirão (MG), Castelão (CE) e Fonte Nova (BA), dando corpo às “Jornadas de Junho”.

Da concepção do esporte enquanto um elemento da cultura corporal apropriado pela lógica do capital à interpretação e defesa do fenômeno esportivo por parte dos governantes existe uma lacuna muito vasta, em que as políticas governamentais apropriam-se do esporte enquanto um elemento de propaganda e legitimação dos exorbitantes gastos públicos com um modelo esportivo que atende exclusivamente os anseios e necessidades de expansão do modo de produção capitalista.

Decorre desse entendimento a formulação de nosso objetivo geral, qual seja, *analisar o papel que os megaeventos esportivos, particularmente a Copa do Mundo de Futebol de 2014*

¹ Entrevista vinculada no sítio: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-06/copa-do-mundo-deve-gerar-700-mil-empregos-no-pais>

² Entrevista vinculada no sítio: http://www.abdib.org.br/index/conjuntura_infraestrutura_materia.cfm?id_edicao=6&id_secao=1&id_chapeu=2&id_materia=1 acessada no dia 15/03/14. Orlando Silva/PC do B foi afastado do cargo de ministro do esporte em 2011 em virtude de denúncias de corrupção no ministério do esporte.

no Brasil, cumpriram para ampliar a subordinação do país ao capital monopolista, e no apaziguamento da luta social que se abriu em junho de 2013.

Compreendemos que para construir essa análise é necessário visualizar o papel político dos megaeventos esportivos tanto no que diz respeito à política governamental traçada pelos governos Lula/Dilma/PT (2002-2014), quanto das próprias manifestações populares que ganharam força nos meses de junho e julho de 2013.

Elencamos assim os objetivos específicos:

– Identificar e relacionar o papel desta política esportiva com as jornadas de junho de 2013.

- Verificar o papel político dos megaeventos esportivos e sua relação com a política governamental dos governos Lula e Dilma/PT (2002-2014).

– avançar na produção do conhecimento da Educação Física no que diz respeito ao papel político do esporte moderno.

No Brasil, os megaeventos esportivos como estamos vendo têm promovido uma série de mudanças na geografia urbana das cidades-sedes. Milhares de pessoas estão sendo removidas de suas casas – cerca de 250 mil famílias, segundo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013) – acirrando o conflito urbano a partir da lógica do esporte espetáculo, que teve como resposta das ruas, em junho de 2013, a palavra-de-ordem e o movimento “Não Vai Ter Copa!”.

Nesse sentido, acreditamos haver uma forte relação entre a realização dos megaeventos esportivos no país com a continuidade da retirada dos direitos sociais, ampliando o antagonismo entre capital e trabalho, necessitando articular a política governamental esportiva aos ditames da política mundial de dominação burguesa.

A partir dessa breve reflexão definimos as seguintes problemáticas de estudo. *De que modo o movimento do capital se beneficia com a realização dos megaeventos esportivos, no Brasil?* Como questões norteadoras desta problemática, também surgem as seguintes indagações: *Qual é a política do governo Lula/Dilma/PT para a realização dos megaeventos esportivos no Brasil? O que representa a reposta das ruas, expressas através das manifestações, sobre a copa do mundo 2014 no Brasil?*

A fim de buscar respostas para as questões a que nos dedicamos analisar, compreendemos que a teoria que oferece os instrumentos de pensamento capaz de apreender as múltiplas determinações da realidade é o materialismo histórico dialético, que é antes de tudo, uma postura, uma concepção de realidade, de mundo e de vida (FRIGOTTO, 2010).

É Marx e Engels que irão desenvolver os instrumentos capazes de superar o pensamento idealista fortemente ligado à filosofia clássica alemã, principalmente aos estudos de Hegel e Kant.

Triviños (2009 p. 49-56) aponta que o marxismo constitui-se de três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e nos possibilita o entendimento da transformação da matéria, como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores. O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da sociedade. A economia política é o motor da sociedade de classes, determinante nas relações que os homens estabelecem entre si. Sendo a realidade objetiva que forja a consciência humana, ou seja, a realidade existe independente da consciência (MARX, 1982).

Para Marx e Engels (2008) é na prática que o homem deve demonstrar a veracidade do seu pensamento; a discussão sobre a realidade do pensamento isolada de seu caráter prático é um problema puramente escolástico, próprio dos filósofos que se propõem a contemplar a realidade sem transformá-la.

Por isso é necessário que possamos estabelecer categorias analíticas que nos propiciem a veracidade praxica de nosso conhecimento, pois a prática se constitui como o critério da verdade. Para Kopinin (1978) o pensamento não separa seu agente (sujeito) da fonte objetiva (a natureza), sendo que a existência do objeto no pensamento depende do sujeito, da posição do homem na sociedade, de sua visão de mundo, sua inserção na realidade como pertencente a uma classe social.

Destacamos que utilizamos tal referencial teórico por entendermos que o método materialismo dialético constitui-se em uma importante ferramenta teórica para o desenvolvimento de pesquisas, capaz de possibilitar o alcance de respostas concretas, partindo da realidade objetiva e permitindo a análise da totalidade das relações, ou seja, entre o geral e o singular no fenômeno particular estudado (CHEPTULIN, 1982). O mesmo elucida a permanente tensão que acreditamos existir entre classes, compreensão essa necessária para analisarmos criticamente o contexto atual, pois como já mencionava Marx e Engels (2008, p. 45), “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes”.

Nosso referencial apoia-se também em categorias da própria base filosófica do Materialismo Histórico Dialético.

Portanto, as categorias gerais do materialismo histórico dialético que se apresentam como totalidade, práxis, historicidade, contradição e mediação atendem aos princípios

presentes no processo de conhecimento que ocorre durante a relação sujeito-objeto e é nessas categorias que nossa pesquisa irá apoiar-se.

Para Kuenzer (1998), a pesquisa deverá apoiar-se em outro tipo de categoria que não só as da base filosófica do materialismo histórico dialético, mas também as categorias de conteúdo. Estas se apresentam enquanto recortes particulares definidos a partir do objeto e da finalidade da investigação. Em síntese, a autora afirma que a metodologia se define através da expressão das leis universais (categorias metodológicas) e a sua aplicação ao particular (as categorias de conteúdo).

Entendemos que a singularidade da realização da copa de 2014 no Brasil se insere no particular dos megaeventos esportivos e das políticas governamentais e no contexto geral do movimento do capital. É nessa relação entre o singular, o particular e o geral, que buscaremos demonstrar, para além do aparente, os determinantes e as contradições que se apresentam no processo de realização da copa de 2014 no Brasil.

Para tanto, o papel das categorias de conteúdo tornam-se essenciais para estabelecermos a materialidade do movimento que se forma na base real do antagonismo entre capital e trabalho.

Nesse sentido, no movimento do universal ao singular iremos relacionar as particularidades da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, em específico a Copa do Mundo de Futebol 2014, com as atuais políticas governamentais que ampliam a retirada dos direitos sociais, privilegiando o movimento do capital.

Abordaremos nesse processo de entendimento que vai do aparente à essência as seguintes categorias de conteúdo, que se subordinam ao plano geral (capital monopolista e lógica destrutiva), no plano particular (megaeventos esportivos e políticas governamentais – Lula/Dilma/PT) e no plano singular (manifestações populares e Copa do Mundo de Futebol 2014) em que objetivamos analisar os fatores interdependentes que existem entre elas.

Os procedimentos metodológicos de análise da nossa pesquisa se dão a partir do estudo de caso, ou seja, as manifestações no período de realização da Copa do Mundo de 2014 na cidade de Porto Alegre (RS), e por meio da observação participante, constituindo-se aí o campo da pesquisa.

Na pesquisa de campo tomei como referência a cidade de Porto Alegre no período de realização da Copa de 2014 (entre os dias 12 de Junho e 13 de Julho), a fim de acompanhar o dia a dia da realização da Copa em uma das cidades-sede. Nesse processo verifiquei a resposta das ruas, a partir das manifestações populares durante o período da Copa, do diálogo

com os moradores removidos, da visita aos locais diretamente atingidos pelas obras da Copa e da luta que se organizou para fazer o enfrentamento aos megaeventos esportivos no Brasil.

A fim de atingir esse propósito elaboramos um diário de campo que serviu como um banco de dados e reflexões acerca da realização da Copa de 2014 na cidade de Porto Alegre.

Entre os dias 15 e 22 de maio de 2014 organizamos a estrutura da pesquisa de campo que executamos no período de realização da copa de 2014 em Porto Alegre. Essa etapa também se constituiu como parte da pesquisa, pois desde o dia 15 de maio participamos de atividades relativas aos desdobramentos da realização da Copa 2014. Nessa primeira etapa da pesquisa, participei das assembleias do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, frente de unidade de diversas organizações e militantes políticos da cidade que organizam várias manifestações, principalmente a partir das jornadas de junho de 2013.

O Bloco de Lutas Pelo Transporte Público é uma frente de unidade das organizações, lutadores e lutadoras que se reúnem desde o ano de 2012 em torno da pauta do transporte público na cidade de Porto Alegre. Teve sua maior expressão durante as Jornadas de Junho, tendo diversos de seus reconhecidos militantes perseguidos e criminalizados pela repressão³.

Na segunda etapa, que ocorreu entre os dias 12 de junho a 3 de julho de 2014 participamos de diversas manifestações de rua, mesas de debates, apresentações culturais, que tinham como temática a contrariedade à realização da copa do mundo no Brasil. No total, entre atos públicos, panfletagens, assembleias, palestras, visitas e debates foram doze atividades relativas à Copa do Mundo de 2014, sendo que a descrição, a interpretação e o registro das atividades, assim como as conclusões preliminares constam no diário de campo.

Nesses dois anos de pesquisa, também organizamos um dossiê de 357 páginas com notícias referentes aos megaeventos esportivos de diversas mídias. As reportagens foram selecionadas a partir de sítios da *internet* desde o dia 28 de julho de 2012 até o dia 19 de julho de 2014.

A organização da dissertação está subdividida em cinco capítulos. No primeiro, com o título: “O capital monopolista e a mercadorização do esporte” estabelecemos a relação entre o atual estágio do capitalismo com o desenvolvimento do fenômeno esportivo, de modo que possamos a fim de identificar os agentes políticos que sustentam e subordina o esporte moderno a lógica do capital. Os desdobramentos dessa política em relação à reconfiguração

³ O bloco de lutas POA divulga suas ações na página: <https://pt-br.facebook.com/BlocoDeLutasPeloTransportePublico>

do espaço urbano, a qual reforça a exclusão social via remoções de comunidades inteiras, principalmente em zonas de alta valorização imobiliária.

No capítulo II “A copa do mundo FIFA 2014 no Brasil e as políticas governamentais” entramos na particularidade dos Megaeventos esportivos no Brasil, retomando o discurso apresentado pelos governantes para convencer a opinião pública destes projetos, fazendo uma crítica a esta política governamental, demonstrando a “nova roupagem” da alienação através do esporte, questão tão discutida na EF nos anos 80.

Para isto analisaremos a política do governo Lula/Dilma/PT para o esporte buscando identificar seus aliados estratégicos seus reais objetivos com a construção deste projeto político. Identificaremos a política esportiva e de que forma ela se relaciona com os trabalhadores que são os principais financiadores dos grandes eventos.

No capítulo III – “As Jornadas de Junho de 2013 e a Luta Contra a Copa” abordaremos as manifestações a partir da sua relação com a dinâmica da luta de classes no Brasil, buscando levantar elementos de continuidade e novidades históricas presente nos protestos de massa no país. Também verificaremos a continuidade das manifestações durante o ano de 2014 e seu consequente enquadramento a ordem.

No capítulo IV – “A copa de 2014 e uma nação de joelhos: O caso de Porto Alegre” ressaltamos a singularidade da realização destes eventos no Brasil confrontaremos seus determinantes gerais com as vozes que ecoam das ruas, buscando analisar a resposta do povo brasileiro a copa de 2014, seus desdobramentos no cotidiano dos trabalhadores que sofrem com esta política.

Para isto observaremos as movimentações durante o período da copa de 2014 na cidade de POA buscando entender de que modo esta política subordina o estado brasileiro ao grande capital e mantêm a população refém de governos que agem contra seus interesses e reivindicações imediatas.

Este capítulo representa a base real de nossa pesquisa, pois busca analisar os desdobramentos da Copa de 2014 para com as reivindicações da classe trabalhadora brasileira. Deste modo, buscaremos identificar os eixos centrais das bandeiras de luta dos trabalhadores em relação aos megaeventos.

2 O CAPITAL MONOPOLISTA E A MERCADORIZAÇÃO DO ESPORTE

2.1 Dos monopólios ao capital-imperialismo

Faz-se necessário compreendermos o estágio atual do capitalismo para dar uma sustentação teórica a nossa pesquisa, de forma que, possamos chegar aos objetivos traçados neste estudo, a saber, a relação entre os megaeventos esportivos e o papel que cumpriram na subordinação do Brasil ao capital monopolista.

Para nos aproximarmos deste debate retomaremos a análise da formação dos monopólios contida no livro *Imperialismo a Fase Superior do Capitalismo*, de autoria de Lênin (2010), um dos principais dirigentes da Revolução Russa 1917. Escrita no ano de 1916, a obra buscou a essência econômica do imperialismo.

Lenin (p.17, 2010) apresenta no primeiro capítulo a concentração da produção e a formação dos monopólios. As quais foram possibilitadas pelo enorme incremento da indústria e o processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores, sendo estas características particulares do desenvolvimento capitalista naquela época.

As grandes indústrias passaram a concentrar diversos ramos da produção global das nações mais desenvolvidas, principalmente nos 40 anos finais do século XIX e início do século XX. Tal concentração se deu de forma muito mais intensa em relação à concentração dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, tendo às máquinas aumentado a produtividade das empresas sem aumentar a força de trabalho necessária para a produção. (LENIN, 2010).

Para exemplificar o autor traz dados da concentração da produção na Alemanha e nos EUA:

Em 1907 havia na Alemanha 586 estabelecimentos com 1000 operários ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase a décima parte (1.380.000) do número total de operários e quase um terço (32%) do total de energia elétrica e a vapor.

Nos EUA em 1904, havia 1.900 grandes empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1.400.000 operários, (num total de 5.500.000), ou seja, 25,6%), e o valor da produção ascendia a 5,6 bilhões (em 14,8 bilhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6.600.000, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (em 20,7 bilhões, isto é, 43,8%). (Lenin, p.18, 2010).

A cada ano que passava a produção das grandes empresas aumentava em relação à produção total. Concentrando cada vez mais diversos ramos da economia. Permitindo, a combinação, elemento importante da formação do monopólio, que reuniu diferentes segmentos da indústria em uma só empresa. A livre concorrência entre capitalistas individuais aos poucos ia perdendo espaço. Chegando assim a um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo em que a concentração conduz diretamente ao monopólio. Lenin caracteriza a transformação da concorrência ao monopólio como um dos elementos mais importantes da economia do capitalismo neste período.

Lenin apoia-se na formulação de Hilferding para destacar a importância da combinação na formação dos monopólios:

A combinação nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar conduz a eliminação do comércio, em terceiro lugar permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com empresas simples (não combinadas). Em quarto lugar fortalece a posição da empresa combinada em relação a simples, reforça-a na luta de concorrência durante fortes depressões. (LENIN, p. 19).

O estágio de desenvolvimento capitalista conta agora com uma lei geral em que o aparecimento do monopólio se dá devido à concentração da produção.

Outro elemento importante para o surgimento dos monopólios é a formação dos cartéis. Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos e pagamentos etc. estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc. Nas mãos dos cartéis e trustes concentram-se frequentemente sete ou oito décimas parte de toda a produção de um determinado ramo industrial. (LENIN, p. 23).

De acordo com Lenin a história dos monopólios se resume da seguinte forma:

- 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis;
- 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro;
- 3) Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, p. 23, 2010).

O capitalismo e as crises deram curso a essa relação econômica que a cada *crash* da economia acentuava a tendência à concentração da produção, aumentando a fusão entre capitais que se desenvolveram sobre uma forte relação do capital industrial com o capital bancário, por meio dos Cartéis e Trustes.

Os bancos cumprem um papel fundamental na constituição do capital monopolista. Inicialmente as operações bancárias se restringiam a intermediar pagamentos, convertendo capital inativo em capital ativo, ou seja, capital que rende lucro. Ao passar dos anos amplia-se a relação com o capital industrial, convertendo os bancos em monopólios, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões. Comandam assim boa parte dos meios de produção e das matérias primas de diversos países. (LENIN, 2010).

Vejamos nas palavras de Lenin esse papel dos bancos na conversão da economia capitalista em capitalismo imperialista:

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio de suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente em grandes proporções. (LENIN, p. 35, 2010).

De forma breve situamos a constituição do capitalismo em imperialismo em que a formação dos monopólios se constitui como elemento fundamental dessa mudança de qualidade do sistema. Nessa relação os bancos também se veem obrigados a fixar seus capitais na indústria através do capital bancário sob a forma dinheiro, e neste processo se transforma capital industrial formando o capital financeiro. *O capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam.* Os monopólios acabam

por conduzir a constituição de uma oligarquia financeira que dirige bilhões constituindo a maior parte dos capitais e rendimentos em dinheiro em todo o país. (LENIN, 2010).

O avanço dessa forma de produção necessita cada vez mais expropriar os trabalhadores, retirar-lhes da terra, arrancar seus direitos mais básicos, formando uma massa de trabalhadores desprovidos de quaisquer direitos e passíveis de serem utilizados como mão de obra barata. Nos anos posteriores ao falecimento de Lenin o capitalismo aprofundou a relação que descreveu, deu nova dinâmica aos monopólios que desenvolveram muito mais rapidamente a economia capitalista, expropriando os trabalhadores e garantindo enormes taxas de lucro e um número cada vez menor de capitalistas que atualmente pousam no ranking dos bilionários na revista Forbes

Para Fontes (2009) as bases sociais do imperialismo contemporâneo em que o capital, enquanto uma relação social se baseia está na formação de trabalhadores livres desprovidos de direitos, para tornar possível a extração de sobretrabalho sob a forma de mais-valor. Relação social que somente pode desenvolver-se com o aval de um Estado, que se modifica e se amplia historicamente para assegurar sua perpetuação.

A autora revela a união íntima entre capital bancário e industrial, a qual, sobretudo a partir da década de 1960, implanta-se sob o predomínio do capital portador de juros, isto é, da concentração máxima de capitais, na qual o conjunto dos recursos sociais tende a ser centralizado, nas mãos de grandes proprietários que, para valorizá-los, impulsionam as atividades funcionantes do capital (a extração da mais-valia) em todas as direções (FONTES, p. 63, 2009).

Observa-se que o desenvolvimento dos monopólios atualmente possuem especificidades que na época em que Lenin estudou a formação destes ainda não estavam totalmente desenvolvidas. Fontes (2009) dá uma descrição possível para o período atual que pode ser chamado de capital-imperialismo monopolista megaconcentrado, transnacionalizado sob a direção do capital portador de juros ou monetário.

Essa caracterização nos ajuda a entender a forma de atuação dos monopólios que dominam hoje a cultura esportiva do futebol a partir de uma relação conjunta entre indústrias, bancos, entidades representativas do esporte mundial e governos. . A atuação da indústria da construção civil explorada nos próximos capítulos revela as práticas de cartel, o financiamento das obras por meio de bancos estatais e privados, e a legislação específica criada para o período da realização dos jogos no Brasil garantem a atuação dos monopólios que para atuar precisam ter garantias das suas taxas de lucro.

Conforme já apontamos na introdução nos situamos no período atual dentro do entendimento de que hoje se desdobra a crise estrutural do capital, em que as crises conjunturais do sistema capitalista somam-se a crise permanente deste modo de produção, todas as esferas da vida humana passam a integrar-se a partir da lógica destrutiva de produção. Fontes (2009) interpreta a crise estrutural como uma virada qualitativa na qual a expansão capitalista passa a configurar-se como crescentemente destrutiva, aniquilando sua potencialidade de “destruição criativa”, tornando apenas destruição destrutiva.

Diante desta crise o Estado assume um papel ainda mais crucial, pois precisa estimular econômica, política e culturalmente a concorrência entre os trabalhadores. O uso da violência torna-se mais necessário fortalecendo o papel repressivo do estado diante da etapa imperialista. As guerras tornam-se saídas para conquistar territórios e garimpar matérias primas para alimentar os monopólios. (FONTES, p. 67, 2009).

Os estados dismantalam o que sobrou do estado de bem-estar social, atacam as legislações trabalhistas, avançam na retirada dos direitos sociais, desprovendo a força de trabalho de uma legislação jurídica que lhes garanta tais direitos. Acaba com as barreiras alfandegárias para que a internacionalização das forças produtivas sobre o domínio dos monopólios angariem mais territórios em busca de novos caminhos para a expansão do capital.

No caso brasileiro:

Os procedimentos de fragilização contratual foram intensamente implementados – quase como formas exploratórias – pelo próprio estado, através das chamadas “demissões voluntárias”, pela “preparação” de empresas para a privatização, pelos intensos estímulos à introdução de formas gerenciais no setor público e, finalmente, pela generalização de subcontratações, de bolsas de trabalho e similares. (FONTES, p. 68, 2009).

O estado se configura como mais um braço da formação dos monopólios e da expansão imperialista. Reforçando o seu papel de dominação de classe. Em que só aparece e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. (LENIN, p. 25, 2007)

Para Marx:

O estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores cuja derrocada elas aspiram. (LENIN, p. 25-26, 2007).

Diante destes apontamentos aprofundaremos agora a análise da atual dinâmica capitalista frente à crise estrutural do capital. Estes elementos que tratamos de forma breve nos dão subsídios teóricos para buscar um entendimento mais aprofundado sobre a política do atual governo em relação aos megaeventos esportivos no Brasil. Nos capítulos seguintes analisaremos estas políticas e a relação das mesmas no processo de disseminação dos preceitos imperialistas e a necessidade de contenção dos trabalhadores que se colocam nas ruas contrários ao avanço da lógica destrutiva do capitalismo.

2.2 A crise estrutural e os megaeventos esportivos

As crescentes manifestações populares no cenário mundial nos prenunciam a abertura de novos tempos para a luta de classes internacionalmente. Após os desastrosos efeitos da crise econômica que se abateu sobre o coração do capitalismo nos anos de 2007 e 2008, mais uma vez se reafirma a necessidade de superação deste modo de produção. Os enfrentamentos espetaculares entre a classe trabalhadora e os agentes da repressão burguesa, tomaram as ruas do Egito em 2011 e do Brasil em 2013, várias cidades, vários países colocaram seus governos e patrões contra a parede. Para ampliarmos o entendimento deste rico processo que vivenciamos é necessário aprofundar nosso debate, dentro de um olhar mais apurado sobre a dinâmica da sociedade capitalista. Neste sentido, achamos importante atentarmos para o debate colocado por István Mészáros sobre a crise estrutural do capital.

Para discorrermos sobre a crise estrutural do capital que aponta Mészáros (2011), necessitamos compreender que não partimos da análise de uma crise qualquer do sistema capitalista, as quais, diga-se de passagem, fazem parte de sua constituição enquanto um sistema social, e, portanto intrínsecas ao seu modo de subsistência. É necessário termos esta clareza para que possamos identificar os elementos que colocam esta conjuntura de crise estrutural e que acabam por diferenciar esta crise das anteriores.

Para Mészáros (2011), a crise estrutural acaba por afetar a totalidade de um complexo social e seus sub complexos, diferente de uma crise não estrutural que atinge apenas algumas partes do complexo em questão, não pondo em risco a sobrevivência de sua estrutura global. Neste sentido, necessitamos entender que o sistema do capital se sustenta, conforme o autor, em três dimensões: **produção-consumo-circulação**/distribuição/realização as quais

interagem entre si, impulsionando o capital, ampliando-o, sendo um verdadeiro sistema de autopropulsão, em que cada uma destas dimensões depende da outra.

Na medida em que as crises atingem o sistema, estas três dimensões dão conta de se reorganizar, buscando superar as problemáticas que paralisam a expansão do capital, e superar o que o autor denomina de “*limites imediatos*”, não existindo, portanto, qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo de autoexpansão esteja vigorando perfeitamente. No entanto há para Mészáros uma falha neste mecanismo a partir de elementos que apontaremos logo em frente, e que não dá mais conta de deslocar as contradições do capital de um complexo para o outro, conforme as saídas engendradas por este mecanismo nas crises anteriores. Agora necessita buscar alternativas para administrar a crise estrutural que se apresenta dentro de quatro aspectos para Mészáros:

- 1) Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, a financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- 2) Seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- 3) Sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- 4) Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (Mészáros, pg. 796, 2011).

Tendo essa configuração, a crise estrutural acabou por afetar diretamente os mecanismos de ajustes do capital para transferir suas crises de um polo para outro do complexo social, o que se apresentava dentro dos seus limites imediatos através de “disfunções”, “contradições parciais”, tornavam-se difusas dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema sendo neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças e tendências contrárias, que podem ser transformadas em força que sustenta o sistema em questão conforme (MÉSZÁROS, 2011).

Portanto a maquinaria do sistema está hoje empenhada em “administrar sua crise” ao invés de como no passado, simplesmente transferi-la para outro polo. O capital impulsionado pelo seu mecanismo e sustentado pelo tripé capital-estado-trabalho assalariado necessita na atualidade que todo este aparato esteja a favor de sua sobrevivência, não abrindo margem para concessões que afrontem esta dinâmica societal, adequando as políticas dos mais diversos

governos aos seus anseios. Agindo inclusive com políticas assistencialistas que buscam de alguma forma atenuar a crescente desigualdade social, mas que em contrapartida, não alteram a estrutura do sistema e acabam por manter a reprodução da ordem vigente.

De modo que, no campo político ideológico o neoliberalismo foi levado à risca, principalmente após a crise da década de 1970 (crise do petróleo), tendo como principais precursores de tal política Margareth Thatcher e Ronald Reagan, que através da destruição do estado de bem estar social, trataram de retirar direitos dos trabalhadores, desregulamentar os mercados, e entregar para a iniciativa privada setores industriais inteiros. Todos estes ataques buscavam atingir diretamente a organização dos trabalhadores que de certo modo acessavam a bens e serviços essenciais como saúde, educação, previdência social de forma pública e gratuita. O que encontrava respaldo inclusive na legislação trabalhista. Vale lembrar que o estado de bem estar social não se consolida em países como o Brasil, por exemplo, fica restrito aos países centrais do capitalismo, principalmente da Europa e nos Estados Unidos.

Desdobramento da crise estrutural do capital, a doutrina neoliberal, para Anderson (1995) tem largo curso histórico, vai defrontar-se progressivamente com obstáculos crescentes, pois o êxito de suas políticas consiste em conseguir no plano social, uma crescente desigualdade, para que o capital privado possa explorar ao máximo a classe trabalhadora, ampliando suas taxas de lucro, e abrindo margem para que o governo em contrapartida dê condições dos menos favorecidos, através do assistencialismo, adentrarem nesta brutal competição.

No campo do mundo do trabalho, Antunes (2009) aponta que a crise estrutural tem como expressão fenomênica o esgotamento dos padrões de acumulação Taylorista/Fordista, na medida em que a retração do consumo não conseguia ser absorvida pela produção em larga escala, a qual atrelada a crescente organização dos trabalhadores nos sindicatos massa, fazia com que a classe trabalhadora tivesse ampla capacidade reivindicatória, o que dificultava o avanço do capital. Neste sentido, o capital engendra como resposta neste campo a formação de um novo tipo de trabalhador, processo este atrelado ao incremento da robótica e da microeletrônica no processo produtivo, o qual enxuga a mão de obra, intensifica a sua exploração, e flexibiliza a produção, reduzindo seus custos e contribuindo ao reestabelecimento das taxas de lucro.

Estes elementos, como o próprio neoliberalismo, acabam por diferenciar esta crise atual, que precede desde a década de setenta, das demais crises, que de certa forma o complexo social do capital conseguia exportar ou transferir os problemas para outras esferas, dando assim a dinâmica cíclica da economia capitalista que não sucumbe, mas subsiste com a

crise estrutural. Entretanto a crise estrutural abarca a totalidade do sistema, avançando de forma rastejante em todas as esferas da vida.

Os pacotes de austeridade na Europa indicam a dimensão da atual crise, que fez levantar centenas de milhares de trabalhadores no mundo inteiro, inclusive no coração do capitalismo, como Inglaterra, Itália, Espanha, França, Grécia, Portugal, EUA. Os inúmeros investimentos estatais na economia são outro exemplo de que a maquinaria do estado está a serviço do capital, somente nos EUA a injeção de dinheiro público nos grandes bancos somam cifras que chegam a trilhões de dólares, algo inimaginável para a maioria dos trabalhadores. Dentro desta lógica que reafirmamos que o estado é um mecanismo de dominação de classe como nos ensinaram Marx e Engels, e que por isso necessita ser tomado pelos trabalhadores organizados para ser destruído.

A burguesia mundial organizada com seu aparato rearticula suas bases de dominação, traçando estratégias e táticas há muito tempo conhecidas como a citada anteriormente, injeção de dinheiro público no espaço privado, mas, além disso, redimensiona toda a produção de mercadorias, reconfigurando a divisão internacional do trabalho, buscando a exploração de novos mercados, de mão de obra barata, na sanha de recompor suas taxas de lucro, utilizando inclusive de todo seu aparato militar, que hoje está empenhado em defender o grande império estadunidense e suas grandes indústrias. As transnacionais hoje se articulam no sentido de aumentar a produtividade, intensificar a exploração da força de trabalho, inundando o globo terrestre de mercadorias supérfluas, as quais para sua produção degradam o meio ambiente e acentuam a lógica destrutiva do capital.

Nesse sentido retornando à análise de Mészáros, nesta lógica societal se acentua o que o autor denomina de taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, nos dizendo que capitalismo e durabilidade são inimigos, e como a expansão do capital depende da ampliação do valor de troca das mercadorias, este acaba se sobrepondo ao valor de uso. Nesse sentido, visualizamos o incremento da robótica e da microeletrônica impulsionando a produtividade por um lado e, por outro, dinamizando a circulação e rotatividade das mercadorias em seu ciclo de realização. Obsolescência programada, ou seja, as mercadorias tem tempo pré-determinado para existir.

Mészáros (2011) acrescenta que os avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Desta forma o capital trabalha cada vez mais com o imaginário do trabalhador, com o que denomina Marx de fetiche da mercadoria (Marx, 2008), dotando as mesmas de poderes, por mais supérfluas que

sejam. Tudo para que sejam consumidas. Também remodela a força de trabalho, intensifica a exploração do trabalho, que requer novas competências e habilidades, justificadas pelas teorias do capital humano, em que ambas são necessárias à recomposição do ciclo expansivo do capital.

Assim o mercado esportivo mundial tem sido um dos setores mais expansivos na atualidade. Nos EUA estima-se que os volumosos lucros no campo esportivo alcançam as cifras de centenas de bilhões de dólares (Matiello, Capela, Breilh, 2010). Existe no campo esportivo um amplo processo de industrialização desse fenômeno, que desconhece fronteiras, assim como as transnacionais que se esparramam mundialmente. Sua estrutura organizativa via instituições esportivas, entre elas, FIFA e COI, as mais poderosas, administram o esporte com mãos de ferro, assemelhando-se aos grandes monopólios detentores dos mais diversos ramos da produção. No campo esportivo, a FIFA controla o esporte mais popular do mundo, o futebol. Já o COI organiza inúmeras associações e federações dos esportes olímpicos, em prol da consigna “o mais rápido, o mais alto, o mais forte”, alimentando um padrão esportivo enraizado na competição e estilo de vida capitalista (SIMSON; JENNINGS, 1992).

Esse padrão esportivo adentrou ao campo do espetáculo e para isso criou sua expressão mais avançada, os megaeventos esportivos – espaços destinados à mais moderna competição entre as nações no esporte. Fenômeno pelo qual o capital organiza seus negócios através da crescente exploração dos atletas, da profissionalização dos clubes e sua associação enquanto empresas vendedoras do esporte. O consumo gerado pela demanda de esporte hoje movimentava trilhões de dólares com a produção de subprodutos da indústria esportiva e a compra e venda do espetáculo. (MATIELLO, CAPELA, BREILH, 2010).

O Brasil, sede desses megaeventos esportivos está no alvo da acumulação de capital via esporte. O país vivencia uma fervorosa campanha em defesa desta política esportiva, no sentido de legitimar os bilhões de dólares dos cofres públicos que serão destinados para a concretização disto que acabou se tornando o sonho dos governantes do país, assim como, do empresariado.

O montante destinado à construção de tais projetos atingiu cerca de 30 bilhões de reais, somente na Copa de 2014, e é anunciado pelos órgãos oficiais como um investimento com retorno social, como uma oportunidade ímpar de o país gerar emprego, renda, atrair investimentos estrangeiros, modernizar as cidades sedes dos jogos, e deixar um legado sem precedentes na história, e, além disto, tornar-se uma potência esportiva.

Alguns dados mostram que somente as reformas no estádio do Maracanã já ultrapassaram mais de 163 milhões seu orçamento inicial⁴. Isto sem falar na remoção de milhares de famílias (250 mil) de suas residências, tudo para que a FIFA e o COI montem seu palco passando por cima de qualquer lei nacional que não atenda seus interesses imediatos. O Estado brasileiro para garantir esta política aprovou no legislativo o PL n° 2330/2011, conhecida como Lei Geral da copa, que significa na verdade cercear o direito de ir e vir do cidadão brasileiro nos dias dos jogos, restringindo o comércio popular no entorno dos estádios e monopolizando a utilização dos símbolos da copa somente pela FIFA e seus patrocinadores. Proibindo greves e manifestações. Criando um estado de exceção FIFA nos dias dos jogos.

Ao retomarmos a relação entre o fenômeno dos megaeventos esportivos e a expansão do capital utilizaremos a tese de doutorado de Adriana Penna. Neste estudo a autora nos revela o esporte moderno enquanto um campo amplamente conectado com a mundialização do capital, a liberalização da concorrência, a desregulamentação do trabalho assalariado e da financeirização da economia, o que acaba por configurar novas relações sociais e econômicas neste espaço, que vislumbra a continua acumulação de capital (PENNA, 2011).

O capital monopolista a partir do incremento das novas tecnologias trouxe consigo uma nova dinâmica do processo de acumulação do capital, em que a produção e circulação de mercadorias acabam por ocorrer dentro de um espaço e tempo cada vez mais dinâmicos acelerando a taxa de giro do capital (PENNA, 2011).

Este reenquadramento da produção nos marcos da economia capitalista “globalizada” tem se desdobrado em alterações na própria divisão internacional do trabalho, reconfigurando e reestruturando os mercados globais estabelecendo assim a aparência da constituição de um novo mundo em progresso constante, sendo o período atual da consolidação de um capitalismo mais humanizado sustentado no plano teórico pelas teorias que advogam pelo fim da história.

Para Penna (2011) tais discursos têm contribuído para a robustez necessária à dinâmica e ao domínio dos monopólios e do capital financeiro. Vislumbrando a constituição cada vez maior de novos mercados e novas possibilidades de expansão do capital pela indústria através de produtos e serviços. Ao desenvolver sua fase superior o imperialismo, sob

⁴ Dados divulgados no sítio:

<http://www.portal2014.org.br/noticias/12066/MARACANA+TEM+NOVO+REAJUSTE+E+CUSTO+TOTAL+ATINGE+R+119+BILHAO.html> acessado dia 03/03/2015 as 02h00min AM.

a expansão do capital monopolista, maior será o impacto sobre a pobreza e a desigualdade, em proporções que ameaçarão a própria condição humana.

Na linha de frente deste projeto hegemônico do capital os EUA arquitetam o mundo a sua imagem e semelhança propagando suas ações imperialistas sobre o mantra da ajuda humanitária embasada em discursos em prol da promoção da paz, defesa dos direitos humanos, da liberdade e a preservação sustentável do planeta.

Neste sentido, a lógica empresarial adentra o cenário esportivo. Os agentes privados são quem controlam a organização dos torneios e também a gestão das equipes, que se tornam ramos da produção e acumulação de capital. Apontamos anteriormente a crise que vive o sistema capitalista, que se configura numa crise estrutural e que subsiste com as crises cíclicas da economia capitalista. Crises estas ocasionadas pelo excedente de capitais que encontram barreiras em determinados períodos para continuar se expandindo.

Os processos de urbanização cada vez mais acelerados se revelam como parte desse mecanismo de acumulação de capital. A construção de grandes centros urbanos tem como pano de fundo uma reordenação espaço temporal que propicia o adiantamento do tempo, a expansão geográfica em prol do escoamento da produção capitalista. Visa também impedir o ascenso do movimento organizado dos trabalhadores. É Harvey (2011) que aponta a expansão geográfica e a reorganização espacial como uma forma de realização valorativa do capital, eliminando barreiras espaciais existentes, que possam represar o movimento do capital, isto acaba por acelerar sua taxa de giro.

Observa-se que os megaeventos esportivos através da lógica do esporte espetáculo assume o compromisso com o capital de garantir sua expansão. Os governantes aproveitam da “paixão popular” pelo fenômeno esportivo para que de fundo garantam seus objetivos e consolidem sua política de manutenção deste modo de produção. Assim como no Brasil, na África do Sul última sede da copa do mundo FIFA milhares de pessoas foram removidas de suas casas, particularmente as pessoas que habitavam locais onde existe uma grande valorização dos imóveis, e conseqüentemente um aumento da especulação imobiliária, que se acentua com o processo de urbanização desenfreado.

Para que esta política se consolide acreditamos que a categoria explicativa desenvolvida por Harvey (2011) de “acumulação por espoliação” nos ajude a entender o papel dos Mega Eventos Esportivos nestes tempos de crise do capitalismo. Esta forma de acumulação que vivenciamos para se realizar necessita segundo Harvey da privatização da terra, da remoção violenta dos trabalhadores do campo e um aumento da exploração da força

de trabalho, por outro lado, necessita também da intervenção do estado, para regular os salários e dar curso à privatização das empresas públicas. Os mega eventos são um prato cheio para isto.

Neste sentido que Penna (2011) aponta uma nova geografia dos mega eventos esportivos, em que os mesmos se transferem para os países ditos em “desenvolvimento” (China, Rússia, Brasil, Índia, México, Coreia do Sul, Turquia), onde curiosamente ou não está concentrado o volume de 40% de bens e serviços do capitalismo em 2005, o que representa o montante de capital acumulado de 55 trilhões de dólares.

Vejamos como a reconfiguração geográfica destes eventos atualmente. Os principais eventos de fórmula 1, tênis e golfe realizados no oriente médio. O Brasil também entrou na rota dos grandes eventos de tênis, vôlei, judô, ginástica, além do Pan 2007, jogos militares 2011, copa 2014, olimpíadas 2016. A Rússia será a sede da Copa do Mundo 2018.

Entendemos que isto acaba por revelar o debate de fundo sobre os mega eventos esportivos que visam selar no imaginário popular a ilusão do progresso, do desenvolvimento, mas que na verdade são uma poderosa ferramenta na disseminação da ideologia dominante, assim como a continuidade através do esporte, praticamente um consenso na opinião pública, da acumulação de capital. Funcionando a nosso ver inclusive como uma medida que atenua os efeitos da crise econômica. Reforçando o desenvolvimento dos monopólios no âmbito esportivo como nos demais ramos industriais como veremos a seguir.

2.3 FIFA e o monopólio do futebol mundial

A FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) tem uma história secular em torno da apropriação privada dos direitos de dirigir e coordenar o futebol mundial. Fundada no longínquo ano de 1904 por associações nacionais de futebol que decidiram unificar-se em torno de uma entidade que desse as cartas do jogo em nível mundial, a FIFA de modo algum, naquela época, imaginara que o futebol controlado até então pela FA (Football Association) e de propriedade da IFAB (International Football Association Board) que normatizava o jogo, seria o esporte mais praticado mundialmente. (Mckinley, 2014, pg. 52).

Somente em 1913 a FIFA é admitida a IFAB que reconhece a entidade como a representante internacional do futebol. Isto passa a contribuir para consolidação do maior complexo de acumulação construído em torno de um esporte. No ano de 1925 a FIFA já contava com 39 associações nacionais membros possibilitando uma visibilidade internacional para o jogo de futebol que crescia em popularidade mundialmente. É no ano de 1930 que é realizada a primeira Copa do Mundo FIFA de futebol, no Uruguai, a qual teve a participação de cerca de 50 mil pessoas, num campeonato ainda bastante diferente dos que conhecemos atualmente, mas que deu o primeiro passo para a privatização do futebol para campeonatos de nível internacional, que a partir de então seriam controlados pelo futuro grande monopólio do futebol mundial. (MCKINLEY, p.56, 2014).

Na medida em que o futebol ganhava popularidade e apreço entre os trabalhadores mundialmente a FIFA foi conquistando novos territórios, explorando caminhos até então inimagináveis para os dirigentes esportivos da época. Logo que o número de adeptos aumentou ficou mais claro o potencial comercial que o esporte possuía. Não demorou muito para que empresas na busca incessante da geração de lucro vissem o futebol como um caminho para reforçar a publicidade e o marketing em seus negócios.

De 1930 até os dias atuais de 4 em 4 anos, exceto no período da segunda guerra mundial (1940-1945), a FIFA consolidou o torneio como o principal evento de futebol do planeta. Com o fim da guerra e o advento dos anos dourados do capitalismo internacional a entidade máxima do futebol embarcou na onda do desenvolvimento capitalista estreitando seus laços com grandes corporações internacionais e solidificando essa parceria no congresso de 1974.

De acordo com Mckinley (2014) e Ouriques (2014) o ano de 1974 foi marcante para os rumos da entidade. A disputa pelo cargo de presidente bastante acirrada contava de um lado com uma das grandes personalidades do futebol na Europa o inglês Sir Stanley Rous⁵ e de outro um desconhecido entre os membros internacionais do esporte na época, o ex-desportista brasileiro João Havelange, que é quem viria, para surpresa de muitos, ser o vencedor do pleito, conquistando o cargo máximo da FIFA, permanecendo até o ano de 2002. É na beleza do jogo apresentado pela seleção da Holanda na Copa do Mundo de 1974 que visualizamos também transformações significativas no modo de jogar futebol, algo que

⁵ Foi um árbitro de futebol inglês e administrador, mais conhecido por ter exercido o cargo de presidente da FIFA de 1961 a 1974.

aprofundaremos a seguir e tem relação direta com as transformações decorrentes do mundo do trabalho.

A jogada de Havelange foi organizada em conjunto com um dos maiores empresários do ramo esportivo na época Adi Dassler, conhecido pela sua influência nos países europeus e por sua avidez por negócios, não demorou muito para angariar recursos de diversas empresas para garantir a eleição de Havelange e poder assim ter o direito de comercializar seus produtos com exclusividade nos jogos mundiais.

A década de 1970 foi bastante marcante para entidade também no que diz respeito ao aumento das associações filiadas. No ano de 1975 ocorreu a independência dos estados africanos e asiáticos até então sobre o domínio das potências mundiais vencedoras da segunda guerra, ao todo foram 35 novos países filiados vindos da África e 33 vindos da Ásia, totalizando assim 139 membros (MCKINLEY, 2014).

Dassler e Havelange não demoraram em conquistar o mercado que se abria na África e Ásia e aumentar assim o seu poder decisório nos congressos da FIFA. Os chefões do futebol mundial notam o crescimento do evento que era transmitido mundialmente por redes privadas e públicas de televisão, veem suas marcas e projetos serem alavancados mundialmente e passam a expandir seus negócios agora com o domínio do esporte mais popular do mundo (OURIQUES, p. 21,2014).

Percebendo o aumento da audiência nos torneios e o alcance que a mídia tinha, Adi Dassler em conjunto com outros empresários criaram a empresa de marketing esportivo ISL que garantiu em parceria com Havelange os direitos exclusivos de transmissão dos jogos, além dos direitos de marketing no evento. O domínio dos direitos de transmissão ocorreu a partir do ano de 1994 e significou mais um passo na privatização do jogo de futebol que passou a ser associado a marcas como a Coca Cola; Visa, Budweiser, Adidas, Mc Donald's, Sony.

Para Mckinley (2014) foi no mundial de 1994 nos Estados Unidos que a FIFA mostrou para o mundo a potência capitalista e a sua capacidade de impulsionar marcas empresariais diante de sua associação ao esporte, projetando ao mundo um novo tipo de torcedor que frequenta os estádios não pelo amor ao futebol ou sua equipe, mas sim pelo poder aquisitivo de acessar um evento extremamente elitizado e próprio para estimular o consumo dos mais variados ramos da economia.

Neste mesmo mundial ficou selada também a marca do poder de João Havelange nos rumos da entidade. O presidente retirou do comando da cerimônia de divisão dos grupos, a ser realizado, em Las Vegas no ano de 1993, o considerado Rei do Futebol “Pelé”, outra figura

importante na história do futebol moderno. O Rei perdeu a majestade e participou da copa de 1994 na transmissão oficial da Rede Globo de televisão, formando a dupla oficial de apresentadores com Galvão Bueno, os quais entoaram os gritos de tetra campeão da seleção brasileira depois de mais de 30 anos sem conquistar o mundial.

Não demorou muito para que as divergências pontuais entre Pelé, Havelange e Ricardo Teixeira fossem esquecidas e os negócios entre o “atleta do século” e os cartolas voltassem à normalidade no ano de 2001 (Ouriques, 2014). A relação de base familiar entre o dirigente da FIFA e da CBF revela algo bastante comum nos monopólios brasileiros, veremos no segundo capítulo essa mesma relação nas empreiteiras que executara as obras de infraestrutura para a copa do mundo de 2014 no Brasil.

Deste modo a FIFA foi construindo seu complexo de acumulação por meio do futebol, utilizando de um discurso de proteção e disseminação dos valores do jogo de futebol a entidade se apropriava a cada torneio organizado do direito único e exclusivo de explorar o futebol e sua popularidade a nível internacional. Assim consolidou a Copa do Mundo de Futebol como sua melhor ferramenta de arrancar dinheiro dos países sede e angariar altíssimos lucros, revertidos obviamente aos empresários da bola que viram seus negócios crescer exponencialmente como a “paixão” pelo futebol.

A organização da FIFA alastra-se hoje por mais de 208 países e está enraizada em cinco continentes a partir da direção da União das Federações Europeias (UEFA); Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL); Confederação de Futebol da América do Norte e Caribe (CONCACAF); Confederação Africana de Futebol (CAF); Confederação Asiática de Futebol (AFC); e Confederação de Futebol da Oceania (OFC). Isto lhe garante a exploração dos direitos de imagem e marketing das principais ligas do futebol mundial.

No dia 08/04/2013 foi divulgada uma reportagem⁶ no sítio da ESPN que sintetizamos nos próximos três parágrafos e nos dão base para compreendermos a relação das políticas neoliberais, pró-imperialistas, e seus desdobramentos no futebol.

A reportagem aponta que em 1992 após uma série de discussões entre a ministra da Inglaterra Margareth Thatcher e as autoridades de segurança inglesas deu-se a criação daquela que seria o melhor modelo de liga esportiva sobre os auspícios do neoliberalismo. A reorganização do futebol inglês já era pauta há algum tempo entre os governantes e empresários que se incomodavam com o fato do futebol não render os lucros que poderia e

⁶ Disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/321558_morta-nesta-segunda-margaret-thatcher-usou-tragedia-para-moldar-futebol-ingles-a-sua-imagem

ainda por cima instigavam o comportamento violento da população diante a atuação dos Hooligans.

No ano de 1989 uma tragédia matou 96 pessoas no estádio de Hillsborough na partida entre Liverpool e Nottingham Forest, e teve a culpa atribuída de forma grosseira aos torcedores do Liverpool, algo que fora desmentido oficialmente somente em 12 de setembro de 2012 pelo primeiro ministro britânico David Cameron que se “desculpou” com as famílias das vítimas do incidente.

O fato é que a tragédia foi transformada pelo governo inglês como o pressuposto para o novo formato que o futebol deveria assumir, longe do “Hooliganismo”. Eram tempos de centralizar mais os lucros advindos das competições esportivas, os estádios, embora lotados, não tinham ainda conhecido seu imenso potencial gerador de lucros e tinha praticamente como única fonte de renda a venda de ingressos.

As transformações vinham desde a reforma dos estádios, reduzindo o número de torcedores, todos confortavelmente sentados. O “novo torcedor” confortável e seguro agora na Arena deveriam consumir mais que a entrada. Os clubes ingleses temerários as mudanças e com receitas que não davam conta de garantir as exigências abriram-se para o capital privado internacional que injetou dinheiro na construção de novos estádios em conjunto com a criação da Premier League em 1992 se tornaram um modelo para o futebol europeu e mundial no que diz respeito a publicidade, patrocínio, jogadores e comercialização dos direitos de transmissão na televisão. Consolidando a maior média de público do futebol mundial em seus jogos.

Em nosso entendimento, a “dama de ferro” criou aquilo que Havelange e Dassler já vinham de certo modo fazendo nos jogos dos mundiais, sendo um modelo a ser seguido internacionalmente com o aval da entidade máxima do futebol que não demorou em assimilar os preceitos contidos na política de Thatcher para o futebol inglês e exportá-los para a copa do mundo de futebol. O complexo de acumulação agora com uma experiência concreta no campo neoliberal viu aí mais um passo para seu desenvolvimento.

Vejamos alguns exemplos das copas de 2006, 2010 e 2014 as três Copas mais lucrativas da história da FIFA, que revelam um pouco a forma de atuação e dominação privada desta entidade sobre o futebol. Faremos essa breve análise a partir do dossiê: Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha.

2.3.1 A Copa na Alemanha em 2006

Na copa do mundo de 2006 na Alemanha, 12 arenas com o custo total de 1,4 bilhões de euros foram erguidas para os jogos. “O mundo entre amigos” como apregoou o lema oficial do evento e tentou mostrar durante as quatro semanas de realização da copa a imagem de um “país em festa”. Somente na cidade de Berlim mais de 15 milhões de turistas desfrutaram do clima de euforia que tomou conta do país (RUSSAU, p. 110-115, 2014).

A festa não estava nem próxima de começar quando no distante dia de 06/07/1999 políticos alemães entregaram um documento a FIFA que lhe dava todas as garantias necessárias para sediar a copa do mundo de futebol. Entre as regalias, a FIFA foi isenta do pagamento do imposto de renda e do imposto sobre sociedades, teve concedido o direito de tributar as receitas dos patrocinadores e de direitos de transmissão na Suíça, isenção de alfândega e imposto de importação para bens levados a Alemanha, entre outras regalias (RUSSAU, 2014).

A política de segurança adotou a campanha “contra o Hooliganismo”, criou um sistema nacional de controle de informação e supervisão e controle de fronteiras marítimas, terrestres, ferrovias e aeroportos. Foram disponibilizados 7 mil soldados do exército alemão, 250 mil policiais e 20 mil seguranças particulares, aviões da OTAN foram concedidos para controlar o espaço aéreo, houve um reforço de 700 policiais de outros países, e mais 12 mil voluntários que assumiram tarefas de segurança nos espaços públicos destinados as Fan Fest. Uma verdadeira operação de guerra, não vista no país desde o fim da segunda guerra mundial em 1945 (RUSSAU, p.124, 2014).

As estimativas dos gastos com a copa da Alemanha carecem de precisão devido a uma manobra do governo na prestação de contas, onde não incluiu diversas obras de infraestrutura nas cidades sedes na conta da copa. A copa contou com 16 patrocinadores internacionais que pagaram 40 milhões de euros a entidade pelos direitos exclusivos de fazer a publicidade de seus produtos em todo o mundo durante a copa. Adidas, Avaya, Budweiser, Canon, Coca Cola, Continental, Deutsche Telekom, Emirates, Fujifilm, Gillete, Hyundai, Mastercard, McDonald's, Philips, Toshiba e Yahoo! Selaram o acordo em conjunto com mais 13 patrocinadores nacionais que pagaram 13 milhões de euros aos cofres da FIFA para ter o direito de fazer publicidade apenas na Alemanha. (RUSSAU, p. 155, 2014).

“A copa da FIFA virou a máquina registradora, que transformou as áreas onde há publicidade para seus patrocinadores” Russau (2014). As zonas de exclusão FIFA não ficaram somente no raio de 1 km ao redor dos estádios, mas sim em todo o país dentro de uma estratégia rígida de segurança que contou com a central de informações sobre ações esportivas, criada em 1994 e possui todas as informações sobre torcedores “indesejáveis” investigados pela polícia alemã no arquivo central intitulado “criminoso do esporte”. Na Alemanha os torcedores são divididos em três categorias, categoria A, os pacíficos, categoria B, os inclinados à violência, e categoria C, os que procuram a violência (RUSSAU, p. 131, 2014).

2.3.2 A Copa na África 2010

Na copa da África do Sul os investimentos totais chegaram ao montante de 40 bilhões de Randes número dezessete vezes maior do que o orçamento inicial do torneio. As semelhanças entre África do Sul e Brasil se tornaram mais evidentes após estes países sediarem os jogos. O cenário grevista nas obras de infraestrutura para o megaevento, os acidentes e mortes nos ambientes de trabalho, a expulsão de trabalhadores informais das proximidades dos estádios, e as remoções forçada de bairros inteiros assemelham-se muito aos mecanismos de extorsão implantados na copa do mundo do Brasil (BUROCCO, p. 82, 2014).

Somente o estádio Green Point, na Cidade do Cabo, custou aos cofres públicos mais de 4 bilhões de Randes. A alguns quilômetros de distância na cidade de Johannesburgo, outra arena o Soccer City Stadium custou 3,3 bilhões de randes, e finalizada a obra e o evento, o estádio, custa hoje 30 milhões de randes ao ano somente com a manutenção. (BUROCCO, p.89, 2014).

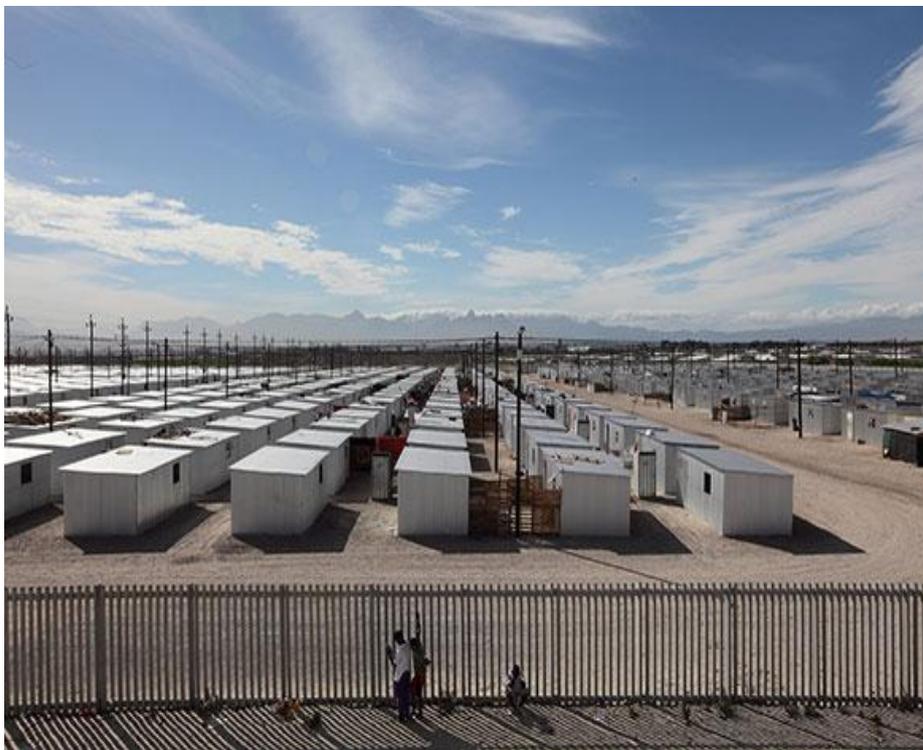
Gastos públicos para apropriação privada. A FIFA, entre as zonas de exclusão, vendas de ingresso, direitos exclusivos de imagem, e patrocínios corporativos garantiu uma receita de US\$ 3 bilhões de Dólares, livres de impostos (BUROCCO, p.92, 2014). O monopólio do futebol aperfeiçoou sua máquina caça níquel que é a copa do mundo de futebol.

No entanto, a resistência foi organizada por movimentos sociais, moradores removidos e sindicatos. Na construção civil, as vésperas da realização do mundial no período entre 8 a 15

de julho de 2009, cerca de 70 mil trabalhadores cruzaram os braços em 35 canteiros de obras, organizando uma greve geral nacional no setor de construção. (BUROCCO, p.87, 2014).

A saída encontrada pelos governos e comitê organizador local para acabar com o movimento grevista apontava a necessidade de unificar a África do Sul através do mundial, marcada pelo Apartheid, os trabalhadores sul africanos das obras da copa viram aos poucos seu movimento enfraquecido pela campanha midiática e a forte repressão policial que criminalizou o movimento grevista. Em um acordo entre FIFA, Sindicatos da construção civil, e ministério do trabalho, a resistência foi desorganizada através de um acordo chamado "cláusula de paz" que impedia os trabalhadores de entrar em greve até dia 31 de agosto de 2010 (COTTLE, 2014).

Outra semelhança com o Brasil é o déficit habitacional na África do Sul, milhares de sem tetos sobrevivem em ocupações urbanas ou até mesmo nas ruas das principais cidades. Na Cidade do Cabo, no ano de 2008 o governo removeu 650 pessoas de edifícios que ficavam na rota que ligava o aeroporto ao centro da cidade, estes “condenados” pelo poder público e ocupado por trabalhadores que enfrentam o problema de não ter uma casa própria (COTTLE, 2014). Estes trabalhadores foram realocados temporariamente pelo governo em barracos de zinco na localidade de Blikkiesdorp.



Fonte: imagem de Blikkiesdorp, Cidade do Cabo África do Sul. Extraída do google imagens dia 20/01/15 as 17:37.

Frustraram-se assim as expectativas da grande liderança sul africana no combate ao racismo, Nelson Mandela, que fazia o apelo de que “a copa do mundo devesse unificar o povo”, mas ao final do evento o que sobrou foram os campos de realocação lotados de moradores sem destino, os chamados “campos de trânsito”, ou as cidades de lata permanecem mesmo após o mundial e revela ainda a segregação social bastante presente no país mais rico do continente africano.

2.3.3 A Copa no Brasil 2014

No dia 12 de junho a abertura oficial da Copa do Mundo FIFA 2014 ocorreu diante de um grande público que lotou as confortáveis cadeiras da novíssima Arena Itaquera, construído com dinheiro público e destinado ao time de futebol Corinthians F.C., clube paulista, com maior torcida no Brasil, que tem como ilustre torcedor o ex-presidente Lula da Silva. Verba pública garantindo o monopólio do futebol alimentando uma relação em que governos e empresários trocam favores em prol da construção de seus negócios.

As doze arenas brasileiras foram construídas sobre o suor de milhares de trabalhadores da construção civil, que sofreram inúmeros acidentes de trabalho, e fizeram greves e manifestações contra as péssimas condições de trabalho a que foram submetidos. Resultado, arenas inacabadas, desabamentos e mortes nos canteiros de obras.

As exigências da FIFA necessitavam ser garantidas e para isso o governo brasileiro tratou de expandir sua política de construir a “copa das copas” com forte apoio empresarial e da mídia o slogan da copa “juntos num só ritmo” parece que não encontrou eco entre milhares de brasileiros que foram diretamente atingidos pelas leis especiais, criadas para copa e também obras de infraestrutura, não só da copa, mas de todos os megaeventos esportivos que ocorrem no país desde os jogos pan-americanos de 2007.

O clima de euforia que tomou conta do Brasil nas arenas não foi o mesmo nas ruas, onde as inúmeras manifestações contrárias à copa do mundo denunciavam o descontentamento com o megaevento. Os removidos, cerca de 250 mil pessoas, segundo estimativas do comitê popular da copa, apesar de resistirem foram vencidos por diversas manobras feitas pelos governos e empresários, entre elas, a repressão, o auxílio moradia, ou

realocação em conjuntos habitacionais do programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”⁷.

Em todas as medidas as empreiteiras que lucravam desde a demolição dos barracos a construção de casas populares, ou na destinação de crédito ao financiamento de moradias, pois o dinheiro do auxílio moradia, 50 mil reais, não era suficiente para compra de outro imóvel, ainda mais num país em que a especulação imobiliária anda em alta.

O forte aparato policial contou com a criação de uma força nacional de segurança com 10 mil soldados, o exército voltou às ruas lembrando os idos anos da copa de 70, em que militares política e futebol andaram lado a lado. Não muito diferente daqueles anos de chumbo, a relação estabelecida entre governo e empresários não se efetivaria, sem a presença de um forte aparato repressor. Em todas as cidades sedes houve manifestações contrárias à copa e o regime tratou de silenciar os manifestantes pela força das balas de borracha e das bombas de gás lacrimogênio.

As cidades sedes não tão coloridas como nas copas passadas sofreram diversas modificações nas legislações comerciais. Bares fechados, linhas de ônibus reduzidas, comércio e escolas com horários diminuídos durante os jogos. Tudo isto alterou a rotina dos trabalhadores que em grande parte encaravam como um dia de folga e descanso diante das exaustivas jornadas de trabalho.

Se alguém teve a ilusão de que os principais beneficiados com os investimentos públicos de 30 bilhões de reais, seriam os trabalhadores, os dias de realização do mundial mostraram um país sitiado pelo forte aparato de segurança que silenciou a força os manifestantes impondo de maneira eficaz os mandamentos da FIFA, COI e seus patrocinadores. A Lei Geral da Copa (Lei 12.663 de 5 de junho de 2012), trouxe, isenção fiscal, direitos exclusivos de imagem dos símbolos ligados ao evento, venda de pacotes de transmissão dos jogos aos monopólios midiáticos, proibiu as manifestações, incidindo sobre o direito constitucional de greve através do PL 728/2011 (AI-5 da Copa), criou zonas de exclusão nos arredores dos estádios, tipificou novos crimes, terrorismo e “marketing de emboscada”, proibiu vendedores informais de trabalhar, criou tribunais de exceção. Tudo para garantir o lucro do monopólio do futebol que mesmo antes da final dos jogos já tinha arrecadado um montante de 10 bilhões de reais, lucro recorde no “país do futebol”. (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014).

⁷ Programa habitacional lançado em 2009, planejado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal.

Nesta breve retomada das três últimas copas do mundo de futebol percebemos várias semelhanças entre a relação estabelecida pelos governos e empresários do esporte moderno. Entre elas, a visão dos governos de demonstrar ao mundo um país em clima de euforia simbolizando o sucesso dos regimes políticos vigentes que vislumbram serem vistos no cenário mundial como uma grife disposta a “atrair” investimentos privados corporativos. A realização do mundial também é uma medida eficiente para remodelar as cidades, romper com as “barreiras” do desenvolvimento capitalista. Fortalecimento da repressão e de uma política de elitização do esporte por meio das arenas esportivas, locais apropriados para o consumidor do futebol.

Para que possamos compreender melhor o desdobramento desta política no âmbito do esporte aprofundaremos a seguir o debate a partir da relação de mercadorização que o futebol moderno atravessa, medida essa intrínseca ao modo de produção capitalista e que a todo o momento busca conectar-se a dinâmica da economia global. A monopolização do futebol é ilustrativa e passiva de contribuição para que possamos melhor compreender como a etapa imperialista se desdobra também no âmbito da cultura corporal, tendo o esporte como um mecanismo de implementação de diversas medidas pró-imperialista e que se colocam na contramão das reais necessidades da classe trabalhadora.

2.4 Futebol em tempos de Copa do Mundo no Brasil: abrem-se as cortinas do grande espetáculo capitalista

O futebol é tido como a paixão nacional dos brasileiros e das brasileiras, mas será que essa não é uma afirmação questionável? De fato, qualquer discussão mais profunda sobre esse tema necessita reunir diversos elementos para compreender esse esporte para além da sua aparência – como se pudéssemos revelar os bastidores desse espetáculo de tamanha importância mundial. Procuraremos a seguir reunir alguns desses elementos para uma melhor compreensão do espetáculo futebolístico e a forma como o vemos nesse período de realização de megaeventos como a Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

Situar o futebol historicamente significa buscar sua origem. Vejamos mais a fundo: o que é um megaevento esportivo como a Copa do Mundo de Futebol? De que, afinal de contas, estamos tratando?

Primeiro, é necessário compreender que os megaeventos expressam em nosso tempo o polo mais desenvolvido em relação ao fenômeno esportivo.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior (MARX, 1982, p. 17).

Nesta passagem do texto clássico de Marx é possível compreender a ideia do que significa “o mais desenvolvido”. Os fenômenos surgem e se desenvolvem, passando por transformações e tendo relações com outros fenômenos. Nesse processo, também o esporte, fenômeno surgido com o advento da sociedade capitalista, em sua manifestação mais desenvolvida é expresso na forma dos megaeventos esportivos. O futebol, por exemplo, esporte expresso na Copa do Mundo gerida pela FIFA, é obviamente diferente em sua manifestação nas praças públicas, peladas no meio da rua, canchas escolares, marcações na areia, etc. Apesar disso, estas têm aquele como referência, justamente por aquele representar a sua manifestação mais desenvolvida (o megaevento).

É fato que o futebol, tal como assim veio a ser chamado, surgiu na Inglaterra, conforme se pode ver na passagem a seguir:

Aproximadamente desde o século XIV em diante podem encontrar-se, nas fontes inglesas, referências bastante seguras a um jogo de bola chamado futebol, mas a semelhança do nome não autoriza, de modo algum, a identificação do próprio jogo. Tudo o que sabemos sobre a maneira como era jogado sugere um tipo de jogo muito diferente (ELIAS, DUNNING, 1992. p.257).

O futebol ou uma prática com esse nome que se perpetuou, portanto, nasceu ou tomou essa nomenclatura e forma de prática, mais ou menos fidedigna às suas manifestações atuais, ainda no período medieval, anterior às chamadas grandes navegações no processo de acumulação primitiva do capital.

Os autores também referem que essa era uma prática proibida pelo Estado – e, ainda assim, praticada pelas pessoas a despeito dessas proibições.

a maioria das alusões ao futebol provém quer das proibições oficiais do jogo, nos edictos reais e das autoridades cívicas quer de relatos de acções na corte contra **peoas que infringiram a lei pelo facto de o praticarem apesar das proibições**. Quanto ao tipo de jogo efectuado nesse tempo, sob o nome de futebol, nada pode ser

mais revelador do que as constantes e, em geral, bastante infrutíferas tentativas do Estado e das autoridades locais para o suprimirem (p.257 – grifos nossos)

Era também uma prática ligada a festividades anuais e, pelos relatos, bastante violenta⁸:

O futebol de Terça-Feira Gorda, uma contenda ritualizada e, de acordo com as nossas noções, **uma luta muito violenta** entre grupos vizinhos, é um exemplo notável desta compatibilidade entre actividades saturadas de emoção, que, segundo os padrões actuais, parecem ser incompatíveis [. . .] O futebol medieval constituía uma parte do ritual tradicional. **Pertencia ao cerimonial da Terça-Feira Gorda**, o que, em certa medida, era um cerimonial da Igreja associado ao ciclo global dos dias santos e feriados (p.265 – grifos nossos)

A passagem a seguir, que relata uma notícia de época, retrata bem o carácter religioso do futebol em seus primórdios:

Uma notícia de Corfe Castle, Dorsetshire, datada de 1553, mostra com maior detalhe alguns aspectos do tipo de ritual popular que estava integrado num jogo de futebol. Anualmente, a Corporação de Homens Livres Marmoristas ou Trabalhadores das Pedreiras jogava futebol, como parte de um complexo integrado de várias cerimónias, nos três dias de Entrudo⁹. A corporação de oficiais era eleita e os aprendizes eram então iniciados. Cada membro que tivesse casado no ano anterior pagava um «xelim de casamento», o que, no caso da morte do marido, concedia à viúva o direito de ter aprendizes a trabalhar para ela. Contudo, o homem que se tivesse casado em ultimo lugar era perdoado do pagamento do xelim. Em vez disso, tinha de fornecer uma bola de futebol. Então, **no dia seguinte, Quarta-Feira de Cinzas, a bola de futebol era levada ao senhor do feudo**, sendo-lhe oferecida uma libra de pimenta, como forma de pagamento habitual, relativamente a um direito de passagem que a Corporação reclamava. Quando a oferta de pimenta se concluíva, realizava-se um jogo de futebol no terreno pelo qual a Corporação exigia esse direito (267-268 – grifos nossos).

Os estudos de Norbert Elias e Eric Dunning (1992) citados relatam e comentam as primeiras aparições, portanto, do futebol como referência a uma prática popular, ligada à religiosidade, violenta, proibida, de resistência e que tem já cerca de cinco séculos. Existem documentos de reis e outras autoridades estatais que desautorizavam as pessoas a praticarem essa atividade. E – mais importante do que isso – existem também documentos oficiais que mostram que as pessoas continuavam praticando, apesar das proibições. A depender das ideias dominantes à época, essa prática teria sido banida, não fosse à resistência das pessoas em realizá-la, o que nos permite considerar que era uma manifestação de resistência popular

⁸ Sobre a violência de sua prática, vale conferir a passagem entre as páginas 270 e 274, em que aparece um jogo relatado no ano de 1602 chamado hurling, semelhante ao futebol e que o influenciou (ELIAS, DUNNING, 1992, p.270-274).

⁹ Entrudo pode se referir ao período dos festejos de carnaval, pois era como se chamava quando os portugueses trouxeram esse costume ao Brasil e também pode se referir à própria prática, como jogo ou brincadeira (ainda não adquirido o seu atual carácter desportivizado, portanto), do futebol.

contra a ordem. Isso tem um lado muito positivo: o futebol era uma prática de resistência! Se não fossem aquelas pessoas que seguiram praticando e inventando novas formas de viver o futebol, quem sabe não o conhecêssemos hoje! Fica, então, a pergunta: será que o futebol e seus/suas praticantes ainda conservam essa ideia de resistência contra a ordem? É, portanto uma atividade que é parte da cultura corporal socialmente produzida, historicamente acumulada e crítica e criativamente desenvolvida pela humanidade.

Foi, portanto, com a ascensão da sociedade burguesa que ascendeu também o futebol – e o “esporte” em geral como os conhecemos atualmente. No entanto, a crescente mercadorização e espetacularização do esporte expressa através dos Megaeventos Esportivos revela a sua face mais diretamente ligada à moderna indústria esportiva, a qual, em conjunto com as instituições esportivas, detém o monopólio do esporte moderno, e têm como instituições hegemônicas a FIFA e o COI. O futebol de Havelange, Platini e Eurico Miranda, na verdade, conserva poucas daquelas características (FOER, 2005).

Em seu desenvolvimento o esporte moderno foi lapidado a condição de mercadoria, e ao forjar uma instituição e uma indústria própria assume para si os valores do jogo capitalista, competição, lucro, recorde, individualismo, máximo rendimento, e a espetacularização se tornam regras para a construção desse modelo esportivo.

O esporte escolar, os esportes dos bairros, dos espaços públicos, dos campinhos de areias nas periferias dos grandes centros urbanos acabam por ser determinados por esse modelo hegemônico que visa o alto rendimento atlético e a maximização dos lucros. Entretanto acreditamos na possibilidade de conectarmos este fenômeno com as demandas da classe trabalhadora colocando a serviço da elevação de seu padrão cultural esportivo.

O próprio descaso do estado com o esporte do dia a dia dos jovens e trabalhadores se torna nítido quando observamos o desmonte das praças, ginásios e demais locais de prática esportiva públicos a serviço da população. Exemplos disso relacionados com os megaeventos: ao lado do Estádio Fonte Nova (Salvador/BA), considerado patrimônio arquitetônico por sua concepção e projeto, em formato de ferradura, destruíram a única piscina olímpica que havia no Estado da Bahia para a construção da Arena Itaipava – sim, o estádio agora tem nome de marca de cerveja devido aos contratos de concessão público-privados!

Na contrapartida disto o estado desenvolve políticas esportivas que buscam estimular as grandes indústrias como os Megaeventos Esportivos dos quais são exemplo o Brasil, que busca incentivar o crescimento da indústria esportiva no país e massificar o esporte através de uma prática esportiva que é para poucos. Por meio disto nos transformam em consumidores dos subprodutos das grandes marcas esportivas.

A mídia esportiva trata de construir o espetáculo, forjando ídolos, mitos, heróis, capazes de feitos inimagináveis, construindo super homens e super mulheres, que acabam tornando-se referência para uma legião de consumidores.

O esporte levado à condição de mercadoria assumiu para si os métodos e os valores necessários à acumulação capitalista como falamos anteriormente.

Isto é comprovado na relação atleta-clubes em que o jogador é visto como uma peça de reposição, com um valor de uso semelhante a uma mercadoria descartável, e que pode ser lapidado para construir nesta mercadoria um grande valor de troca. Desta forma, os clubes possuem profissionais que irão racionalizar a atividade produtiva destes jogadores, ou seja, sua forma de jogar. Colocando o atleta a serviço da extração do máximo rendimento físico, técnico e tático gerando resultados satisfatórios e lucrativos para os empresários da bola. (BRASIL 2010).

Observa-se a crescente formação de jogadores como mão de obra barata nos países periféricos do capitalismo. Esses, cada vez mais jovens vão para os países centrais da economia mundial abandonando estudos e famílias, na busca do sonho de ser um grande e milionário craque de futebol. Alimentando assim os verdadeiros monopólios do futebol que dominam esta cultura esportiva, espetacularizando o esporte e levando-o cada vez mais para longe da apropriação dos trabalhadores, que viram meros telespectadores, alienados e fetichizados pela produção de heróis, mitos, e subprodutos da crescente indústria esportiva.

O processo de mercadorização do esporte também influencia na própria configuração do jogo, fazendo com que o esporte assuma para si as demandas da indústria capitalista requisitando uma mão de obra qualificada para atender a necessidade de constantemente elevar as taxas de lucro. Por exemplo, nos anos 60, auge dos modelos Taylorista e Fordista de produção, os quais exigiam trabalhadores altamente especializados em uma determinada função, os jogadores de Futebol possuíam funções ou posições bem definidas no campo. (BRASIL, 2010).

Observamos isto na prática, pois eram comuns os jogadores de futebol serem extremamente habilidosos em algumas funções do campo, podemos citar o exemplo de Pelé, considerado o “rei” do futebol na época e, hoje, dos empresários. Pelé era um jogador com capacidades ofensivas incomparáveis, mas não possuía grandes habilidades defensivas, podendo assim, fazermos a comparação deste trabalhador do futebol, com o operário da fábrica, ou seja, possuidor de algumas habilidades, porém, estas de extrema eficácia e especialidade.

Dentro desta perspectiva de análise, podemos citar outros exemplos que se reportaram do mundo do trabalho para a cultura esportiva do futebol. Se analisarmos a função do goleiro da época, visualizamos que o mesmo somente podia jogar dentro da área, e com as mãos, o que nos remete novamente ao tipo de trabalhador requerido pelo modelo Taylorista/fordista, sendo um trabalhador específico para cada função e altamente especializado na mesma. Estas comparações não ficam somente no campo prático do futebol, e transpassam para o campo das regras. Estas também exigiam ou direcionavam os jogadores a se adequarem a determinadas funções na maioria dos casos, o goleiro não podia receber a bola com os pés após um recuo, e também não podia sair da área jogando. Era raro ver um goleiro cobrando falta, penalidades, como nos dias de hoje.

Dentro do futebol começa a verificarem-se estas mudanças decorrentes do mundo do trabalho, principalmente a partir da copa de 74 na Alemanha, em que a seleção da Holanda protagonizou uma das maiores transformações no campo técnico tático do futebol, a laranja mecânica, como ficou conhecida na época. Essa encantou o mundo com um padrão de jogo que exigia a movimentação de todos os jogadores por todos os setores do campo, o que ficou conhecido como Carrossel Holandês. Mas fora os aspectos técnicos táticos, nosso objetivo é ir mais afundo nesta análise, e revelar que estas mudanças não são decorrentes única e exclusivamente do próprio futebol, e sim de modificações advindas do plano mais geral da sociedade. Além de inovar, o futebol holandês lançou para o mundo um novo modelo de se jogar, um modelo que exige a polivalência e flexibilidade dos jogadores de futebol, em que é exigido de todos o máximo conhecimento das mais distintas funções/ posições dentro de campo.

É a partir deste momento que as mudanças do mundo do trabalho, começam a ser transportadas com mais força para dentro do futebol que assume cada vez mais sua condição de mercadoria. Podemos perceber que toda esta movimentação não demora a se disseminar para outras seleções, como é o caso da seleção brasileira de 1982, comandada por Telê Santana.

Esta fase de transição vivida no futebol gera uma série de questionamentos e desconfianças por parte dos torcedores e da mídia esportiva. Quem não se lembra da famosa briga de Telê Santana, técnico da seleção brasileira na copa de 82 com a torcida brasileira e a mídia esportiva, em que sofreu duras críticas por retirar da seleção a figura tradicional dos pontas.

"Bota Ponta, Telê" cobrava o personagem de Jô Soares ao técnico da seleção. O personagem de Jô Soares não havia entendido que os esquemas táticos mudaram e que em

nenhum momento o treinador brasileiro havia retirado os “pontas” da seleção, pois o futebol continuava com onze jogadores em campo. O que realmente ocorreu foi que o futebol estava passando por significativas mudanças e necessitava atribuir aos jogadores novas funções, em que os “pontas” ficaram encarregados de além de atacar pelas pontas, defender pelas pontas também sustentando desta forma um maior equilíbrio da equipe na relação entre atacar e defender. Mas Telê fez uma seleção competitiva e que jogava bonito. A seleção de 1982 é considerada uma das três melhores seleções brasileiras de todos os tempos, atrás das de 1958 e 1970.

É perceptível hoje que o futebol passou por grandes modificações. Podemos notar isto nos próprios jogadores modernos que são extremamente polivalentes, jogando em diversas posições do campo, por exemplo, um dos melhores jogadores do mundo na atualidade, o argentino Lionel Messi. Ele é um jogador extremamente completo no que diz respeito a suas funções táticas no campo, arma jogada no setor do meio campo, finaliza no setor ofensivo, e desarma no setor defensivo.

Os goleiros hoje têm atuado como um marcador a mais na zaga trabalhando na cobertura dos zagueiros. No futebol atual não há mais espaço para goleiros que não saibam jogar com os pés, é extremamente necessário que possuam estas habilidades para se inserir no mundo do futebol.

Percebemos o quanto os modelos de produção e seus métodos, inserem-se no sistema esportivo, no sentido de avançar, também neste âmbito, com a sua lógica de formação profissional que é produzida no sentido de servir ao movimento do capital.

Assim como, no mercado de trabalho, o sistema esportivo também adere à lógica de maneira hegemônica e se coloca a disposição de uma cultura esportiva que não prioriza o esporte como um bem cultural que pertence a todos, tudo em nome de um mundo do trabalho que privilegia os ditames do capital. E procura a todo momento a extração do máximo rendimento, este atrelado diretamente a ampliação e valorização do capital.

Legitimando e reproduzindo a lógica de exploração capitalista, inculcando valores na massa proletária de que a busca pelo máximo rendimento e pelo desempenho perfeito é válido no esporte e também na sociedade, que selecionará aqueles que irão ocupar os melhores postos de trabalho. Enquanto a grande massa servirá como um grande cerne de sustentação e produção de capital, no sentido de manter uma elite dominante desfrutando de tudo aquilo que a humanidade produz e produziu historicamente.

O futebol, esporte mais popular do mundo possui uma história milenar, como vimos, e, carrega consigo os traços de diversas sociedades, os quais atravessaram a história da

civilização. Do jogo ligado a rituais, festividades e treinamentos militares se solidificam com o passar dos anos as normativas que dariam uma nova direção e função social para este jogo constituindo-o em esporte determinado por regras universais e institucionalizado na sociedade capitalista.

Este caminho seguido, na verdade, pelos jogos populares a sua esportivização não se deu de forma isenta da atribuição de valores, pelos quais, as diferentes culturas que aderiam necessitavam para preencher o seu quadro social. Assim, jogo, esporte e sociedade constituem-se em três aspectos essenciais da formação humana. Desde a mais tenra idade o ser humano joga e se educa através do jogo.

A dimensão atual do jogo subordinado ao esporte moderno absorve na medida em que se desenvolvem pelo mundo as regras e valores da sociedade atual. A lógica de mercado impõe-se frente ao lúdico, subsumi a essência original do jogo para alinhá-lo a lógica da geração de riqueza capitalista reforçando a alienação do ser humano que é ceifado do produto do seu próprio trabalho, sendo um assalariado que necessita ampliar seu individualismo competitivista para angariar um lugar melhor a luz do mercado de trabalho.

A função social do jogo de todo não é submetida ao prumo da sociedade atual, existem alternativas de jogos que se diferem das exigências capitalistas, porém, o esporte moderno é tal e qual a reprodução da sociedade capitalista, é o suprasumo do capital no âmbito da cultura corporal. Seu total atrelamento a indústria cultural do espetáculo o fez um dos maiores e mais rentáveis negócios capitalistas.

Entretanto a dialética dos contrários revela que é no próprio problema que se encontra a solução para resolvê-lo, ou seja, a superação do esporte atual se dá com uma transformação radical do atual modelo esportivo, o qual é refém de uma mudança estrutural na sociedade.

A concentração cada vez maior de riqueza impele a população a cada vez mais serem consumidores do espetáculo esportivo. É necessário construir uma nação em volta de símbolos, hinos, mitos, heróis e uniformes para conseguir coesionar todos aqueles que são separados pela indústria como apenas mais uma peça em sua engrenagem.

Uma sociedade não se constitui como tal a partir de indivíduos isolados que agem ao seu bel prazer, é necessário identificar a massa trabalhadora a um estilo ou padrão de vida, este deve ser principalmente aquele que domestica a ampla maioria aos caprichos de uma minoria. Deste modo o ciclo de dominação do homem pelo homem não se encerra num jogo manifestadamente limpo e com igualdade de chances como salienta a entidade máxima do futebol, pelo contrário, ela se intensifica quando na beleza do gesto esportivo esconde uma

intencionalidade vital, a continuidade do sistema, agora pelos caminhos imprevisíveis da imaginação humana que reproduz sua vida numa partida de futebol ou vice versa.

O esporte em geral e o futebol em específico, ao menos no Brasil, tem sido um dos principais veículos de educação da classe trabalhadora brasileira. A rotina semanal de jogos e competições dá o tom do lazer de ampla parcela dos trabalhadores no Brasil. Os campeonatos estaduais e nacionais mesclam-se nos dias da semana, articula-se com a mídia a sua transmissão em pacotes de canais pagos acessíveis muitas vezes somente em bares e restaurantes, atrelando o esporte ao consumo desenfreado de fast food, bebidas dos mais variados tipos.

O desgosto pela rotina maçante do trabalho assalariado tem assim no esporte que é transmitido durante a semana uma rota de fuga canalizando para aquele time ou esporte este sentimento. O esporte parece ser o único caminho de se conquistar algo na vida, por mais fugaz que seja uma vitória no campo de jogo, ela influencia sim diretamente no próprio humor dos trabalhadores o torna-os momentaneamente felizes, passíveis de diálogo orgulhoso no lar e também no ambiente de trabalho.

Já a derrota no campo de jogo consegue ser o escape para aquele torcedor que ao ver maus resultados em campo, passa a exercer seu papel de torcedor militante que reivindica seus direitos, luta pela queda de seu técnico e também daquele centroavante que não marca gol, do lateral que não sabe cruzar, do goleiro frangueiro, ao zagueiro furão. Estes passam a serem seus inimigos mortais e por alguns momentos os jogadores são alvo de sua fúria e os principais culpados pela sua infelicidade.

A acumulação capitalista acaba por direcionar a própria fórmula dos campeonatos, decididas em reuniões de cúpula entre os dirigentes máximos do esporte e seus patrocinadores. Constrói-se assim vários campeonatos dentro de um calendário de jogos o qual será percorrido por diversas decisões importantíssimas para vida esportiva de um clube, a disputa não é mais só por um título, mas também por uma vaga, seja em uma competição nacional ou internacional, ou, até mesmo, a fuga do rebaixamento e o direito de jogar entre os grandes.

Recheado de emoções os jogos alimentam a vida do trabalhador durante todo seu cotidiano, está na agenda do dia. As mídias televisivas, radiofônicas, cibernéticas e jornalísticas dão o complemento necessário para não haver desinformação, massificam a propaganda de seus campeonatos, times, marcas e jogadores prediletos, assim constroem a narrativa do esporte, a luz do consumo dos que vivem dessa inebriante competição,

reproduzindo o modelo esportivo que se enraíza na sociedade como o grande alento das massas oprimidas e aviltadas pelo cotidiano de seu trabalho.

As torcidas organizadas acabam por ser, para muitos, um lugar em que se encontra um espaço coletivo de pessoas que se identificam com as mesmas cores, times, ídolos e cânticos (FOER, 2005, p.83-104). Algo que na competição individualista dificilmente se encontra, a não ser na mesa de um bar vendo uma partida de futebol. Entretanto, esse sentimento coletivo é uma inversão da realidade, pois é um sentimento subordinado ao interesse individual de uma conquista, ou seja, não existe espaço para dois campeões, sempre a maioria sairá frustrada para o deleite de uma minoria, que embora coletivizada tornasse-se ainda mais individualizada. Reforçando suas conquistas, sua originalidade, colocando-as à prova na comparação com as conquistas do adversário, estreitando mais ainda sua identificação com um coletivismo, incomparável na sua imaginação, mas que na verdade só muda as cores e o endereço, pois a alienação produzida pelo esporte é igual pra todos.

3 A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

3.1 Governo Lula/Dilma/PT e a política de conciliação de classes

A vitória do Brasil para sediar a copa do mundo de 2014 fortaleceu a política do atual governo em relação aos privilégios fornecidos aos setores empresariais, principalmente ligados à construção civil. Neste pacote está incluso a política de conciliação de classes na medida em que as políticas governamentais acentuam a retirada de direitos dos trabalhadores e mantêm intactas as margens de lucros dos setores empresariais.

As obras de infraestrutura deram um fôlego ao regime que criou direta e indiretamente milhares de empregos, subempregos relacionados ao mundial. Somados a estas as obras das grandes usinas hidrelétricas de Jirau e Belo Monte também fazem parte do programa governamental que possui políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁰ para beneficiar os empresários que angariam fundos públicos através do BNDES e do próprio FAT.

Das péssimas condições de trabalho, nos canteiros de obras, surgiram inúmeras greves, paralisações e atos políticos enquanto dos gabinetes empresariais se projetava as arenas que encheriam os bolsos dos principais financiadores de campanhas políticas no Brasil. A resposta do estado veio através do forte investimento em armamento para a polícia militar brasileira, a construção de uma força nacional de segurança sob tutela do exército. Criando uma legislação específica para garantir os acordos com a FIFA e o COI.

Para que possamos compreender melhor esta política desenvolvida pelos governos Lula/Dilma resgataremos de forma breve o processo de amoldamento do PT a ordem vigente demonstrando que o partido que assumiu o poder parlamentar tinha aberto, há muito tempo, mão da construção de um projeto político alinhado com a luta dos trabalhadores em prol da

¹⁰ O Brasil através do PAC possui hoje seis obras de infraestrutura que se encontram entre as cem maiores do mundo: Projeto de Integração do Rio São Francisco(PISF); Morar Carioca – comunidade sustentável; Campo de Libra – Pré-Sal; Parceria Público Privada (PPP) do sistema de tratamento de esgoto no Recife (PE); Ferrovia Transcontinental; Metrô da Linha 6 de São Paulo. <http://www.pac.gov.br/noticia/290b39fb>

superação do capitalismo. Para isto, cooptou lideranças, desenvolveu políticas assistencialistas orientadas pelos grandes organismos financeiros mundiais voltados para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora brasileira, deu curso a política de privatizações, amarrou os movimentos sociais à máquina estatal criando uma relação de dependência dos trabalhadores ao governo, garantindo lucros recordes aos bancos, recebendo sempre o apoio dos governos norte-americanos de George Bush a Barack Obama.

O PT representou um acúmulo de lutas sociais das décadas passadas, principalmente das lutas que se gestaram nos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil. O embate entre as classes sociais expresso nas décadas de 1960 e 1970 propiciam um novo momento frente às lutas sociais no Brasil. A própria conformação da classe trabalhadora passa por um profundo processo de reorganização que já vinha sendo gestado desde o governo de Getúlio Vargas 1930-1945, passando por JK (1956 - 1961), Jânio (1961-1961), Jango (1961 – 1964) e os militares (1964 – 1985) (MATTOS, 2013).

O modelo de urbanização e industrialização implantado no país deu um novo perfil à classe trabalhadora brasileira, ligada as cidades que concentram polos industriais como o do ABC paulista, arquitetaram vias rápidas para o escoamento da produção até as regiões portuárias, criaram um sistema de transportes que liga os bairros até os locais de produção, erigindo uma estrutura de concreto, aço e asfalto condicionada a aumentar de acordo com as necessidades expansivas do capital (MATTOS, 2013).

Estas modificações deram uma nova dinâmica das lutas sociais no Brasil onde no fim dos anos setenta na região do ABC paulista um novo sindicalismo surgia com força e causava espanto aos empresários que viam em pouco tempo a organização de greves que paralisavam parques industriais inteiros cessando a produção de mais-valia atacando diretamente os cofres dos detentores dos meios de produção. Ao fim da década de 1970 e início da década de 1980 surgem lideranças sindicais importantes, entre elas, a figura de Luís Inácio Lula da Silva, metalúrgico, que se colocou a frente de inúmeras greves que aos poucos foram tomando grandes proporções.

É no início da década de 1980 que a luta que emanava da resistência operária no ABC começa a ser canalizada para a construção do partido dos trabalhadores, agregando militantes de várias frentes de atuação que iam desde a luta armada a militância religiosa, intelectuais, artistas, figuras políticas importantes também se somam na construção do partido que nesta década irá direcionar os trabalhadores para a luta pela redemocratização do Brasil, incluindo no programa partidário reivindicações importantes amadurecidas nos anos anteriores, como o direito de greve, a liberdade de organização político partidária, redução da jornada de

trabalho, licença-maternidade e outros direitos civis e sociais que de certo modo se expressam na constituição de 1988 (IASI, 2012).

O ano de 1989 foi de grandes embates na disputa pelas eleições presidenciais as quais diante do quadro eleitoral expressava um período de efervescência política com a queda do muro de Berlim, “fim” do leste europeu, incluindo a extinção da URSS. O capitalismo pós-guerra acaba por se desvencilhar da polarização entre URSS e EUA com o fim do regime soviético, abrindo espaço para expansão capitalista que ganhou novo fôlego nestes territórios. Abrindo campo para a expansão neoliberal sobre o escudo da globalização e a ideologia de um mundo único e de ilimitado progresso.

As eleições, portanto, ainda carregavam sinais da polarização que dividia o mundo e logo a direita reacionária tratou de caracterizar o socialismo como algo que estava ruindo em conjunto com as burocracias stalinistas que se desenvolveram sobre a bandeira da revolução russa.

O PT em sua conformação política tinha como princípios norteadores a construção de uma via política que não reproduzisse a política da socialdemocracia nem a política do socialismo real do leste europeu, pautava-se pela implementação do socialismo a partir de sucessivas reformas, apontando para necessidade de avanços políticos por dentro da ordem, conquista de espaços na institucionalidade, e, também a necessidade de organizar a luta dos trabalhadores (MATTOS, 2013). A articulação da luta institucional com o avanço das lutas sociais era um princípio norteado por uma meta estratégica de construção do socialismo no Brasil, algo que aos poucos vai sendo retirado do estatuto do partido e cada vez menos discutido nos congressos (IASI, 2012).

Os anos noventa encerram a perspectiva classista e combativa do partido que aos poucos enquadra seu programa político aos ajustes de ordem estrutural vinculado aos preceitos liberais e neoliberais apregoados pelos grandes organismos financeiros mundiais. A virada programática do partido é acompanhada pela conquista cada vez maior de espaços institucionais via legislativo, federal, estadual e municipal, e um abandono do braço da mobilização social (IASI, 2012). Na medida em que a via eleitoral se torna um fim em si mesmo ela acaba por vincular as lutas sociais dirigidas por ferramentas importantes como a CUT e o MST para o terreno da via parlamentar.

Mattos (2010; 2013) aponta que a Central Única dos Trabalhadores passa por um processo de transformação, em que perde o caráter classista dos anos noventa para uma ação sindical vinculada ao “participacionismo”, construindo espaços conjuntamente com os

governos, do “entendimento nacional” com Collor ao acordo da previdência em 1996, as câmaras setoriais de 1991 a 1994. A Central passou então a administrar recursos públicos, através do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT), oferecendo cursos de formação profissional aos operários, calcada na lógica da empregabilidade, aceitando o discurso de que a falta de empregos no país era fruto da falta de qualificação profissional.

Décadas de acúmulos do novo sindicalismo que emergiu do ABC paulista acabaram por ser moldadas pelas direções sindicais cada vez mais afastadas das bases e vinculadas ao projeto de ocupação de espaços institucionais. Lideranças sindicais fizeram carreira nos sindicatos e no parlamento, a carreira sindical, o imposto sindical acelerou o processo de burocratização da central confirmando seu transformismo político. O que no início era negado para a central nos anos noventa foi adaptado a sua política colaboracionista, conciliatória, deixando aberto o espaço para a reestruturação produtiva que solaparia de vez as bases organizativas dos trabalhadores via sindicatos que aos poucos se viram mais amarrados e vinculados ao aparato estatal (MATTOS, 2009).

Na década de 1990 o principal polo de resistência a política neoliberal que se abatia sobre o Brasil foi representada na luta do MST através de sucessivas ocupações de grandes latifúndios improdutivos, defendendo a reforma agrária, de forma limitada, dentro dos marcos legais de desapropriações com indenizações prévias. Construindo uma luta ferrenha contra o latifúndio improdutivo.

Com o passar dos anos os assentamentos acabaram formando-se na dependência da criação de fundos de financiamentos estatal que garantiriam crédito aos camponeses para enfrentar a concorrência e comercializar seus produtos. O que aos poucos criou uma forte dependência do movimento às políticas governamentais (MATTOS, 2013).

No ano de 2002 com a ascensão do governo Lula/PT ao governo federal se amplia a dependência em relação ao estado. Diversos projetos foram formulados com o intuito de amarrar à estrutura do movimento as políticas governamentais. Programa de educação rural, formação técnica, cesta básica para acampados (Mattos, 2009). O que antes tinha como horizonte estratégico a ruptura com o capitalismo, agora busca conformar a luta social a políticas públicas de interesse do grande capital silenciando a resistência e propondo uma alternativa de conciliação de classes. Como se o agronegócio e a pequena agricultura pudessem viver harmoniosamente.

Não demorou muito para que as políticas de reforma e privatização da previdência pública, parcerias público privadas, liberação dos transgênicos, comprovassem que a ex-liderança operária agia agora em prol de quem sempre criticou. Das greves do ABC a aliança

com José Sarney (PMDB) antigo archi-inimigo do PT, e aliado político no palácio do planalto.

A opção de governar ao lado das figuras que apoiavam o regime militar, como Delfim Netto, ministro da fazenda dos generais Costa e Silva, Geisel e Figueiredo, responsável pelo chamado “milagre econômico” e defensor do Ato institucional nº5 aprovado no ano de 1968, fez o PT tornar-se em poucos anos inimigo dos trabalhadores.

Em 2004 a alta cúpula do partido é denunciada por um dos maiores escândalos de corrupção da história do Brasil. O ex-deputado Roberto Jefferson/PTB, também envolvido no caso do mensalão disparou denúncias que abalaram o partido, que viu envolvido no esquema figuras importante do governo como José Dirceu e José Genuíno/PT, tendo inclusive o presidente sido alvo de acusações. Denúncias e acusações que ao passar de dez anos ainda não estão bem esclarecidas, e recaíram sobre figuras de menor importância no jogo político brasileiro como Marcos Valério e Delúbio Soares, ambos trabalhavam nas campanhas eleitorais do PT e PMDB. O esquema comprava votos de parlamentares para aprovar medidas governamentais no congresso federal. O popularmente conhecido “mensalão”.

Para que possamos compreender melhor o processo de amoldamento do PT a ordem vigente e seu processo de transformismo político retomaremos, de forma breve, o estudo do professor Mauro Iasi em que analisa as metamorfoses do PT a partir das suas resoluções congressuais e dos encontros nacionais do partido, dando maior clareza a tragédia que embora anunciada, levou consigo grande parte dos lutadores que depositaram suas forças neste projeto político partidário.

Iasi (2012, pg. 396 a 398) analisa as resoluções internas dos congressos e encontros do PT identificando que na visão partidária não estava ainda colocada de forma imediata e consciente a tomada do poder pela totalidade dos trabalhadores. A alternativa seria construir o poder popular, de base, nos sindicatos e movimentos populares com intuito de “acumular forças” conceito inicialmente ligado a uma política de crescimento na década de 1980, mas que logo viria a se tornar um conceito chave no desenvolvimento da estratégia gradualista, via conquistas institucionais, e, de desenvolvimento do terreno para o socialismo a partir das reformas, o que alteraria a correlação de forças.

Na medida em que o partido crescia ampliava-se a necessidade de uma análise mais apurada da realidade brasileira, algo bastante presente nos encontros da segunda metade da década de oitenta. Aprofunda-se o entendimento do capitalismo no Brasil que se desenvolve de maneira desigual e subordinada ao imperialismo. Burguesia e estado fortemente organizados em órgãos, instituições, industriais, setor financeiro, comercial, de comunicações,

em contraposição a uma classe trabalhadora que se encontra em diferentes níveis de organização, desde o trabalhador urbano ao trabalhador rural (IASI, 2012).

O partido se fortalece e conjuntamente com isso cria-se uma classe dirigente ligada à figura de Lula e de parlamentares que conquistavam espaços nas câmaras de vereadores, deputados, prefeituras, dando corpo às decisões que acabavam cada vez mais centralizadas nas mãos das figuras públicas do partido, dando um claro indício de afastamento do partido das bases populares, envergando a linha partidária para um acúmulo de forças no sentido de ampliar os espaços democráticos e as conquistas populares e sua consequente alteração da correlação de forças, servindo como uma espécie de ponte para a meta estratégica socialista.

Entretanto a vanguarda partidária identifica que o alcance da meta estratégica não estava colocado para o conjunto da classe trabalhadora a consciência daquela estratégia. Portanto, na medida em que essa análise se desenvolve a vanguarda constrói a tática do acúmulo de forças a partir da constatação objetiva da ausência, para o conjunto da classe, da consciência da necessidade da ruptura socialista, impõe este elemento à consciência de classe que se forma, distanciando as ações táticas do objetivo estratégico (IASI, pg. 401, 2012).

Isto torna claro o processo de amoldamento do PT a compor mais uma sigla partidária qualquer no jogo político brasileiro. O arco de alianças abarcou os inimigos do passado, os quais sempre representados em seus slogans partidário “governo para todos”, “Brasil um país de todos”, “País rico é um País sem pobreza”. Os programas assistencialistas maquiavam os dados da realidade e pintam o partido com um caráter popular, de favorecimento aos pobres, quando na verdade são os lucros dos bancos que aumentam e despertam o investimento internacional.

O curso das terceirizações, das privatizações, do desenvolvimento do subemprego seguiu o ritmo da década de noventa e aceleraram diversas reformas que vão desde o ensino a previdência alinhando o país aos ditames da política dos grandes organismos mundiais como FMI, BM, UNESCO, ONU, dando destaque internacional ao Brasil que passou a exercer missões de “paz” no Haiti e ocupar cadeiras no G-20.

“Reconhecido” internacionalmente o país agora precisa transformar-se numa marca a ser consumida no mercado internacional, nada melhor que sediar os maiores eventos esportivos do mundo.

Hoje reconhecidamente o PT é um partido burguês que desfila sobre uma base partidária que vive as mazelas do trabalho precário, do subemprego e em troca disso recebe auxílios governamentais que não resolve em nada o problema destes trabalhadores.

Nas eleições presidenciais de 2014 logo após o mundial o circo das promessas apontou a candidata Dilma Rousseff como a que muda mais, a candidata que não permitiria às atrocidades que os tucanos (PSDB) queriam para o Brasil. A tentativa debochada da grande mídia de pintar o país com as cores de PT e PSDB, reforçando um modelo de bipartidarismo, foi rejeitada por grande parcela da população que votou nulo, ou simplesmente se absteve do processo eleitoral e em menor grau votou nos partidos menores, como os de esquerda (PSTU, PSOL, PCB).

Com menos de um mês de mandato os cortes já surtem efeito no bolso dos trabalhadores com medidas provisórias que atingem os direitos trabalhistas, aumento nos combustíveis, nas contas de luz e água, aumento nos alimentos, nos transportes contrariando todas as promessas eleitorais e subordinando o país as regras empresariais de garantia das margens de lucro.

A política do atual governo para os megaeventos esportivos teve a prova de fogo no ano de 2007 com a realização dos jogos pan-americanos do Rio de Janeiro. A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) avaliou os jogos no RJ como as credenciais para a realização da Copa do Mundo 2014 e olimpíadas 2016. As Unidades de Polícia Pacificadora se espalharam pela cidade. As vésperas dos jogos em 26 de junho de 2007 uma operação policial no complexo do alemão mobilizou 1.350 policiais, matou 19 jovens e feriu oito, que segurança é essa? (MARINHO; CAMPAGNANI; CONSENTINO; 2014).

Para melhor compreender o desenvolvimento desta política também no campo esportivo, discorreremos a seguir sobre as políticas desenvolvidas pelo ministério do esporte e o governo federal brasileiro, as quais em nosso entendimento estão a serviço de um modelo esportivo que fortalece as relações empresariais monopolizadas no esporte brasileiro, sobre um pretexto de construir uma potência olímpica, ledó engodo.

3.2 A política esportiva e a década de ouro do esporte brasileiro

A chamada “década de ouro” do esporte brasileiro parece estar em descompasso com reais avanços no campo esportivo desvinculados dos negócios e voltados para a população. Fruto de uma articulação política entre governos e empresários, a escolha do Brasil enquanto

país sede de megaeventos esportivos o colocou nas mãos das grandes empreiteiras da construção civil e também das instituições detentoras dos “direitos” de tais eventos – a FIFA e o COI e seus patrocinadores.

Vale listar o que se tem chamado de a “década de ouro” do esporte no Brasil. Mas preferimos denominar esse período de “tsunami esportivo”, expressão utilizada nos materiais do sistema Confef/Crefs (2010) que parece expressar melhor o que significa a vinda desses megaeventos para o Brasil. Ainda que nossa discordância com esse órgão corporativo profissional e seu presidente Steinhilber seja total e absoluta, essa expressão é mais adequada por considerar o caráter e o potencial grandioso e devastador dessa manifestação do esporte-espetáculo. Grandioso porque a sua nomenclatura já designa superlativo; devastador porque a nossa avaliação é de que a sua passagem pelo país pode significar um divisor de águas negativo.

São eles: Jogos Panamericanos (2007) Jogos Parapanamericanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014), Jogos Olímpicos (2016) Jogos Paraolímpicos (2016), Jogos Mundiais Universitários (2018), Copa América de Futebol (2019). São eventos já ocorridos e/ou a ocorrer (previstos) em nosso país. Poderiam ser incluídos aí o XX Campeonato Mundial de Atletismo Master (2013), realizado na ESEF-UFRGS, em Porto Alegre, a Gymnasiade (Jogos Mundiais Escolares) (2013), em Brasília ou as corridas de São Silvestre em São Paulo ou os clássicos futebolísticos entre o Atlético e o Cruzeiro em Belo Horizonte. E a Jornada Mundial da Juventude (2013); A Rio +20; O Rock In Rio. Contudo, não se deixa de considerar que a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos são os principais megaeventos esportivos que a humanidade historicamente já produziu. Estamos tratando de eventos esportivos organizados por instituições quem sabe mais poderosas do que a própria Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que, pelo menos no que diz respeito à filiação de nações a essas entidades, a terceira sai perdendo das duas anteriores.

O esporte no Brasil, o futebol em especial, tem ocupado há muitos anos um importante espaço na formação dos trabalhadores brasileiros. Desde sua chegada ao país, o esporte moderno teve como instituições disseminadoras a igreja católica, através da ACM, e os militares como mentores da concepção hegemônica do esporte em terreno nacional (OURIQUES, 2014).

Essa introdução do esporte contou com a forte presença da elite empresarial no domínio do esporte, tendo este inicialmente um grande apelo ao amadorismo e aos preceitos apregoados pelas instituições detentoras das regras universais do desporto. Os trabalhadores

do século XIX e do início do século XX pouco desfrutaram desta prática corporal, destinada inicialmente as elites brancas que dominavam o país. Com o passar dos anos e em consonância com o desenvolvimento capitalista o esporte cada vez mais se afastava dos atributos iniciais e se aproximava do profissionalismo, da gestão empresarial e diante disto tornando-se um mercado com um imenso potencial lucrativo.

O estado brasileiro a partir da década de 1930 passa a desenvolver políticas que assumam o controle do esporte perspectivando-o como uma ferramenta de propaganda. Para Ouriques (2014) é a partir da década de 1940 que as primeiras estruturas esportivas são montadas, sendo esta uma fase de organização e disciplinamento do esporte brasileiro, associado ao sentimento nacionalista, adquiriu estruturas físicas como o hipódromo, raia de remo e no ano de 1950 o estádio Maracanã que foi o palco principal da copa do mundo de 1950 no Brasil, todas na cidade do Rio de Janeiro.

O período da ditadura civil militar também demonstrou habilidade no trato com o fenômeno esportivo como uma ferramenta de propaganda. O campeonato brasileiro e a valorização dos clássicos acirravam a rivalidade entre torcedores de norte a sul do país que assim se identificavam cada vez mais com as cores do seu time, e com a possibilidade de vê-los representando a seleção bicampeã mundial.

Em 1968, a ditadura sofria com a forte ascensão dos movimentos sociais que contestavam o regime autoritário nas ruas. O AI-5 trouxe a legalidade das torturas, extradições e prisões arbitrárias, assim os militares que não demoraram muito em desarmar os movimentos que estavam nas ruas através da repressão, e utilizando-se do esporte como uma ferramenta de manipulação política ideológica. A vitória na copa de 1970 deu força ao sentimento nacionalista embalado pela música de Miguel Gustavo “pra frente Brasil, salve a seleção”. Fez despontar também um grande defensor do regime no campo esportivo o melhor jogador de futebol do mundo, na época, Pelé, dava declarações a favor dos militares¹¹.

A resistência no campo esportivo se demonstrou bastante frágil no momento em que João Saldanha treinador da seleção brasileira e militante do partido comunista teve de deixar o cargo poucos meses após classificar a seleção canarinho para a copa de 1970, numa história pouco esclarecida, e que fez nascer um novo fiel escudeiro dos militares no comando, Zagalo, ex-jogador do botafogo técnico que deu o tri campeonato mundial aos militares na copa do México.

¹¹ Ver documentário – “memória de chumbo: o futebol nos tempos do condor” – organizado pela emissora ESPN. Disponível no sítio: <https://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>

Nos anos 80 o Brasil vivenciava os ardores da crise econômica mundial que desde a década de 70 se esparramava pelo globo. O futebol brasileiro continuava despertando a paixão das multidões que lotavam estádios inteiros ao som dos cânticos que embalavam os times do coração. Com médias extraordinárias de público e com muitos times disputando os campeonatos estaduais e nacionais, o Brasil formou selecionados fortes como a seleção de 1982 dirigida por Telê Santana e batida pela poderosa esquadra azurra italiana de Paolo Rossi e Cia.

Soma-se a isto crescente mobilização dos trabalhadores engajados na luta pela redemocratização do país, intelectuais brasileiros passaram a tratar o tema com maior dispêndio de estudo, uma mentalidade crítica foi surgindo no entendimento do esporte no Brasil, a corrente esporte para todos apregoava a necessidade do esporte no Brasil não ser vinculado diretamente às competições esportivas voltadas ao alto rendimento, mas sim ao desenvolvimento de políticas públicas esportivas que realmente beneficiassem a população a ter o acesso às praticas corporais por meio de espaços públicos (COLETIVO DE AUTORES, 2005).

No México em 1986 e na Alemanha em 1990 as desclassificações precoces auxiliaram os dirigentes esportivos e os empresários do esporte a questionar o modelo de futebol brasileiro, abrindo campo para transformações importantes que em conjunto com as reformas estruturais desenvolvidas por Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deram as bases para um novo período do futebol e o esporte brasileiro. A lei Zico e posteriormente a Lei Pelé complementaram-se no sentido de abrir o mercado esportivo para os negócios internacionais. As reformas carregavam em seu discurso o tom de modernização, mas de fundo resguardavam a agenda neoliberal que se abatia sobre o estado nacional.

As consequências desta política logo foram sentidas no futebol e a abertura do investimento internacional se consolidou com a presença de multinacionais como a Parmalat em 1992 que vislumbrou o futebol brasileiro como um meio de adentrar as fronteiras do país para comercializar seus produtos. A associação de marcas empresariais ao esporte passou a ser colocada no rol das medidas modernizantes que os neoliberais traçaram para os clubes de futebol, que em muitos casos entregaram o gerenciamento dos departamentos de futebol para as mãos de empresas privadas e grandes empresário do ramo do marketing esportivo.

Os resultados desta política acabaram por ser um limitante cada vez maior da participação de clubes pequenos na elite do esporte nacional. Os altos custos para se ter uma equipe no topo do esporte limou das competições diversos times que acabaram fechando as portas e tornando o esporte mais seletivo. Outro fator foi à evasão dos jogadores brasileiros para

ligas europeias que já haviam se conectado com as exigências da economia global e desfrutaram da exportação de craques brasileiros para engordar suas fortunas e abrilhantar seus campeonatos locais que hoje se tornaram referência para os brasileiros que reproduzem as fórmulas, porém não conseguem obter os mesmos e lucrativos resultados.

As copas as olimpíadas monopolizaram os esportes e criaram um modelo de acumulação de capital que gira em torno da exclusividade dos direitos de imagem sobre os astros do esporte, atletas mercadorias e clubes empresas se tornaram o alvo das multinacionais que buscam publicidade e o alcance de novos mercados. No ano de 1998 o escândalo de corrupção envolvendo a CBF e a sua patrocinadora Nike trouxeram a tona a relação espúria que se estabelece entre dirigentes esportivos, empresários e políticos de alto escalão.

A ascensão do governo Lula em 2002 chegou a criar uma ponta de esperança naqueles que desde os anos oitenta construíram o projeto político petista que desenvolveu por meio de intelectuais ligados a Educação Física um importante acúmulo sobre o debate do esporte no Brasil, algo que fora esquecido logo que o jogo político demandava o Ministério dos Esportes ao aliado PC do B que dirige as políticas do esporte brasileiro atualmente (OURIQUES, 2014).

Veremos agora de maneira sucinta a orientação das políticas e ações desenvolvidas pelo ministério do esporte brasileiro e de que modo elas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento de uma modelo esportivo que se subordina as exigências dos grandes monopólios do futebol mundial, ou seja, o monopólio para se realizar deve estar ancorado em políticas públicas, de governo e de estado.

Os programas e ações disponíveis no sítio do Ministério do Esporte¹²totalizam nove: Bolsa-Atleta, Plano Brasil Medalhas, Segundo Tempo, Atleta na Escola, Lei de Incentivo ao Esporte, Centro de Iniciação ao Esporte, Esporte e Lazer na Cidade, Vida Saudável, Futebol Feminino. Sete dos quais associados ao esporte de alto rendimento é o estado cumprindo seu papel de legislador e financiador dos complexos empresariais de acumulação de capital via esporte. Vejamos o exemplo do programa Bolsa-Atleta:

O programa se subdivide em cinco categorias (de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica/Paralímpica) com valores que variam entre R\$ 370,00 a R\$ 3,100. O Bolsa-Atleta Categoria de base conta com o repasse de R\$ 370,00 reais para atletas com idade entre 14 e 19 anos que estejam vinculados a um clube, filiados em federação estadual e confederação nacional da modalidade, participado de competições no ano anterior ao

¹² <http://www.esporte.gov.br/>

requerimento e ter obtido no mínimo a terceira colocação. As demais categorias seguem a mesma lógica acrescentando apenas as exigências de participação à delegação brasileira em caso de competições olímpicas e internacionais.

O financiamento governamental se dá assim de forma indireta aos clubes privados, estimula a exploração do trabalho infantil nos clubes e escolas, onde a rotina das competições esportivas alimenta um sonho que se realiza para poucos. A Bolsa auxilia aqueles que deveriam ter direitos trabalhistas respeitados pelos clubes que exploram a força de trabalho, em nome do amadorismo, alimentando a indústria esportiva e ganhando ainda por cima isenção dos impostos governamentais. O ranking exigido do atleta reforça a lógica excludente do esporte espetáculo já na sua base só que agora garantido e legitimado por uma política governamental.

O Plano Brasil Medalhas é outro programa governamental que alimenta a formação de mão de obra dos monopólios formados por federações e confederações nacionais e internacionais detentoras do esporte moderno. O objetivo do programa lançado em setembro de 2012 é bastante arrojado, almeja colocar o país entre os dez primeiros colocados nos jogos olímpicos de 2016 e entre os cinco primeiros nos jogos paralímpicos. O estado assegurou o repasse de um bilhão de reais adicional aos esportes olímpicos e paralímpicos para o Rio 2016. Visando garantir a contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais, viagens para treinamento e competições, construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos. Dinheiro público financiando e incentivando a lógica de acumulação do esporte espetáculo. Não basta só montar o palco tem que formar os artistas!

Criada no ano de 2007 a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) é outro programa governamental vinculado ao ministério dos esportes. A lei possibilita a isenção do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas que financiem projetos nas manifestações esportivas de participação, rendimento ou educacional. O governo federal dispõe de uma lista de projetos chancelados pelo ministério dos esportes e aptos a receber as “doações”. Nas palavras do próprio ministério *“em funcionamento desde 2007 a LIE permite que você, empresário, associe sua marca a um projeto esportivo aprovado pelo ministério do esporte”*.

A página do ministério ressalta o sucesso do programa: *“A quantidade de empresas que investem no esporte por meio da lei só aumenta: em 2011, foram 1.503, mais que o dobro de 2009 (645). O número de entidades que apresentam projetos e conseguem captar os recursos disponibilizados pela Lei de Incentivo dobrou nos últimos dois anos. Em 2011, foram 349; 172 em 2009; e 12 em 2007. Desde que entrou em vigor, a Lei de Incentivo já*

destinou R\$ 650 milhões a 1.852 projetos. Só em 2011, foram R\$ 219,5 milhões, 20% a mais que em 2010 (R\$ 191,9 milhões), o dobro de 2009 (R\$ 110,8 milhões) e 331% a mais que o primeiro ano, 2007 (R\$ 50,9 milhões). Em 2012, pela primeira vez, desde a vigência da lei (2007), o número de contribuições individuais superou o de pessoas jurídicas: 1.077 empresas incentivaram projetos esportivos, enquanto 1.090 pessoas físicas usaram a lei para fazer doações. “No total, R\$ 4,3 milhões utilizados para financiar projetos esportivos foram captados por meio de investimentos de pessoas físicas”.

Fica ilustrada aqui a troca de favores realizada entre empresários e estado. Isenção fiscal de um lado, “exploração de imagem do outro”, empresários seguidamente estampam seus slogans em projetos sociais “benéficos”, dando uma cara mais humana aos seus negócios e melhorando sua aparência diante do consumidor.

Retornando as políticas governamentais e para exemplificar melhor a participação do estado na formação dos monopólios do esporte vejamos o programa *Atleta na Escola*. *Tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.* O programa é desenvolvido em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas públicas (privadas e federais), Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol. É o estado desenvolvendo políticas e semeando o terreno para as grandes corporações do esporte mundial. As duas grandes ações do programa é realizar os jogos escolares e um centro de iniciação esportiva que servirá de captação dos talentos identificados nos jogos escolares.

A formação dos “atletas” e do esporte espetáculo é reproduzida nos ambientes de ensino, em que se copia o esporte de alto rendimento formando muito mais consumidores do esporte do que jogadores, a debilidade das escolas públicas no que diz respeito a materiais esportivos e infraestrutura adequada revela que esse não é um ambiente propício para formação de atletas de alto nível. O estado aqui trabalha para formar o consenso na população, inculcar os valores olímpicos e domesticar os trabalhadores as exigências e desmandos da FIFA e do COI sob a tutela do esporte mundial. A velha e maligna política de conciliação de classes.

Passamos agora a analisar as exigências feitas pelas entidades detentoras do esporte mundial ao estado brasileiro para garantir seu monopólio esportivo e conseqüentemente suas exorbitantes taxas de lucro.

Para a copa do mundo de 2014 foi aprovada no congresso nacional o projeto de Lei nº 12.633, de 5 de junho de 2012, a Lei Geral da Copa. A lei é composta por 71 artigos, e dispõe sobre as medidas relativas à copa das confederações FIFA 2013, a copa do mundo FIFA 2014 e a Jornada Mundial da Juventude 2013, realizadas no Brasil. A seguir alguns artigos da lei destacados em nota divulgada pelo comitê popular da copa¹³ e que exemplificam o debate que estamos fazendo:

No segundo capítulo “Da proteção e exploração dos direitos comerciais” da lei é criado um procedimento especial junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) para o registro de marcas consideradas “símbolos oficiais” de titularidade da FIFA, garantindo exclusividade do seu uso e tirando do órgão o poder de decisão quanto à natureza do registro de marca. Garantia do monopólio de imagens e símbolos “oficiais”, “padrão FIFA”. Prevê ainda a restrição comercial e vias de acesso. O art. 11 trata da proibição da venda ou exposição de quaisquer mercadorias nos “*locais oficiais de competição nas suas imediações e principais vias de acesso*” sem permissão expressa pela FIFA. Monopólio do exercício de atividade comercial a entidade privada e empresas patrocinadoras.

A lei¹⁴ criou novos crimes, sanções civis e tribunais de exceção. “Com data de validade até dia 31/12/2014 “utilização indevida de símbolos oficiais”, Marketing de emboscada por associação” e “Marketing de emboscada por intrusão”. Dispositivos penalizam bares que pretendam transmitir os jogos. As exigências aprovadas ainda garantem que a união assumira a responsabilidade por qualquer dano causado a FIFA. Dispõe a concessão automática de vistos de entrada e permissões de trabalho a FIFA. A FIFA tem a garantia de ser a “titular exclusiva” de todos os direitos de transmissão e pode impedir a presença da imprensa. Por fim a FIFA é isenta de qualquer despesa processual.

Com as infraestruturas, embora mal acabadas, mas em funcionamento a copa do mundo de 2014 ocorreu em harmonia entre estado e FIFA. Parceiros comerciais se divertiram assistindo os jogos e os seus produtos nas arenas do esporte moderno. Os trabalhadores que dependem do comércio informal para sobrevivência foram varridos dos locais oficiais de competição, e apesar de arcar com os custos do espetáculo foram expulsos da festa e “convidados” a assistir pela televisão.

¹³ A nota está disponível no sítio:

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=197:lei-geral-da-copa-o-povo-diz-n%C3%A3o acessado no dia 26/01/15 as 15:15.

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm

Nada de novo na década de ouro do esporte brasileiro a não ser o aprofundamento de uma política esportiva que começou nos anos 1990 e vem se aperfeiçoando com o governo Lula/Dilma/PT. O processo de elitização do futebol brasileiro tem sido uma cópia mal feita dos campeonatos europeus. O destino das 12 arenas já parece claro, seguirá o rumo dos legados do Pan 2007.

O Brasil impôs uma derrota a sua própria população com a realização dos jogos, talvez o que diferencia essa política com a dos militares é que não conseguiu atingir o sentimento de uma nação em desenvolvimento, com orgulho do seu país, pelo contrário, se alguém achava que essa era uma copa que responderia em campo o sucesso do Brasil viu frustrar-se suas expectativas diante do passeio de 7 x 1 da seleção alemã sobre a seleção canarinho enterrando as expectativas mais positivistas.

Mas o que fica? Quais são os legados? E os estádios? E as reformas? E os empregos? E os portos? E os aeroportos? E os transportes? Quem ganhou com tudo isso? Perguntas que ao passar do tempo serão esquecidas no imaginário popular, mas que marcaram profundamente a vida daqueles diretamente atingidos pelas obras e demais problemas ocasionados pela copa. Estes sim vítimas diretas do estado burguês que atua como um órgão de dominação de classe, amordaçando os trabalhadores na sua estrutura política desenvolvida para alimentar os monopólios internacionais, neste caso, os esportivos.

3.3 Legados e desenvolvimento: para qual lado?

A escolha do Brasil enquanto país sede de megaeventos esportivos o colocou nas mãos das grandes empreiteiras da construção civil e também das instituições detentoras dos “direitos” de tais eventos – a FIFA e o COI e seus patrocinadores conforme vimos anteriormente. Os principais argumentos para a vinda desse *tsunami* são os “legados” de infraestrutura urbana e o “desenvolvimento” do país e das cidades-sede. Ou seja: a vinda desses eventos – marcadamente da Copa do Mundo de Futebol – foi utilizada com a velha intenção de promover um grandioso espetáculo desportivo que passaria e deixaria uma série de questões positivas (legado) e promoveria o desenvolvimento do país. É sabido que, de fato,

esses eventos servem para o entorpecimento das massas. Como se dizia nos cartazes na cidade do Rio de Janeiro em 2007: PAN E CIRCO – aludindo ao clássico *panis et circenses*.

O apelo ao sentimento nacionalista e ufanista em torno do “país do futebol” tem sido a principal retórica dos discursos dos defensores – governos, mídia e burguesia –, porém, veja-se que os argumentos centrais para essa defesa não tratam dos legados esportivos em si, mas do que faz dessa *manifestação esportiva* um *megaevento*. Recorde-se que milhares de pessoas já haviam saído às ruas em Outubro de 2007 quando foi anunciado oficialmente que o Brasil sediaria a Copa de futebol. Saiu também em Outubro de 2009, quando foi oficializada a cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas. O clima era de euforia, entusiasmo, alegria e a expectativa geral era a de que tudo isso seria muito bom para as brasileiras e os brasileiros. Era o que diziam as propagandas oficiais e o senso comum, embora alguns poucos coletivos políticos, marcadamente no seio estudantil, além de grupos de pesquisa e militantes e ativistas apregoassem o contrário. Dizia-se, como se diz até hoje, principalmente pela via da Rede Globo e afiliadas, sempre das benesses desses megaeventos, obviamente, por ser a mídia parte intimamente interessada na manutenção apesar da crítica, haja vista os seus bilionários contratos de transmissão oficial. E quem enfrenta *mister Kane*?

Porém, pouco ou nada se diz do “legado” que ficará para as políticas de esporte escolar ou de base, ou mesmo para as políticas educacionais em torno da educação física escolar. Para os principais especialistas e cientistas sérios da Educação Física brasileira, como Valter Bracht, a Copa são negócios e não há incentivo ao esporte (BRACHT, 2012). Por outro lado, fala-se, isso sim, da mobilidade urbana – construção de avenidas, estradas, portos e aeroportos, corredores de ônibus e linhas de trens, etc.; do incentivo ao turismo interno e externo – benesses tropicais e regionais das cidades-sede, construção e ampliação da ocupação de hotéis, etc.; da geração de empregos – permanentes (quase nenhum) e temporários (e seus desdobramentos, como por exemplo, a necessidade de domínio de línguas estrangeiras), o que inclui desde a contratação de operários da construção civil ao setor de serviços, além de trabalhadores voluntários; e, principalmente, fala-se da necessidade de estarmos “bem preparados” para receber os eventos e seus espectadores, já que, afinal de contas, essa é uma “grande oportunidade” e não é possível desperdiçá-la. Mas onde fica o “esporte” nessa equação?

O esporte encerra em si um duplo caráter contraditório: por um lado, trata-se de uma potencialidade para a formação do ser humano em direção ao seu desenvolvimento

omnilateral¹⁵, do ponto de vista do trato com a cultura corporal e esportiva; por outro lado, trata-se de um fenômeno forjado pelo modo de produção capitalista (BRACHT, 1987) e a sociedade burguesa com imenso potencial lúdico-alienador dos seres humanos. Os megaeventos esportivos, expressão máxima dessa síntese, pendem a balança para o lado podre, sujo e negativo nessa relação. O que poderia representar uma tremenda capacidade de desenvolvimento das forças produtivas é subsumido pelo seu contrário, ou seja, é permeado pela lógica destrutiva.

Não é qualquer coisa ver um atleta de altíssimo rendimento demonstrar toda a sua capacidade física e orgânica em ação. Um drible inebriante, uma jogada ensaiada que desvirtua a equipe adversária, um gesto que demonstre uma capacidade física impossível para a imensa maioria das pessoas – são capacidades desenvolvidas não por talento natural, mas a partir de estudos científicos de imenso valor, técnica detalhadamente apurada a partir de muito trabalho e literalmente muita transpiração. Estudos da área da Fisiologia, Biomecânica, Nutrição, etc. que produzem de fato super-homens e super-mulheres do ponto de vista físico. Aí está também expressa a mais alta tecnologia para os fins dessas atividades – os equipamentos, aparelhos e materiais desportivos sintetizam anos de desenvolvimento tecnológico para facilitar as ações humanas. O que vemos pela televisão são imagens de fato espetaculares. O que eventualmente utilizamos em nosso cotidiano também, já que a tecnologia agregada a um tênis (amortecimento de impactos) ou a uma camiseta (dissipação do suor) esportivos, por exemplo, inicialmente produzida para aquela finalidade, entra em nossa vida comum desapercivelmente. A melhor infraestrutura desportiva é colocada ao dispor desse esporte de altíssimo rendimento, produto dos conhecimentos mais avançados já produzidos no meio da Engenharia, Arquitetura, Design, etc. Esses elementos, e tantos outros, portanto, expressam o que poderiam ser “valores” positivos do esporte e dos megaeventos esportivos. Claro, ainda poderíamos ressaltar uma pretensa “educação” esportiva – aprender a ganhar, perder e eventualmente empatar, como se diz – mas deixaremos isso em um plano secundário, apontando que isso também é discutível – haja visto o clássico e já citado artigo de Valter Bracht, que aponta que a criança que pratica o esporte, na realidade, aprende as regras do jogo capitalista (BRACHT, 1987).

O que ocorre, entretanto, é que é o polo negativo, as contradições desse fenômeno o que prevalece. Há um processo em curso de explícita elitização do futebol, promovida a partir não só do encarecimento do preço dos ingressos, mas também de toda uma lógica que torna os

¹⁵ Sobre a questão da omnilateralidade, ver Manacorda (2007).

estádios cada vez mais feitos para as elites. Sob o pretexto de “modernização” das infraestruturas, por exemplo, para a realização da Copa do Mundo, promove-se uma “arenização” dos velhos estádios digna de tempos romanos, o que também inclui os seus “entornos”. Ora, se a “desculpa” é a de melhorar a infraestrutura para o torneio em si, é necessário considerar que tudo o que passa pelo caminho até chegar a uma partida está incluso nessa “melhora”. De novo, o “esporte” não tem importância central na equação dos megaeventos: se houver casas, árvores ou seres humanos no meio do caminho – que saiam! A Copa tem que passar! Assim, é lógico, do ponto de vista dos organizadores dos megaeventos esportivos, que com hospitais, escolas, museus não façam uma Copa do Mundo, mas sim com estacionamentos, shoppings, hotéis e outras estruturas de cimento e asfalto.

Quem leu as notícias de 17 de Março de 2006 soube, desde então, que o Brasil era o único país candidato a sediar a Copa do Mundo de 2014 (a decisão oficial seria dada somente em 30 de Outubro de 2007). Mas então como explicar às pessoas que, mesmo passados cerca de oito anos desde o conhecimento da notícia de que a Copa viria para o Brasil – o maior prazo já dado a um país-sede do evento – ainda assim houve obras atrasadas e outras prometidas, mas que não ficaram prontas? E, particularmente, quem leu uma revista de grande circulação nacional em 13 de Maio de 2013 (TAVARES, 2013, p.30-35) pode observar que a saga da construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha não apenas custou aos cofres públicos, para a Copa de 2014, mais de R\$ 1,4 bilhão (sendo que a previsão inicial era de custar R\$ 745 milhões de reais), mas também que a média de público no cotidiano desse estádio é tão baixa que ele já protagonizou a menor renda mundial verificada em um campeonato: apenas um torcedor compareceu à final de um torneio local – Grêmio Brasiliense 2 X 1 Coenge (TAVARES, 2013, p.32).

A Copa de 2014 no Brasil deixará como uma de suas marcas os “elefantes brancos” ou, melhor dizendo, “elefantes de ouro” – estádios caríssimos, superfaturados, que após o Mundial, ficarão completamente ociosos e obsoletos. Um levantamento do site *Uol* traz os legados dos Jogos Pan e Parapanamericanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro e demonstra explicitamente essa ociosidade e obsolescência programada própria da lógica destrutiva do capital (UOL, 2013). Mas não só: observa-se na cidade de Porto Alegre pelo menos duas obras relacionadas à Copa de 2014 que, menos de um ano após a sua “conclusão” já estão sendo colocadas abaixo para serem refeitas – o corredor de ônibus da Avenida Osvaldo Aranha e o viaduto da Avenida Padre Cacique (este, bem em frente ao estádio do mundial).

Aliás, por falar nesses “animais” dourados, outro deles, a Arena Amazônia, em Manaus (onde as médias de público do futebol também são baixíssimas), também protagoniza um recorde: 4 operários mortos na construção do estádio. Foram 12 os operários que morreram até o corrente mês de maio na construção das arenas futebolísticas, sendo que 3 deles tombaram no Itaquerao, em São Paulo, um na arena pantanal e o outro foi no próprio Mané, na capital federal. Reforçando a lógica destrutiva do capital.

E, por falar em obsolescência, é bom lembrar que o Estádio do Engenhão, construído especialmente para os Jogos Panamericanos de 2007 e considerado o mais moderno à época, no Rio de Janeiro, encontra-se interditado desde Março de 2013 por problemas estruturais em sua cobertura. Seis anos depois, está interditado, sem uso. Vale recordar que seu custo também saltou de R\$ 60 milhões para R\$ 380 milhões de reais. Da mesma forma, o custo da reforma do Maracanã¹⁶, projetado para ser o palco da final em 2014, deu um salto à altura de seu gigantismo: custou R\$ 199 milhões em 1999 para ser reformado para o Mundial de Clubes da Fifa, depois outros R\$ 304 milhões para o Pan em 2007 e, agora, outros R\$ 1,05 bilhões – 3 reformas num intervalo de 15 anos!

É o melhor exemplo da chamada “produção destrutiva”, que engorda os cofres das empreiteiras. Afinal, por que demolir um museu para a construção de um centro comercial e um estacionamento, como foi feito com o Museu do Índio, no Rio de Janeiro? Por que derrubar um imenso corredor de árvores sob o argumento de que “as pessoas não as utilizam”, como se fez em Porto Alegre para a pavimentação de uma avenida? Este é o verdadeiro legado da Copa.

A propósito, vale mencionar que a lógica da produção destrutiva e do superfaturamento das obras não é privilégio brasileiro na organização de megaeventos esportivos. Isso também aconteceu em Londres nos Jogos Olímpicos de 2012, quando igualmente os custos do evento superaram em mais de cem por cento a previsão inicial (totalizando cerca de 11 bilhões de libras) e foram colocados abaixo estádios inteiros para a construção de novos. Por lá, a lógica de “revitalização urbana” também foi uma marca, já que boa parte das estruturas foi erguida em uma região considerada “decadente” na cidade – a região portuária. Descobriu-se (Heureka!) que o interesse das cidades-sede por megaeventos esportivos é o de destruir locais para construir outras estruturas por cima, ao mesmo tempo

¹⁶ Ver dados no sítio: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/23/privatizacao-do-maracana-dara-ao-governo-20-do-gasto-com-ultimas-tres-reformas.htm>

em que se “revitalizam” outros espaços. Não é à toa que apenas para lançar uma candidatura de cidade-sede desses megaeventos esportivos gastam-se milhões em dinheiro.

A partir dessa relação entre os empresários e o Estado buscou-se forjar uma ampla campanha para a realização da Copa no Brasil, apontando que inúmeros benefícios se trariam com a realização dos jogos. Aumentaríamos o emprego, a renda, melhorariamos o transporte nas grandes cidades, ganharíamos grandes arenas esportivas e até as Olimpíadas de 2016 o país seria transformado em uma potência olímpica.

Na medida em que os anos se passaram o fracasso dessa política para a solução de problemas sociais ficou mais nítido para a classe trabalhadora. A conquista da Copa de 2014 para ser realizada no Brasil trouxe na verdade a expulsão de cerca de 250 mil famílias de suas casas, a militarização ainda maior do Estado brasileiro, que fortaleceu o aparato repressor equipando a polícia para garantir a “ordem no mundial”. Ordem essa que reivindicam os ricos ou a minoria do povo, que irá assistir a Copa em estádios luxuosos (embora mal-acabados) patrocinados pelas grandes marcas do esporte mundial. Ordem de quem sobrevive em um mundo alheio à dura realidade vivida nas periferias do país.

Um dos grandes problemas da Copa ser realizada em 2014 é justamente o tsunami esportivo que já vem avassalando o país. Dados oficiais do Tribunal de Contas da União atestam desvios de recursos e corrupção na realização do Pan/2007. Consta no relatório do TCU que a União pagou duas vezes pelo mesmo serviço, pagou por serviços não realizados e pagou por obras com preços superfaturados. Se no Pan houve desvio de verbas e corrupção; se não houve legados para a população; se comunidades inteiras foram expulsas de suas casas; se as obras que ficaram prontas, não foram feitas com antecedência e ficaram mal-acabadas, ociosas, obsoletas e algumas foram privatizadas... O que esperar da Copa e dos demais megaeventos no Brasil? Ainda que as pessoas em geral não dominem profundamente as questões que envolvem os megaeventos esportivos, objetivamente sabem que falta dinheiro e investimentos no seu dia-a-dia (Saúde, Educação, Transporte, Segurança, etc.). E contra isso, se mobilizam e organizam.

3.4 A copa dos ricos e as cidades negócios

O Brasil é hoje a sétima maior economia do mundo, colocado no rol dos países emergentes agora com representação nas nações unidas e parte do G-20, possui um orçamento geral de (R\$ 2, 383 trilhões) ¹⁷, previsto para o ano de 2014, deste montante apenas 3,49% é investido em educação, 1,03% em transporte, 4,11% saúde, 0,02 % moradia, 0,09% desporto e lazer. No ano de 2007 o Brasil foi anunciado pela FIFA como o país sede da copa do mundo de 2014. Já estava nos planos da entidade levar o evento para outros continentes. A América do norte recebeu o mundial em 1994, nos EUA, a Ásia, em 2002, na Coreia do sul e Japão, e a África, em 2010, na África do Sul. Em 2003 ficou decidido que o mundial seria realizado na América do Sul, Brasil, Colômbia e Argentina demonstraram interesse, porém, em 2006 a CONMEBOL confirmou o Brasil como único candidato do continente após as desistências de (COL) e (ARG), tendo sido oficialmente escolhido país sede da copa do mundo de 2014 no ano de 2007 na sede da FIFA em Zurique. O presidente Lula da Silva, seguido do ex-jogador Romário e do escritor Paulo Coelho formaram parte da comitiva brasileira¹⁸.

Percebe-se que a articulação feita entre governo brasileiro, empresários do esporte e suas entidades representativas já estava sendo organizados dez anos antes do evento. Ao todo dezoito cidades brasileiras se candidataram para sediarem os jogos do mundial, a FIFA recomendou dez ao Brasil, no entanto, ao final foram indicadas doze cidades sedes, Belo Horizonte (Mineirão), Brasília (Mané Garrincha), Cuiabá (Arena Pantanal), Curitiba (Arena da Baixada), Fortaleza (Castelão), Manaus (Arena da Amazônia), Natal (Arena das Dunas), Porto Alegre (Beira-Rio), Recife (Arena Pernambuco), Rio de Janeiro (Maracanã), Salvador (Arena Fonte Nova), São Paulo (Itaqueirão).

Entre reformas e a construção de estádios inteiramente novos o governo brasileiro selou uma forte parceria com as maiores empreiteiras do país, aliás, união esta bastante longínqua em nossa história como veremos a seguir. As “quatro irmãs” Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e OAS são as empresas mais favorecidas com as Obras da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 no Brasil. Somente na cidade do Rio de Janeiro as dez maiores obras

¹⁷ Dados obtidos no sítio: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> acessado no dia 19/01/14 as 12:48.

¹⁸ Ver: <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html>

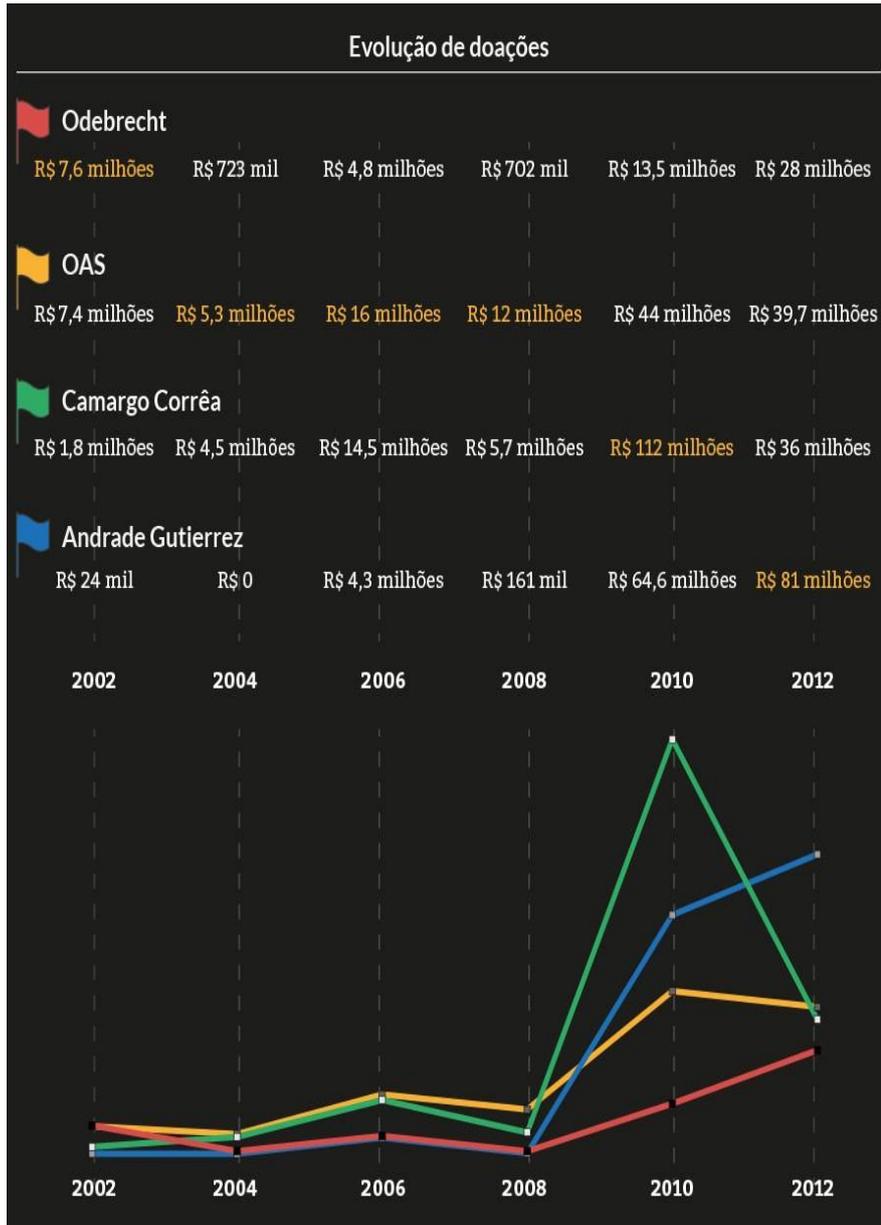
para os megaeventos esportivos estão orçadas em 30 bilhões de reais e sete dos dez projetos de licitação foram ganhos pelas “quatro irmãs” (apublica.org. 2014).

Em 30 de junho de 2014 foi divulgado um artigo no site da (apublica.org) ¹⁹ que remonta um pouco a proximidade destas empresas com os governos brasileiros, uma história fortalecida através de décadas. Vale, ainda que de maneira, breve resgatar alguns dados da reportagem que remontam um pouco quem são os proprietários destes verdadeiros monopólios que atuam em diversos ramos desde a construção civil, telefonia, setor armamentício, petroquímica, moda, agronegócio e operação de concessões diversas.

O texto aponta que as empreiteiras respondem apenas por parte dos lucros destes grupos econômicos, com base familiar, característica da formação do capital monopolista dos grupos econômicos constituídos no Brasil. A atuação se dá em todos os continentes, com o foco nos mercados da África, América Latina e Ásia.

Uma relação bastante comum entre as empresas e os governos está no financiamento de campanhas políticas. Entre as Eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram mais de R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas no Brasil. O quadro abaixo é bastante sugestivo para entender quem ganhou a corrida das cadeiras para conceder recursos públicos, isenção fiscal, empréstimos via BNDES e mão de obra barata aos detentores dos meios de produção.

¹⁹ www.apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas.



Fonte: apública.org.

3.4.1 OAS

A OAS, criada em 1976, é a empresa de Cesar Araújo Mata Pires, genro de Antônio Carlos Magalhães (ACM), novato na lista dos bilionários da revista Forbes com um patrimônio pessoal avaliado em R\$ 3,6 bilhões no ano de 2014, conquista esta devida a

grande influência do sogro, político símbolo do coronelismo na Bahia. Outros dois sócios representam as iniciais da sigla “O” de Durval Olivieri e “S” de Carlos Suarez.

A OAS é a responsável por diversas obras relacionadas à copa na cidade do Rio de Janeiro, é também a empresa que mais financiou as campanhas do ex-governador Sergio Cabral. Entre 2006 e 2010 foi repassado R\$ 1,8 milhão para suas candidaturas. Em 2008 a construtora também investiu na campanha do prefeito do RJ Eduardo Paes “doando” 350 mil reais. Em 2013 a empresa foi obrigada pelo Ministério Público e Ministério do Trabalho a pagar R\$ 15 milhões de multa, após fiscalização nas obras do aeroporto de Guarulhos onde 111 operários estavam submetidos a condições de trabalho análogas a escravidão.

3.4.2 CAMARGO CORREA

Em 1926 que Sebastião Ferraz Camargo começa a construção da empresa Camargo Correia, naquela época o serviço era carregar areia de carroça para a construção de estradas no interior paulista. Em 1936 em parceria com o advogado Sylvio Correa fundou a empresa que conquistou seu espaço a partir de sua proximidade com Brasília e a construção das vias de acesso que levariam a futura capital do país no governo de JK. A Camargo Correa é a maior empresa do regime militar responsável pela construção da hidroelétrica de Itaipu. Alvo dos grupos guerrilheiros comandados pela ALN, VPR e Carlos Lamarca, Sebastião Camargo apoiava abertamente o regime autoritário dedicando a este o período mais progressivo da economia brasileira.

Em 1978 a empresa internacionalizou seus negócios a partir da construção de uma usina Hidrelétrica na Venezuela. Os ramos também se diversificaram, pouco mais da metade da receita líquida da empresa veio do ramo de cimento, o restante vindo de negócios no ramo dos transportes, energia, indústria naval, ramo imobiliário, vestuários e calçados (Alpargatas). Pertencem a este grupo, inclusive, as marcas mais conhecidas da empresa, como Havaianas, Topper, Rainha, Mizuno e Osklen.

Em 2009 a operação da polícia federal denominada Castelo de Areia trouxe a tona a partir de investigações sobre crimes financeiros e lavagem de dinheiro as denúncias de formação de cartel, fraudes a licitações e pagamentos milionários a políticos de alto escalão, que beneficiaram inclusive o atual vice-presidente do Brasil, Michel Temer/PMDB. A

empresa é a que possui menor participação em projetos envolvidos com a Copa e as Olimpíadas, sua participação se dá por intermédio da INVEPAR. Possui um patrimônio estimado em R\$ 13 bilhões.

3.4.3 ANDRADE GUTIERREZ

Constituída por cerca de 20 membros da família Andrade e dois da Gutierrez a Andrade Gutierrez S.A é um dos maiores grupos econômicos do país com uma receita líquida de R\$ 14 Bilhões. Iniciada na década de 40 pelos irmãos Roberto e Gabriel Andrade ao lado do amigo Flávio Gutierrez hoje a multinacional atua em mais de 44 países.

A inclinação de um dos irmãos José Maurício de Andrade a política rendeu bons negócios aos irmãos e amigos. Eleito deputado estadual e federal no período de 1947 a 1969 foi durante o governo de JK no estado de Minas Gerais que liderou a assembleia legislativa, expandindo os negócios junto com o crescimento de JK no cenário político nacional realizando as primeiras obras rodoviárias quando este assume a presidência.

Em 1992 a empresa passa a atuar no ramo das telecomunicações a partir da reestruturação da empresa feita pelo Filho de Roberto Andrade, Sergio Andrade que possuía experiência no ramo e não tardou em arrebatar a empresa Telebrás vendida numa das maiores privatizações do país por mais de 22 bilhões de reais (apublica.org, 2014). O setor de telecomunicações somente confirmou o sucesso da empresa e em 2010 respondia a 56,76% da receita bruta de 18 bilhões de reais.

Entre os dez maiores projetos da copa e olimpíadas no Brasil a empresa participou nos orçamentos para a reforma do Maracanã (R\$ 1,2 bilhão), Transolímpica (R\$ 1,6 bilhão), Parque Olímpico (R\$ 2,1 Bilhões), VLT do centro do Rio (R\$ 1,2 Bilhão) e Reabilitação da Bacia de Jacarepaguá (R\$ 673 milhões).

3.4.4 ODEBRECHT

A maior beneficiada pelas obras da copa no Brasil, a Odebrecht, com seus 70 anos de história, é a empresa líder no ramo da construção civil no Brasil. A empresa participa de oito projetos relacionados aos megaeventos esportivos que ao total possuem um orçamento de 27 Bilhões de reais.

Fundada em 1923 pelo neto de Emil Odebrecht, imigrante alemão que trabalhou na construção das estradas no sul do país, Emílio Odebrecht alguns anos mais tarde viu falir o negócio que teve continuidade com o bisneto de Emil, Norberto Odebrecht na década de 40. A empresa hoje possui mais de R\$ 142,3 Bilhões em ativos, ao todo são mais de 175 mil funcionários trabalhando em países dos cinco continentes dentro de diversos setores, petróleo, agronegócio, meio ambiente, defesa, transporte, finanças, etc. Apesar de ser a maior empreiteira do país sua principal receita está no refino de petróleo.

A relação com a Petrobrás remonta o ano de 1953 com a construção de um oleoduto firmando uma parceria que foi fortalecida nos anos da ditadura militar, principalmente através da figura do ditador Emílio Médici (1969-1974) que chega ao poder com forte apoio de grupos empresariais de São Paulo e Bahia. É quando Geisel assume a presidência da Petrobrás que ele passa a contratar sistematicamente a ODEBRECHT e a empresa dá um salto em 1971 é a 19º maior construtora do país, dois anos depois é a terceira.

Na década de noventa a empresa se beneficia do Plano Nacional de Desestatização onde o governo vendeu participações em empresas do ramo, e adquire maiores negócios no setor petroquímico criando a empresa Braskem. No governo Lula a Braskem consolidou o domínio no polo petroquímico tendo a Petrobrás e o BNDES como principais acionistas dessa ascensão.

3.4.5 As empreiteiras ganham e o povo?

Ao todo são 12 empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Galvão Engenharia, OAS Empreendimentos, Mendes Júnior, Via Engineering, Andrade Mendonça, Construcap, Egesa, Hap e Engevix) que executaram as construções da copa do mundo. A Matriz de Responsabilidades, firmada entre o ex-presidente Lula/PT, 11 prefeitos e 12 governadores de Estados-sede da Copa previa gastos de R\$ 23,5 bilhões em 94 iniciativas, sendo R\$ 17,7 bilhões para infraestrutura. Em 2010, estavam previstas 50 obras de mobilidade urbana, 25 de

aeroportos e sete de portos. Todas deveriam ficar prontas até dezembro de 2013. O número final, segundo balanço do Senado Federal de Abril de 2014, é de 45 obras de mobilidade — 10 das quais de melhorias nos entornos dos estádios —, 30 nos aeroportos e seis nos portos. Ficamos com legados ou “negados”? (EM DISCUSSÃO, 2014)

Além das mudanças nos projetos, as obras não andaram como previsto. A três meses da Copa, apenas 18% das obras de infraestrutura foram entregues. Dos 81 projetos listados, só 15 estavam concluídos (11 em aeroportos, três de mobilidade e um porto). Destes, só quatro foram entregues no prazo. E, apesar do corte de R\$ 3 bilhões nesses investimentos, a maioria dos projetos (36) subiu de valor entre 2010 e 2013, quatro mantiveram o valor e 13 caíram de preço. Mas a redução no total de custos ocorreu graças à exclusão de grandes projetos, e não ao barateamento das obras. Porto Alegre, por exemplo, entrou na jogada com 10 projetos de mobilidade urbana e terminou com dois; viu minguar a previsão de investimentos de R\$ 480 milhões para R\$ 15,9 milhões (EM DISCUSSÃO, 2014).

Conforme o balanço divulgado pelo governo federal em novembro de 2013, apenas R\$ 3,8 bilhões dos R\$ 25,6 bilhões até então destinados às obras da Copa eram recursos privados, todos por parte das três empresas que ganharam as concessões dos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília e São Gonçalo do Amarante. O restante é dinheiro público, distribuído entre financiamento federal (R\$ 8,4 bilhões), recurso federal (R\$ 7,4 bilhões) e recursos locais (R\$ 3,3 bilhões), além das renúncias fiscais e creditícias pela União de R\$ 648,7 milhões (não foram informadas, ainda, as renúncias de estados e municípios). No total, serão aplicados R\$ 6,3 bilhões no transporte aéreo. R\$ 600 milhões na melhoria da infraestrutura de cinco portos. Segurança e defesa têm R\$ 1,9 bilhão para ações de controle de entrada no país, monitoramento do espaço aéreo e marítimo, prevenção de terrorismo, integração de sistemas e segurança nos eventos. A infraestrutura de telecomunicações aplicou R\$ 404 milhões. R\$ 180,3 milhões foram destinados ao setor turístico (EM DISCUSSÃO, 2014).

As empreiteiras é que lucram com a Copa. A estimativa era gerar 2,5 milhões de empregos formais e 1,5 milhões informais, somente no ramo da construção civil. O atraso em relação à execução das obras, além de contribuir para o aumento do desemprego no setor, também levou o governo, no mês de Maio de 2012 – em que 41% das obras ainda não tinham sequer começado – a criar o Estatuto de Excepcionalidade e o Regime Diferenciado de Contratações. Isso aumenta a velocidade da aprovação dos projetos de infraestrutura na Copa 2014, dando mais garantia para as fraudes nas licitações. (COTTLE, CAPELA, FURLAN, 2014).

Durante as construções das Arenas inúmeros acidentes ocorreram em virtude das péssimas condições de trabalho destinadas aos operários. Ao total foram 26 greves no setor, diversas paralisações que denunciavam a exploração das extenuantes jornadas de trabalho, muitas vezes sem os equipamentos de segurança necessários, ocasionando mais de 2100 acidentes de trabalho, 12 mortes e, além disso, os baixos salários e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores foram à marca das relações trabalhistas nas obras da copa do mundo no Brasil.

Percebemos assim a trama de negócios envolvendo os governos brasileiros com as grandes construtoras, algo que remonta uma história desde a segunda metade do século passado e que se fortaleceu com o processo de industrialização do país, das construções dos grandes centros urbanos e das empresas que sustentariam este modelo de desenvolvimento.

Vale ressaltar que a atuação dos monopólios da construção civil se deu a partir da formação de cartéis²⁰, e da prática de conluio²¹ nas licitações. Na copa do mundo da África do Sul 2010, as práticas de conluio das empreiteiras superfaturaram as licitações para construção dos estádios aumentando em 1008% o custo final (COTTLE, CAPELA, FURLAN, 2014). No Brasil os monopólios da construção civil aproveitaram-se do atraso em relação às obras para copa do mundo 2014, para superfaturar projetos de infraestrutura e limar a concorrência das licitações. A descoberta do caso das obras executadas pela empresa Delta²² descortinaram essas praticas em obras públicas, as quais foram responsáveis pelo desvio de R\$ 300 milhões de reais dos cofres públicos entre 2007 e 2012.

Ao retomarmos a análise que fizemos no primeiro capítulo a copa nos serviu como um laboratório de pesquisa sobre a relação dos monopólios com o estado e de que forma estes se articulam para dar curso ao projeto de dominação burguesa no mundo inteiro, utilizando-se de bens culturais como o futebol para disseminar e fortalecer seus laços e relações econômicas com os governos e economias locais avançando com sua lógica de produção nos mais diversos ramos da economia.

²⁰ A formação de cartel é um acordo explícito ou implícito entre concorrentes para, principalmente, fixação de preços ou cotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação ou, por meio da ação coordenada entre os participantes, eliminar a concorrência e aumentar os preços dos produtos, obtendo maiores lucros.

²¹ Conluio refere-se ao acordo em que duas ou mais empresas de um dado mercado definem que cada uma atuará da maneira combinada com a finalidade de que cada uma delas controle uma determinada porção do mercado em que operam, impedindo o ingresso de outras empresas, à maneira de um monopólio.

²² Empresa envolvida no escândalo milionário de desvio de verbas públicas por meio de esquema comandado pelo bicheiro carlinhos cachoeira e o empresário Fernando Cavendish. A “operação saqueador” da polícia federal bloqueou o patrimônio de R\$330 milhões do empresário e indiciou pelos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, peculato, etc. ver: <http://oglobo.globo.com/brasil/delta-suspeita-de-desviar-300-milhoes-por-meio-de-empresas-de-fachada-diz-pf-10211981>

Os processos de urbanização que ocorreram no Brasil principalmente a partir das décadas de 50, 60 e 70 aceleraram o desenvolvimento de grandes metrópoles como São Paulo (SP) que de acordo com o censo de 2010 possui 11.244.369 habitantes, Rio de Janeiro/RJ (6.323.037), Salvador/BA (2.676.606), Brasília/DF (2.563.963), Fortaleza/CE (2.477.409), Belo Horizonte/MG (2.375.444), Manaus/AM (1.802.525), Curitiba/PR (1.746.896), Recife/PE (1.536.934), Porto Alegre/RS (1.409.939), Goiânia/GO (1.3 milhões), Belém/PA (1.532.844). Destas doze cidades consideradas metrópoles de primeiro nível segundo o IBGE, dez, sediaram os jogos.

Para Harvey (2014), o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção gerado nas cidades. As estradas que ligam os bairros, conjuntos habitacionais aos distritos industriais se moldam conforme o crescimento desenfreado da população nas cidades, túneis, viadutos, pontes, cruzamentos aéreos e entroncamentos formam a malha asfáltica que conduz a força de trabalho até seu local de produção e extração da mais-valia. Estabelecem assim uma relação íntima entre desenvolvimento capitalista e urbanização.

As capitais brasileiras formaram metrópoles em cima da pauperização de uma ampla parcela dos trabalhadores que sobrevivem em favelas, vielas, cortiços, becos. Na década de oitenta na cidade do Rio de Janeiro os barracos de madeira das favelas cariocas receberam apoio governamental não para terminar com a favelização, mas sim para transformar os barracos, aproveitar o boom da indústria do cimento, e torna-los agora de alvenaria²³. Neste processo, observa-se que o objetivo do desenvolvimento capitalista para as cidades não é elevar as condições de vida do trabalhador, mas atenuá-las sob as mesmas condições.

O centro, os bairros nobres, os condomínios de luxo e alguns poucos conjuntos habitacionais de trabalhadores acessam aos serviços básicos como água, esgoto, energia elétrica, transporte, saúde, educação, o que acaba por gerar uma arrecadação das cidades em cima dos tributos sobre os serviços básicos de sobrevivência. O processo de privatização em curso no país desde o início da década de noventa, implantou a gestão empresarial nestes setores encarecendo o custo de vida nas regiões mais “nobres das cidades” empurrando os trabalhadores mais pobres para os arredores, onde formam os bolsões de pobreza em meio ao esgoto a céu aberto. As metrópoles constituem cidades voltadas ao atendimento de parcela da população que vive no meio urbano nas proximidades dos centros comerciais e distritos

²³ Este fato é narrado no Livro “Abusado: o dono do morro dona marta” do jornalista Caco Barcellos. Na década de 80 as favelas no Rio de Janeiro tiveram os barracos de madeira reformados para alvenaria com o apoio governamental que financiou sacos de cimento a população.

industriais, já nos entornos os subúrbios formam aglomerações de trabalhadores desprovidos dos direitos sociais básicos.

Os empreiteiros em conjunto com os governantes alinham suas estratégias de desenvolvimento das cidades, reorganiza o espaço geográfico para dar curso à valorização do capital. A necessidade de expansão dos negócios destrói regiões, bairros inteiros para construção de rodovias, avenidas, ou até mesmo novos conjuntos habitacionais. A especulação imobiliária transforma as cidades em centros de consumo com regiões destinadas aos diferentes níveis de renda dos trabalhadores. A venda, a compra, a construção e o aluguel de imóveis movimenta a economia que se ajusta ao bolso do trabalhador através dos programas de crédito fácil e financiamento de moradias próprias.

Neste conjunto de modificações que passam as cidades surgem como respostas aos problemas criados os movimentos sociais urbanos, que lutam pelo direito de acessar a cidade não como um produto a ser consumido, mas como um local de sociabilidade humana, de construção da cultura e da vida em sociedade. Entretanto a lógica destrutiva de produção capitalista apropria-se de todos os cantos da cidade, impedindo aqueles que não têm condições financeiras de acessar os bens e serviços que os centros urbanos dispõem. A massa de trabalhadores sobra atua então naquilo que a cidade descarta, em meio à reciclagem de lixo, o serviço de engraxate, flanelinha, a venda de artesanatos, os malabares nos sinais, e a venda dos mais variados tipos de mercadorias, alimentam assim o comércio informal livre de tributação, mas parte essencial da engrenagem capitalista que necessita desprover os direitos dos trabalhadores para garantir salários baixos e prolongadas jornadas de trabalho.

A grande São Paulo é a maior metrópole brasileira com 20 milhões de habitantes é uma das dez maiores regiões metropolitanas do mundo e tem a maior concentração de riqueza do país. Os maiores complexos industriais, centros comerciais e financeiros controlam as principais atividades econômicas do Brasil. A região possui um Produto Interno Bruto de R\$ 760,04 bilhões (2011) representando 67% do PIB do estado de (SP) e 21% do PIB nacional.

O coração econômico do país convive com problemas intensos relativos ao crescimento urbano. Os alagamentos provocam enchentes que inundam ruas e rios que ao serem transformados em esgotos transbordam invadindo casas e ampliando o caos no meio urbano. O trânsito caótico mistura-se a ineficiência do transporte público que anualmente tem suas tarifas reajustadas garantindo o lucro dos consórcios privados. A irracionalidade deste modelo de produção pode ser exemplificada através da produção de automóveis, vejamos as seguintes informações:

Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011 subiu para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões. Os congestionamentos de tráfego em São Paulo, onde circulam 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre as 17h e 20h em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual a da caminhada a pé. De manhã a velocidade média sobe para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta (Maricato in cidades rebeldes, pg. 25, 2013).

Ainda na grande São Paulo uma pesquisa demonstrou que mais de 17 milhões de pessoas usam o transporte público por dia, através das linhas de ônibus, numa rotina que dura em média 67 minutos na ida e mais 67 minutos na volta, ou seja, o trabalhador paulistano sempre tem acrescentado na sua jornada de trabalho duas horas diárias de deslocamento até o serviço, tempo este que não é computado na hora do pagamento. No transporte “mais eficaz” da cidade o metrô circularam em média 3,2 milhões de passageiros diariamente nos dias úteis²⁴. A mobilidade urbana é refém de seu próprio desenvolvimento e escraviza os trabalhadores numa rotina entediante.

Os grandes monopólios detentores das concessões do transporte público é que lucram com o péssimo serviço destinado a população, com preços altos, transporte lotado, falta de linhas, frota sucateada, etc. Nada mais justo a reivindicação dos movimentos urbanos que lutam pelo passe livre e o fim das tarifas no transporte, entendendo este serviço como essencial para reprodução da vida nas cidades negócios construída e modeladas pelos capitalistas e seus representantes no parlamento como um mecanismo de sucção do mais valor produzido.

Não por acaso o movimento passe livre de São Paulo tem organizado anualmente manifestações contra o aumento na tarifa dos transportes. Na carta de princípios do movimento consta um dado que aponta que 35% dos trabalhadores brasileiros não têm condições financeiras de utilizar o transporte regularmente. Uma massa sobrando subutilizada pelo sistema econômico que acaba por ficar refém de programas governamentais assistencialistas para garantir sua sobrevivência.

Outro movimento social urbano reconhecido pela luta urbana em prol da moradia o MTST denuncia o problema habitacional que castiga os trabalhadores nas cidades brasileiras. O déficit habitacional em São Paulo é estimado em 700 mil famílias. Ocupações Urbanas tornam-se o símbolo da resistência daqueles que procuram um lugar para morar.

²⁴ Informação contida no sítio: <http://www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/indicadores.aspx> acessada no dia 19/01/2014 do dia 19/01/2015

Na resistência à ocupação nova palestina²⁵ em São Paulo possui oito mil barracos de lona. Na África do Sul, cidades de lata, no Brasil, cidades de lona. Este é o resultado da produção capitalista que ao criar essas condições miseráveis de sobrevivência produz uma mão de obra sobrando no mercado e que pode ser super-explorada a baixíssimos custos, o que acaba atraindo os investidores internacionais ávidos por altíssimos lucros.



Fonte: imagem extraída do Google imagens. Ocupação Nova Palestina Dia 19/01/15 às 17h e 18min.

Segundo Harvey (pg. 122, 2010) as pessoas de algum modo precisam de um lugar e alguma forma para morar, desde a cabana dos camponeses, a pequena vila, a favela e o cortiço urbano ao subúrbio às casas de milhões de dólares aos condomínios fechados e as coberturas de luxo, possuem um impacto tanto na terra como na acumulação de capital e a produção destes locais torna-se um grande veículo para produção e absorção do excedente. O meio urbano onde sobrevive à maioria da população mundial está estritamente relacionado à acumulação de capital, mesmo nas favelas da autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagem e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias.

As cidades negócios reproduzem, portanto as lutas entre capital e trabalho reforçam a dinâmica de acumulação capitalista, são sustentadas pela relação entre governos e empresários e de tempo em tempo passam por processos de reorganização espacial, evitando assim o represamento do capital excedente, mesmo que necessite para isso passar por cima de pessoas e da natureza, destruindo casas e o meio ambiente, avançando na poluição dos rios.

²⁵ <http://www.mtst.org/>

Do outro lado, condomínios fechados, tráfego aéreo, ambientes climatizados, praias artificiais constroem as cidades para os ricos que desfrutam da mais avançada tecnologia produzida.

É neste contexto que lutam os movimentos sociais urbanos que reivindicam o acesso à cidade e um novo modelo de urbanização e conseqüentemente de produção da vida nos centros urbanos. Periferias do mundo inteiro tem se engajado nas lutas sociais que ocupam espaços públicos, denunciam a destruição da natureza, e solicitam condições dignas de sobrevivência. Parece-nos que este movimento que ocorre nas cidades refletiu um pouco dos problemas que levaram milhares de brasileiros a lotarem as ruas de manifestações em junho de 2013.

4 AS JORNADAS DE JUNHO E A LUTA CONTRA A COPA

4.1 As jornadas de junho de 2013: Como chegamos? E para onde vamos?

As manifestações de junho correspondem ao maior movimento de luta social no país desde as mobilizações pelo Impeachment de Collor em 1992. O movimento desencadeado pelo aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo trouxe consigo protestos massivos que tomaram as ruas de cerca de 400 cidades em todos os estados, durante os meses de junho e julho de 2013.

As jornadas de junho foram compostas por diversos movimentos sociais, organizações políticas, partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis, pessoas independentes, a-partidárias, anti-partidárias, coletivos independentes, associações comunitárias, moradores de bairros e favelas. Há muito tempo essa diversidade que compõe as organizações dos trabalhadores no Brasil não se encontrava nas ruas em um processo intenso de luta contra as forças governamentais.

Diversos enfrentamentos ocorreram, diversas polêmicas foram geradas trazendo elementos de novidade histórica em relação às manifestações de massa no país. A ação dos Black Blocks, vandalismo x pacifistas, a negação aos partidos e demais organizações políticas de usarem suas bandeiras nos atos revela um pouco este novo cenário da luta de classes que se coloca em nosso país.

Desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da república em 2003 uma série de fatos vem gestando uma forte oposição a esta política que dirige o país, uma oposição que surge a esquerda do governo Lula/Dilma/PT/PMDB, mas nem por isso é gestada exclusivamente pelos partidos e organizações de esquerda, é uma política contra o governo surgido da ponta das políticas governamentais, as quais têm servido como uma maquiagem para esconder a crescente retirada dos direitos sociais no Brasil.

Os diversos escândalos de corrupção envolvendo figuras centrais do governo Lula/PT desde 2004 no episódio do mensalão vêm desgastando profundamente este projeto político

que tem perdido terreno tanto no parlamento como no conjunto da sociedade. As reformas, as privatizações e as concessões de empresas públicas têm sido alvo de amplas críticas e inclusive greves dos servidores públicos federais e estaduais. No ano de 2007 foi o movimento estudantil que questionou a contra-reforma universitária implementada através de decretos presidenciais ocupando mais de 25 reitorias no país.

Em 2008 no epicentro da crise econômica mundial o Brasil encontrava-se de certo modo em uma situação estável, favorecido pela sua posição de exportador de commodities (produtos com baixo valor agregado e cujo valor é estabelecido pelo Banco Mundial) na divisão internacional do trabalho. O crescimento apesar de alcançar índices menores que dos anos anteriores seguia, e o governo brasileiro tornou-se assim credor dos bancos e países mais atingidos pela crise. O governo Lula/PT destinou cerca de 25 bilhões de dólares ao FMI para minimizar os efeitos da bancarrota financeira que assolava o centro econômico do planeta.

Nos anos de 2010 e 2011, ascensão do governo Dilma/PT que já no início de cada ano anunciou cortes de 50 bilhões no orçamento da união para com os gastos sociais. O cenário grevista aumentou significativamente nestes dois anos, percorrendo desde os trabalhadores da construção civil, empregados pelas obras do PAC, e também o servidorismo público federal e estadual.

O ano de 2012 foi marcado pela greve nacional de mais de 300 mil trabalhadores públicos federal, dentre os quais, os professores e técnicos administrativos das Instituições federais de ensino do país, ao total 58 das 59 unidades de ensino superior no país cruzaram os braços diante dos ajustes feitos pelo governo Dilma/PT.

Em 2013 mais cortes, mais aumentos no preço dos alimentos, no preço das tarifas dos transportes coletivos. Em contrapartida a população via com desgosto a exorbitância de gastos públicos destinados às obras da Copa, porém, não foram somente os gastos que ganharam à rejeição da população a realização da Copa no Brasil, as inúmeras investidas da polícia contra comunidades inteiras ameaçadas de remoção também chocaram o país. A brutalidade das remoções que ocorreram revelaram a política de segurança dos governos do PT/PMDB em diversos estados. As UPP's vieram em conjunto com os pacotes de exigência das entidades máximas do esporte mundial e tiveram total aderência ao projeto de governo ptista e pmdbista, os quais visam imobilizar as comunidades em seus territórios e torna-las refém das políticas governamentais de cunho assistencialista, abrindo caminhos para especulação imobiliária que entrou acompanhada com a polícia de choque nas favelas.

Esta série de acontecimentos desvelam um pouco as contradições geradas na sociedade brasileira nestes 12 anos de governo Lula/Dilma/PT/Alencar/Temer/PMDB,

dobradinha esta que tem dado continuidade as políticas neoliberais em curso no Brasil desde o início dos anos 90, porém, com um verniz de reformas populares, pois alcançaram amplo apoio popular, principalmente de entidades históricas dos trabalhadores brasileiros que fazem parte desta engrenagem política que governa a nação. Muitas das lideranças das lutas sociais do passado canalizaram sua experiência para administração do estado burguês angariando cargos de confiança nos ministérios, nas empresas públicas estratégicas, uma disputa de poder centrada no aparato do estado, demonstrando o poder de cooptação do governo atual que tem seus braços políticos estendidos até os movimentos sociais que se inserem no conjunto da sociedade civil com uma agenda política de reivindicações bastante tênue contra as medidas tomadas pelos sucessivos governos alinhados a este projeto político vigente.

O questionamento e as manifestações de junho de 2013 possuem então um contorno diferente ao que estávamos acostumados a vivenciar nas décadas passadas no cenário das lutas sociais, fruto de um acúmulo de energia contido em ampla parcela dos trabalhadores, principalmente a juventude explorada. Junho não foi gestado dentro de um movimento social, partido ou sindicato, nem mesmo o MPL esperava que as manifestações contra o anual aumento das tarifas de ônibus pudessem desencadear a onda de protestos que percorreram o Brasil. Isto em nosso entendimento revela o distanciamento das entidades sociais do conjunto da população, também a crescente cooptação e burocratização de entidades históricas de luta, nem mesmo as que fazem oposição direta aos governos Lula/Dilma/PT vislumbraram tais acontecimentos, que partem sem dúvida da espontaneidade dos trabalhadores e da juventude em responder a todos os problemas presentes na sociedade na forma de denúncia aos problemas sociais que enfrentam diuturnamente.

O alvo dos protestos foi a todo o momento disputado nas ruas, cerca de 4 milhões de pessoas saíram as ruas carregando uma enormidade de reivindicações, que iam desde a contrariedade aos projetos aprovados no congresso vinculados a Cura Gay, a PEC 37, a solicitação de imediata revogação do aumento das tarifas do transporte, Tarifa Zero, denúncias da precariedade da saúde, da educação, se antes de junho a propaganda governamental maquiava bem os problemas sociais dando um ar de melhorias durante e após as jornadas ficou evidente que os mesmos problemas de décadas atrás persistem e se aprofundam.

Ao perder o controle da direção dos protestos a alternativa dos governantes foi à repressão que buscou conter as manifestações, direcionar seu formato, implementando polêmicas no seio do movimento que eram depois a partir da mídia gestadas no conjunto da

população que em grande parte se colocou contrária a uma série de fatos que ocorreram nos protestos.

O governo Dilma em seu pronunciamento em rede nacional apontou cinco pontos de melhorias que poderiam ser feitas ainda em seu governo, as quais deveriam a partir de então dar o tom da política construída nas ruas a partir da intervenção dos atores sociais vinculados a este projeto político, colocando assim um freio na onda de manifestações. A proposta de reforma política apontada é um exemplo bastante claro do que estamos falando, os protestos tinham um contorno bastante despolitizado efeito de vários anos de acomodação das lutas sociais a democracia burguesa. Esta despolitização canalizava a disputa contra a classe política, os partidos políticos, logo pensou o governo vamos apontar a necessidade de se reformar o parlamento e demonstrar pra população que reconhecemos nossa ineficiência, no entanto, é preciso calma e é preciso lutar por mudanças que transformem o sistema político atual a serviço dos trabalhadores, mera ilusão.

Aos poucos o movimento foi se enquadrando as disputas institucionais Atos unificados puxados a partir das centrais sindicais governamentais foram construídos e colocaram a agenda do governo nas ruas novamente. Os atos do dia 11 e 30 de julho já passado o fervilhão das manifestações trataram de fechar o tampo das mobilizações para uma luta mais organizada contra o governo por parte destes setores, que outrora foram capazes de paralisar mais de 30 milhões de trabalhadores na maior greve geral da história do Brasil em 1989.

Assim junho continuou se desdobrando novamente com diferentes contornos, categorias organizadas e desvincilhadas das amarras da política governista conseguiram ainda que passado o epicentro das manifestações colocar milhares de pessoas nas ruas, como foi o caso dos professores estaduais do Rio de Janeiro que após terem um ato fortemente reprimido conseguiram em resposta à repressão e ao desmonte da educação no país colocar 50 mil pessoas em marcha nas ruas no mês de outubro de 2013. Diversas ocupações de câmara de vereadores também seguiram país a fora, muita energia canalizada pela ordem que não se converteu em conquistas reais para os trabalhadores, que viram e comemoraram a redução dos preços das tarifas em junho e hoje vêm o valor novamente sendo ajustado.

No entanto, junho ainda continua se desdobrando politicamente e tem suas variações políticas que se desdobram desde o fortalecimento das ideias de extrema direita a extrema esquerda. Continua sendo gestado no conjunto da sociedade, e nos parece bem claro que não é nos locais históricos que conhecíamos, mas sim dentro de uma nova dinâmica da luta social que se abriu no país, e ocorre no terreno das ruas, dos bairros, das favelas, no chão das

fábricas, das salas escolares, dos trabalhadores informais ligados ao setor de serviço, nos espaços públicos, etc. locais estes que não podem continuar atuando isoladamente sendo assim vulneráveis as estratégias de dominação e cooptação das forças governamentais, necessitam é da construção de uma agenda de reivindicações políticas conjuntas que busque unificar os mais diversos segmentos da classe trabalhadora em prol de uma luta mais coesa e organizada.

4.2 O que disseram as manifestações de junho de 2013

Sem precisar retroceder muito na história de mobilizações da classe trabalhadora brasileira. As jornadas de junho ocorreram em meio a Copa das Confederações FIFA, o entorpecimento das massas via esporte pare não ter surtido efeito. Recordemos que houve protestos durante a realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, sendo que pelo menos 45 manifestações tiveram o evento como alvo ou como palco.

No início do ano de 2011, entre Março e Abril, ocorreram as primeiras greves dos trabalhadores da construção civil nas obras do PAC das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte – greves estas que tiveram o caráter de afronta da base da categoria com a direção sindical, que não atendeu os interesses dos trabalhadores e foi rechaçada com o movimento. Em 2012, ocorreram as greves dos servidores públicos federais, entre elas, a grande greve das instituições federais de ensino, que atingiu a quase totalidade das universidades (58 do total de 59), além de outras instituições de ensino básico e tecnológico.

Na esfera pública, destacam-se a greve dos servidores técnico-administrativos das universidades federais, com adesão de mais de 100 mil grevistas e duração de 73 dias; a greve dos docentes das universidades federais, com adesão de mais de 100 mil grevistas e duração de 124 dias; e a greve dos trabalhadores dos Correios, com adesão de cerca de 72 mil grevistas e duração de nove dias (DIEESE, 2013, p.9).

Também no final de 2012, quando os patrocinadores da Copa do Mundo iniciaram a colocação de bonecos infláveis para propagandear o evento, ocorreram manifestações de repúdio, rechaço e tombamento dos bonecos do “Tatu da Copa”. Em Porto Alegre, num dia 4 de Outubro daquele ano, durante uma manifestação pela retomada dos espaços públicos de

manifestação cultural e artística da cidade, a Brigada Militar (polícia militar estadual) reprimiu covardemente o ato, que transcorria sem problema algum, acusando os ativistas de terem furado o boneco inflável – o que depois se comprovou falacioso, pois a energia elétrica que alimentava o gerador é que fora desligada.

Esse conjunto de mobilizações (entre outras não citadas), além de retomar o cenário grevista que vinha esmorecendo até aí (2012 registrou 873 greves, um aumento de 58% em relação a 2011 e o maior índice desde 1997, segundo o DIEESE), também representa um acúmulo de energia dos trabalhadores, que em realidade vivenciam na própria pele os efeitos da crise estrutural do capital e cada vez maiores ataques aos seus direitos, sem conquistas efetivas, num processo intenso de precarização das condições de trabalho e de vida. Vale lembrar que 2013 também havia iniciado com a absurda alta dos preços do tomate, fato que causou imenso alvoroço e revolta por parte da população em geral. As chamadas “Jornadas de Junho”, portanto, é parte de um acúmulo de mobilizações da classe trabalhadora brasileira, porém, com elementos de novidade histórica, uma vez que há cerca de 20 anos não se produziam mobilizações similares no país.

A diversidade de pautas levantadas pelas jornadas de junho de 2013 acabou muitas vezes despercebida do fundo político que guardavam. Nos atos públicos vários segmentos da sociedade se colocaram nas ruas, desde os mais reacionários, que se infiltravam nos atos para tentar implodir internamente o movimento, aos segmentos de esquerda independentes, desvinculados de um projeto político partidário. A disputa que ocorreu no movimento pode ser melhor interpretado hoje passado mais de um ano das manifestações.

As jornadas de junho de 2013 possuem antecedentes importantes na luta contra o aumento da tarifa de ônibus, Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Natal (RN), nestas três cidades a luta já estava sendo organizada desde janeiro. No entanto a massificação dos protestos se dá no mês de Junho, quando no dia 02/06/2013 o prefeito de São Paulo Fernando Haddad/PT e o governador Geraldo Alckmin/PSDB anunciaram o aumento nas tarifas de trem, metrô e ônibus, as quais desde 2011 estavam estagnadas. O governo federal desonerou impostos (PIS e COFINS) dos empresários do transporte de SP a fim de manter o preço das tarifas, porém, o aumento se concretizou, e logo os protestos ganharam as ruas da maior metrópole brasileira, nacionalizando a luta.

A sequência de atos desencadeados estabeleceu o caos nos grandes centros urbanos brasileiros, trabalhadores tiveram suas rotinas alteradas, o fluxo das mercadorias já não seguia o mesmo ritmo. Protestos massivos nos dias 6, 7, 11, 13, 15, 17, 19, 20, e 26 de junho de 2013.

Provocando a ira da mídia televisiva que no início dos protestos tentou atacar o movimento, caracterizando como um movimento que lutava por apenas 0,20 centavos, como caracterizou o comentarista da Rede Globo de Televisão, Arnaldo Jabor no dia 13 de junho de 2013, discurso que logo que os protestos ganharam o apoio massificado da população foi se modificando, tendo o jornalista que se retratar no dia 18 de junho de 2013. A manipulação da opinião pública se tornou mais difícil por parte dos artífices das grandes emissoras, na Rede Bandeirantes de Televisão o apresentador Datena do programa Brasil Urgente viu sua enquete sobre o apoio da população a atos com baderna ser apoiada pela opinião pública, logo o apresentador também muda seu discurso.

A intervenção midiática via monopólios televisivos como a Rede Globo, Rede Record, Rede Bandeirantes, e Rede SBT, buscou a todo o momento criminalizar o movimento, apesar de dar um ar de que os protestos são válidos, no entanto, existem algumas pessoas que estragam tudo, os vândalos, responsáveis pela quebradeira nas ruas, essa caracterização fragmentou o movimento entre pacifistas x vândalos e legitimou a repressão policial, que usou de táticas de infiltração através dos P2 para atacar o movimento, caçar os “vândalos” e combater o “vandalismo”.

Os atos simbolizaram a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira, jovens, adultos e idosos estavam nas ruas que expressaram a luta de diversos coletivos sociais que vivenciam o cotidiano das ruas e organizam suas formas de resistência que vão desde a pichação na parede a intervenções artísticas e culturais nos sinais. Uma grande negação a ordem vigente se colocou com força nos protestos, que canalizavam a revolta contra a classe política e seus respectivos partidos políticos.

Nas grandes cidades essa insatisfação tomou de assalto às assembleias legislativas, as câmaras de vereadores, as prefeituras, as grandes concessionárias de carros importados, as lojas de elite, os bancos, se tornaram alvo da revolta dos trabalhadores e juventude. A tática Black Block ganhou boa parte da rebeldia da juventude explorada que viu nesta alternativa uma maneira de afrontar a ordem estabelecida.

O conteúdo justo das reivindicações do movimento se viu aos poucos disputado pela grande mídia, e pelo poder governamental que se organizaram para disputar as manifestações. No dia 24/06/2013, após reunião com prefeitos e governadores a presidenta Dilma Rousseff/PT propôs em rede nacional cinco pactos para serem seguidos e responder as exigências do movimento: responsabilidade fiscal; reforma política; saúde; transporte e educação. Eixos centrais das reivindicações das ruas.

Dilma/PT Apontou a necessidade da construção de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte para a reforma política. Tão logo o anúncio, essas pautas canalizaram-se por meio de segmentos organizados da classe trabalhadora, como a CUT, a UNE e o MST para o movimento que aos poucos foi sendo enquadrado para a disputa institucional.

O senso comum acabou incorporando uma série de reivindicações vinculadas pelo governo e pela própria mídia. Esse foi o caso da reivindicação na maior parte das vezes inquestionada “padrão FIFA”. Ora, essa entidade apropria-se de um bem da cultura que é o esporte, invade nações com sua lógica esdrúxula e alguém não sabe que seu padrão é burguês? A primeira coisa que se deve compreender é que o “padrão FIFA” é burguês. Em função da garantia desse espetáculo é que toda sorte de barbaridades e atrocidades vêm sendo promovidas no Brasil afora como demonstramos nos capítulos anteriores.

O padrão FIFA é a representação simbólica do capitalismo no campo dos esportes. Diversos movimentos e pessoas que compunham os atos traziam nos cartazes saúde, educação Padrão FIFA. Se compreendermos que este padrão é burguês verá que ele traz consigo todas as desigualdades produzidas pelo sistema vigente. A saúde e a educação padrão FIFA existem e são encontradas nos hospitais e escolas das elites, distantes da realidade dos sistemas públicos e inacessível à maioria dos trabalhadores, tem como ser diferente sob o sistema capitalista? Nessa bandeira expressa a falta de perspectiva estratégica da luta, explicita a possibilidade de que se todos vivessem sobre o padrão FIFA, a vida seria melhor, no entanto, este padrão só existe à custa da desigualdade social.

A luta que conquistou a revogação do aumento do preço nas tarifas dia 19/06/2013 foi com certeza a radicalidade das ruas que transbordavam insatisfações pessoais e coletivas e de forma criativa agitava as massas com palavras de ordem, intervenções artísticas e culturais coletivizando a insatisfação popular que durante um mês e alguns dias estremeceu o país que pensou vender sua imagem de desenvolvimento e ordem diante da realização dos megaeventos esportivos.

No fim a copa das confederações foi a grande vitrine internacional dos protestos e da revolta popular contra os 24 anos de investida neoliberal no Brasil, e dos 12 anos de um governo dito popular até então visto como exemplo no cenário internacional. Abalo sísmico na política governamental e na história do PT.

Entre as especificidades dos protestos estavam à variedade de métodos de organização, que partiam desde as redes sociais, mídias alternativas, até as assembleias populares com milhares de pessoas reunidas em praças públicas discutindo os percursos dos atos. A disputa

da cidade estava colocada no alvo escolhido pelos manifestantes, que a depender da rota tinham o ato violentamente reprimido pela polícia. Locais estratégicos para o movimento, como as sedes das grandes emissoras de televisão que eram fortemente vigiados por aviões, helicópteros, forças especiais do exército. A tentativa de diálogo da polícia com as lideranças do movimento esbarrava na ausência de lideranças, a espontaneidade dos manifestantes causou dificuldades aos aparatos repressores que em vários casos perderam as rédeas das manifestações.

A disputa territorial das cidades se intensificou com a vinda dos megaeventos esportivos ao Brasil, o aumento da especulação imobiliária também deu contornos ainda mais elitistas às cidades brasileiras, criando espaços de exceção. Os centros concentram boa parte da população, mas é nas periferias que reside à maioria dos trabalhadores e é de lá que surgiu a linha de frente de enfrentamento com a repressão policial. Em poucos segundos barricadas eram erguidas nas ruas para tardar a ação policial e ajudar na dispersão segura dos manifestantes. As bombas de efeito moral eram combatidas com vinagre, a cavalaria com fogos de artifícios, pedras, paus, placas de trânsito, e tudo mais que poderia servir para a autodefesa contra a investida repressora.

Assim como junho de 2013 não começou em junho, também não se encerrou com o fim das manifestações massivas. Os desdobramentos seguem, as organizações políticas buscam assimilar o que ocorreu fortalecendo seu trabalho no cotidiano das lutas sociais que explodem pelos quatro cantos do país, reunindo os cacos da fragmentação em que se encontram os trabalhadores. Existe uma agenda urbana em questão nas ruas das grandes cidades, que perpassam desde o enfrentamento direto com a repressão a necessidade de reinventar os espaços da cidade. As catracas se impõem e a resistência segue se articulando.

Os pactos firmados pela presidenta, prefeitos e governadores se desdobram na forma de programas para a saúde, educação, e a construção do Plebiscito Popular pela Reforma política, movimentos sociais, partidos de esquerda e direita dão curso aos pactos na medida em que os ataques aos direitos dos trabalhadores são sentidos na ponta do trabalho precário, nos trabalhadores mais pobres que transformam sua revolta em violência, cultura, lutam e trabalham, continuando reféns de um sistema que não lhes apresenta outra saída a não ser sua derrubada.

As manifestações disseram que o que existe não representa os interesses e anseios da população, o estado é visto como ineficiente, os partidos e políticos como os principais inimigos, pois governam para os empresários. A debilidade da esquerda socialista em ganhar voz nos protestos revela a crise em que está. A falta de projeto e de um horizonte estratégico

para o movimento o encerra nas reivindicações imediatas, reforça as lutas específicas que se tornam mais corporativas, dando o ar de que a qualquer momento serão atropeladas novamente pela enxurrada de reivindicações populares gestadas no cotidiano das ruas e pouco assimiladas pelas organizações tradicionais das lutas sociais no Brasil.

A rebeldia da juventude que foi às ruas está sendo contida, e canalizada para algum lugar, ela segue se construindo nas ruas, sendo alvo da violência policial, da ação e criminalização da mídia e dos setores conservadores da sociedade, inclusive por setores progressistas que do alto de sua tribuna professoral comentam a realidade sem uma proposta concreta de intervenção política. Um projeto político de ruptura com a ordem estabelecida não surge dos livros de revolucionários do passado, os quais dão o alento necessário para a organização da luta, porém, são insuficientes para dar direção à luta política de hoje, pois os caminhos a serem seguidos devem ser trilhados com os transeuntes de hoje, inspirados é claro nos elementos mais revolucionários que a classe trabalhadora já construiu.

Junho segue de diferentes formas com a imprevisibilidade de antes, mas com as energias renovadas de uma juventude que sofre com o trabalho precário e há poucos dias atrás percebeu que o caminho das ruas é que trazem as conquistas deixando um aprendizado importante para quem se dispôr a seguir lutando contra todos os tipos atrocidades cotidianas produzidas pelo sistema capitalista e seus agentes.

4.3 Não vai ter copa x Vai ter copa: Uma polêmica maior que a palavra de ordem

Os trabalhadores brasileiros que se colocaram nas ruas em junho e julho de 2013 construindo massivas manifestações cantaram em alto e bom som a palavra de ordem “NÃO VAI TER COPA” ou “Da Copa Abro Mão”. Entoada por grande parte da juventude do país que participava pela primeira vez de protestos tão massivos, essa foi a grande resposta coletiva da classe trabalhadora brasileira em relação à realização dos megaeventos esportivos no país.

Logicamente, os protestos de Junho não tiveram como centro a questão da Copa do Mundo ou a Copa das Confederações de Futebol, mas é fato que os primeiros protestos massivos e de caráter nacional ocorreram concomitantemente a este evento e vários deles

faziam alusão às partidas do evento-teste para o grande torneio. Foram milhões de pessoas que saíram às ruas em cerca de 400 cidades – desde capitais até pequenos municípios – em diversas datas cujo ápice deve ter sido o dia 20 de Junho de 2013, dia dos jogos entre Espanha e Taiti (no Maracanã) e Nigéria e Uruguai (na Fonte Nova); dia em que, só na cidade do Rio de Janeiro, estima-se que um milhão de pessoas possam ter estado nas ruas em manifestação; dia em que o estudante Marcos Delefrate, de 18 anos, foi atropelado e morto por Alexsandro Ishisato de Azevedo, que avançou seu automóvel sobre as pessoas que protestavam em Ribeirão Preto (SP).

As manifestações massivas no Brasil ganharam nova qualidade em Junho de 2013, pois passaram de pautas específicas como a do transporte público a outras reivindicações, entre elas: contra a corrupção na política, contra o projeto de “cura gay”, contra as expulsões das casas com as obras dos megaeventos e megaempreendimentos, contra os partidos políticos, por saúde e educação de qualidade, contra os gastos exorbitantes com os megaeventos, etc. Entretanto, têm sua gênese em mobilizações anteriores, sendo que somente algumas delas têm vinculação direta aos megaeventos esportivos.

A exigência do Não Vai Ter Copa significou um anseio da massa que apesar de saber que o bolo já estava sendo fatiados entre os grandes empresários, e que os lucros da FIFA e do COI seriam garantidos por meio de leis que criaram um estado de exceção, sustentaram essa palavra de ordem que assustou muitas organizações da própria esquerda que se colocava nas ruas.

O papel recuado de ampla parcela da esquerda em relação à copa apresentou consignas como Copa para o Povo, hospitais padrão FIFA, na Copa Vai ter Luta, e por aí vai. Todas elas acabaram por legitimar um modelo esportivo que somente serve aos empresários.

Comprendemos que a copa não estava em disputa, pois ela só existiu dentro de um determinado modelo forjado durante anos pelos grandes empresários e as instituições esportivas COI, FIFA e suas federações e confederações afiliadas pelo mundo. As copas, os Megaeventos Esportivos, representam como já salientamos a apropriação da lógica de acumulação do sistema capitalista da cultura corporal esportiva.

A copa que existiu para o povo foi à copa dos negócios do consumo dos subprodutos de uma poderosa indústria esportiva, que somente nos EUA movimenta mais de 215 bilhões de dólares por ano (MATIELO, CAPELA, BREILH, 2010). A copa para o povo é a que serve aos grandes meios de comunicação que em jogos da copa do mundo mobilizam bilhões de espectadores, e projetam as grandes marcas esportivas e as grandes empresas que visualizam o esporte como uma grande ferramenta de propaganda.

A FIFA e o COI adentram nos países propagando a sua ideologia de “promoção da paz” entre os povos por meio do esporte. Como se vivêssemos de dois em dois anos momentos de harmonia entre as nações que ao vestirem seus fardamentos esportivos, altamente desenvolvidos pela indústria esportiva, representariam o anseio geral das nações que a se ver representada por um atleta ou seleção fortalece seu sentimento nacionalista, de amor à pátria. No Brasil os anos de chumbo da ditadura civil militar apesar de não realizar uma copa soube selar no imaginário popular um sentimento de identificação nacional através do esporte, via seleção brasileira.

O esporte moderno com sua expressão máxima os Megaeventos Esportivos significam na verdade um mecanismo de avanço na retirada dos direitos dos trabalhadores, uma poderosa ferramenta da burguesia mundial a serviço da manutenção e propagação de seus interesses, de sua ideologia. Não é a toa que desde 2002 os Megaeventos Esportivos são realizados em países ditos em desenvolvimento, ou, BRICS, pois eles representam a venda de uma marca, hoje é a marca Brasil que está sendo vendida mundialmente. A copa nos deixará como um grande legado o aumento da especulação imobiliária, a reorganização das cidades sedes na direção do maior fluxo do capital, removendo o que tiver que ser removido para manter a acumulação capitalista. Por isso, se tem copa, não teremos direitos!

A disputa em torno da consigna do Não vai ter copa tomou bom tempo dos acalorados debates da militância organizada. Em nosso entendimento a palavra de ordem representou o anseio dos trabalhadores, em nenhum momento se teve a expectativa de que o evento não ocorreria, no entanto, era necessário demarcar a posição real dos trabalhadores em relação ao mundial. Posição que não foi unânime obviamente, mas expressou a indignação com os gastos públicos para a realização da copa e a disparidade de investimentos em questões essenciais para a vida humana.

Os setores governistas reafirmaram sua posição agitando a palavra de ordem do Vai Ter Copa, demonstrando claramente que custe o que custar o país iria sediar o mundial e todos deveriam aceitar isso. Vendida para os expectadores como o símbolo do desenvolvimento brasileiro a Copa do Mundo FIFA não conseguiu vestir os trabalhadores de verde e amarelo, o que vimos nas ruas foi um grande descontentamento com a realização dos jogos por parte da população. Resguardando a euforia de sediar o evento para os segmentos mais médios e elitizados da classe trabalhadora.

No Dia 20/05/2014 participamos de um debate, registrado no diário de campo, e, denominado “A Copa em Porto Alegre: prós e contras”. O debate foi organizado pelos trabalhadores em greve da ASSUFRGS (UFRGS, UFCSPA, IFRS/POA). A mesa contou com

a presença de duas palestrantes: Cláudia Favaro representante do Comitê Popular da Copa de POA e assessora do MST e Abigail Pereira ex-secretária do Turismo do governo Tarso Genro, que participou da construção do planejamento da infraestrutura da Copa em POA. Vale destacar alguns dos principais argumentos colocados, pois partiram de pessoas que possuem uma representatividade grande nos movimentos sociais, e no projeto de governo do Partido dos Trabalhadores.

A ex-secretária do turismo do ex-governador Tarso Genro/PT apresentou reflexões sobre a copa – a secretaria do turismo do estado tomou a copa com centralidade apontando que existem 10 milhões de pedidos de ingresso para os jogos oriundos de 199 países. Existem grandes obras em andamento que serão usadas por todos nós. O padrão FIFA é um padrão de qualidade que queremos em nossas vidas, saúde, educação. Os problemas sociais existiam antes, durante e depois. Investimentos correspondem a 8 bilhões de reais sendo 4 bilhões do governos e outros quatro da iniciativa privada. O Brasil ganhará 30 bilhões. Desde 2010 o governo Dilma investiu 825,3 bilhões – mobilidade urbana tem 42 obras de telecomunicações, portos e aeroportos, segurança pública. Copa acelerou todas essas obras existem dados do governo que comprovam isto. A copa e as olimpíadas apresentam contradições. A propaganda lá fora é que o Brasil está o caos existiram ataques à embaixada brasileira. Os que criticam a copa são os riquinhos filhos dos ricos. A propaganda da Ellus da adidas reforçam a imagem que eles tem do Brasil. As remoções são problemas anteriores a copa é um problema da reforma urbana e do estatuto das cidade é isso que temos que reivindicar. A secretaria de turismo tem apostado na formação de pessoas. O futebol está bastante elitizado somos consumidores e não mais torcedores eu não vou fazer coro aos que fazem críticas ao Brasil.

A fala da secretária demonstra a copa que foi vendida pelos empresários e governantes aos consumidores realmente, e que não ocorreu, o pacote de legados não convenceu a opinião pública, e sequer chegou a ser concretizado. A população não conquistou nada com a copa do mundo FIFA no Brasil, pelo contrário, viu seus direitos serem retirados, o aparato repressor ser fortemente armado, enquanto as emissoras de televisão lucravam com os patrocinadores na sanha por conquistar novos negócios e novos mercados. Na medida em que os jogos foram terminando a ilusão do mundial recaia sobre a dura realidade do trabalho precário e das péssimas condições de vida a que estamos submetidos.

Hoje passado pouco menos de um ano do mundial, pouco ou nada se fala do que ficou para os brasileiros e brasileiras. Obras que não terminaram viadutos que caíram e precisam ser

reconstruídos, pessoas removidas, arenas entregues aos consórcios privados, eis o legado que ficou.

Retornando ao debate sobre os prós e contra da copa em POA a arquiteta e urbanista e assessora do MST Cláudia Fávaro argumentou que:

A luta dos atingidos pela copa é desde 2009 o governo Yeda alienou o morro Santa Tereza para remover moradores. Em 2013 as jornadas de junho estavam com uma pauta da cidade (mobilidade urbana). Os mega eventos esportivos abrem o país para o capital privado. As empreiteiras são empregos temporários. Leis modificadas para a FIFA e seus exploradores – essa é uma copa dos empresários – grandes eventos mundialmente privilegiam os ricos. 1,9 bilhões em segurança pública para matar pobre negro e favelado. Dizem que precisamos vender uma imagem boa do Brasil. Em POA ocorre uma higienização. Corte de árvores históricas. Remoção de pessoas pobres. POA é vista internacionalmente como a cidade do fórum social mundial – orçamento participativo que hoje serve para cooptar lideranças comunitárias - no Brasil são 250 mil removidos – em são Paulo 150 mil impedidos de trabalhar (ambulantes).

Em Salvador operação limpeza na copa das confederações – todos os 12 ou 14 projetos de POA são da CIERGS (diversas obras ao redor) sem licenciamento, sem estudo de impacto de vizinhança – mobilidade urbana – BRT aumenta a velocidade do ônibus e diminui o número de paradas isso é o BRT. Obras de mobilidade em POA são para os carros – ciclovias sem lógica – atacam o bloco de lutas para não ir para a rua contra o governo – Brasil país do futebol – lógica do capital – lucros da FIFA na Alemanha 4,4 bilhões, África 6,2 bilhões – Brasil 9,2 bilhões e já lucrou 6 bilhões.

O que estamos falando é de uma inversão de prioridades – lei antiterrorismo – superexploração nas construções da copa (9 mortos) 2100 acidentes de trabalho nas obras da copa. Avenida tronco 1500 pessoas removidas – bônus moradia de 50 mil reais valor muito baixo que não se compra imóvel nenhum em POA. Não vai ter copa – para os removidos – não estamos falando do partido ABC estamos falando da FIFA.

Ao fim o debate nos ajuda a entender os diferentes posicionamentos em relação à copa. A categoria dos trabalhadores da ASSUFRGS neste dia estava constituída na plenária por setores vinculados a central única dos trabalhadores (CUT) setores diretamente ligados ao governo atual e que tem defendido as políticas governamentais como medidas disputáveis no âmbito dos movimentos.

A secretária trouxe um posicionamento favorável à copa do mundo apesar de ter alguns problemas ressaltou que os mega eventos fazem parte do processo de desenvolvimento

do país tendo nós os movimentos que disputar os legados. Ficou explícito a defesa do projeto atual do partido dos trabalhadores na fala da secretária que apontou saída como a reforma urbana, disputar o estatuto das cidades e os programas sociais de moradia que vem sendo executados.

A institucionalização da luta contra a copa favorece os setores ligados ao governo retira a energia do movimento das ruas. Nem mesmo os setores mais a esquerda da categoria teceram uma crítica profunda ao que significam os mega eventos esportivos, ao menos no debate. Aqui não temos como afirmar se é uma tática destes setores para não polarizar com o bloco governista e ferir a unidade construída em torno da greve por melhorias das condições salariais e de trabalho. Entretanto explícita um problema que se apresenta em outros espaços onde os segmentos contrários ao projeto de governo atual acabam por minimizar as críticas ao governo em prol de uma unidade artificial descolada do todo.

O debate apontou a necessidade de uma luta unitária em torno das pautas da categoria sendo a discussão da copa algo que não é central para a continuidade ou não da greve. O debate dos setores governistas tratou de tentar colocar todos que são contrários aos mega eventos ao lado dos setores da direita que se contrapõe ao governo atual caracterizando como um movimento pequeno burguês.

A ala governista dirige a classe trabalhadora e se utiliza destes mecanismos para frear a luta contra o governo atual, se defendendo através das políticas sociais de alívio da pobreza como algo que avançasse para além do que a dinâmica atual do capitalismo exige. *A pauta da copa para o conjunto da categoria é algo secundário que se restringe mais ao debate do que a construção de ações unitárias contra os megaeventos esportivos. Essa luta parece que cada vez mais fica restrita aos segmentos da classe diretamente atingidos e aquelas ferramentas de luta como o bloco de lutas que tentam manter a unidade constituída a partir das jornadas de junho.*

O Não Vai Ter Copa, se apresentou não como algo que contraria o esporte dos trabalhadores, mas sim a série de atrocidades que foram cometidas durante todos estes anos no Brasil em nome de uma copa do mundo da FIFA e seus parceiros comerciais. Nunca houve disputa nesse projeto e não seria as bandeiras de luta dos trabalhadores que incorreriam neste erro fratricida. Foram mais de dez anos de preparativos para o mundial e não é possível acreditarmos que a centralidade da copa seriam os jogos. A copa que foi vendida não existiu.

A luta ocorreu como ainda ocorre, e a copa não foi para o povo como já era de se esperar. A polêmica da consigna traz em seu pano de fundo a disputa política que ocorreu durante os protestos, as quais buscavam dar o tom das pautas a partir de seu programa político

partidário, entretanto as massivas manifestações resguardaram a heterogeneidade das reivindicações da rua que mantiveram firme o anseio expresso nas manifestações em meio à copa das confederações de 2013. Não vai ter copa, aos poucos foi sendo silenciado, superado, na realização do mundial, mas não deixou de existir, pois não partiu deste ou daquele setor e sim de uma proposição concreta dos trabalhadores.

5 A COPA DE 2014 E UMA NAÇÃO DE JOELHOS: O CASO DE PORTO ALEGRE

5.1 Os conflitos urbanos durante a Copa de 2014 na cidade de Porto Alegre

Ao tratarmos da luta contra a copa na cidade de Porto Alegre não pretendemos discorrer sobre todos os conflitos que existiram na cidade. Tarefa que não se coloca na nossa análise, pois demandaria um estudo mais aprofundado sobre a cidade de POA. Faremos aqui a descrição e a interpretação do que observamos na Luta Social contra a Copa do Mundo FIFA 2014 em POA. As manifestações foram organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de POA em que acompanhamos desde o dia 15 de maio a agenda de lutas construída pelos movimentos sociais que compunham o Bloco de Lutas. Retrataremos aqui estas lutas como a principal expressão da luta contra a copa na cidade, o que não encerra a importância de outras lutas que ocorreram e também se colocaram contra os megaeventos esportivos.

Para conseguirmos expressar a luta contra a copa na cidade de POA construímos um diário de campo em que registramos todas as atividades que participamos. Dividindo a pesquisa de campo em duas etapas constituintes, sendo a primeira etapa do dia 15 a 22 de maio de 2014 e a segunda dos dias 12 a 03/06/2014. Da primeira etapa iremos destacar o dia 15 de maio: Dia Internacional de Luta Contra a Copa do Mundo FIFA. Nestes dias também participamos de outras atividades, relacionadas ou não com a copa, mas que nos possibilitaram uma compreensão mais apurada sobre os conflitos urbanos na cidade de POA, e utilizadas a título de exemplificações na construção de nossa argumentação.



“SOMOS, SOMOS O POVO! E DAS NOSSAS CASAS, NINGUÉM VAI NOS TIRAR”.

O dia Internacional de Luta Contra a Copa denunciou principalmente o problema das remoções de famílias, a palavra de ordem acima entoada pelos manifestantes neste dia dava clareza sobre a denúncia do movimento em relação às expropriações do estado contra comunidades pobres da cidade de POA que tiveram suas casas removidas em virtude das obras da copa.

Este dia, denominado 15M mobilizou milhares de ativistas, militantes, atingidos, indignados, descontentes com a realização da copa de 2014 no Brasil. A chuva forte em Porto Alegre acabou por reduzir o protesto a cerca de 300 a 400 pessoas. Organizado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público o ato aglutinou também os moradores de comunidades removidas pelas obras da copa, os quais puxaram a frente do ato. A concentração em frente à Prefeitura de POA organizou a marcha que seguiu pela Av. Borges de Medeiros até a Rua Demétrio Ribeiro, cidade baixa, seguindo até a dispersão na Av. Perimetral, Largo do Zumbi.

A indignação dos manifestantes se apresentava nas palavras de ordem entoadas. As principais palavras eram *“somos, somos o povo, da nossa casa, ninguém vai nos tirar!”*, *Não Vai ter Copa! Vai ter Luta/Greve; Da copa, da copa, da copa abro mão, quero investimento em saúde e educação.* Faixas, bumbos, bandeiras decoravam o ato e faziam parte das bandas que puxavam as palavras de ordem, as quais apontavam a defesa do direito a moradia, a contrariedade à realização da copa do mundo no Brasil, a contradição dos excessivos gastos com a copa enquanto saúde e educação cada vez mais precárias.

Demonstravam também que apesar da criação de um estado de exceção da militarização ainda maior da polícia, da utilização da força nacional de segurança, as lutas irão e necessitam continuar, pois a copa em conjunto com os megaeventos esportivos intensifica ainda mais os problemas sociais que vivem os brasileiros. Os problemas sociais e os protestos não são uma marca exclusiva da copa do mundo, mas dentro deste projeto de governo parece que haveria um pacto entre todos de que a lei do silêncio falaria mais alto para que nossos visitantes não vejam as disparidades que aumentam entre pobres e ricos no país.

Pela dimensão dos problemas que o país vive e a crescente insatisfação com o modelo político vigente apresentada nas jornadas de junho de 2013 podemos afirmar que o 15M apesar de não ter sido um ato massivo significou a resistência daqueles segmentos da classe que compreendem que da luta não se recua e é nestes períodos de endurecimento da “democracia” burguesa que os trabalhadores devem ampliar seus laços de solidariedade e combatividade ao sistema político e social vigente.

O dia 15M foi marcado por inúmeras atividades de categorias profissionais em POA. Na parte da manhã ato dos municipais, à tarde ato dos professores do estado em frente ao palácio do Piratini e também dos trabalhadores da coleta de lixo. Todos se manifestavam pela melhoria de suas condições de trabalho e denunciavam a vinda da copa do mundo como algo que lhes atingiu diretamente. Entretanto o ato oficial contra a copa o 15M marcado para as 18 h na prefeitura de POA não teve a presença das demais categorias em luta e que apontavam os mesmos problemas, mas não unificaram a luta a ponto de construir uma atividade em conjunto com todos os segmentos contrários a copa. Fragmentação das lutas expressas nas jornadas contra a copa, parte da situação política que vivem os movimentos sociais atualmente.

A repressão: Ao fim do ato, nas ruas da cidade baixa, a polícia agiu como numa caça de gato e rato e na dispersão prenderam manifestantes, os quais serviram de primeiros prisioneiros políticos da copa submetidos ao tribunal de exceção FIFA, onde o estado prende e os empresários julgam. O aparato repressor cercou o ato por todo o trajeto com tropas de choque, carros e caminhonetes, os momentos de tensão demonstravam que apesar de sermos a maioria, a força da “democracia” burguesa através de seu aparato repressor é maior. **A tensão do ato:** *“passagem do ato pela tropa de choque na subida da Avenida Borges próximo à esquina democrática”*. A polícia se colocava em frente aos Bancos HSBC, Banco do Brasil, lojas da Oi, Banco Santander, explicitando a proteção estatal aos patrocinadores e parceiros oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil.

No ponto final do ato, organizou-se num círculo no cruzamento da avenida perimetral com as ruas próximas ao largo do zumbi. Neste momento os moradores removidos de suas casas em decorrência das obras da copa se manifestaram repudiando este evento e relatando a violação de seus direitos nas remoções. Também houve intervenção de outros ativistas e do próprio comitê popular da copa da cidade de porto alegre

No diário de campo expressamos nossas conclusões preliminares: *Nosso enfrentamento foi manter o trajeto, gritar as palavras de ordem necessárias, pichar e colar cartazes para que a população sensibilize-se pela luta e que os próximos sejam maiores. Ao menos é o que desejamos, mas nos parece que o aparato repressor amordaça a cada dia mais o movimento de massas.* De fato, a luta seguiu como veremos, mas as barreiras da repressão se impuseram com mais força a cada dia que passava e se aproximava a abertura do megaevento.

Ainda nesta primeira etapa de organização da pesquisa de campo, participamos de outras atividades políticas e visitamos pontos importantes da cidade, para vivenciar o clima de preparação para o início da copa e ter uma melhor dimensão do entendimento dos conflitos urbanos que ocorreram neste período.

No dia 17/05/2014 participamos da atividade organizada pelo Bloco de Lutas POA na câmara municipal. O objetivo da atividade era unificar os setores de esquerda que compuseram o Bloco de Lutas a se empenhar na defesa dos seis militantes do Bloco processados e indiciados pelo ministério público e Brigada Militar de formação de quadrilha e depreação do patrimônio público nas jornadas de junho de 2013 e nas ações contra a audiência pública sobre o processo de licitação do transporte público de POA que iria ser realizada pela prefeitura municipal no dia 10/04/2014, e em menos de 30 minutos terminou em confusão generalizada entre guarda municipal e manifestante do Bloco de Lutas POA que não aceitavam a assembleia que somente serviria para legitimar a política da prefeitura diante da população, e acalmar os ânimos do povo que desde o início do ano apoiava a luta pelo Transporte Público representada na greve dos Rodoviários de POA.

Na atividade ficou ressaltado que: *“A luta contra o processo é uma luta política, pois o processo é político e visa criminalizar o movimento social através de seus representantes. Foi possível neste dia entender o cerco jurídico organizado pelo estado brasileiro desde a consolidação do Brasil como país sede dos grandes eventos esportivos. O inquérito foi socializado para que o público pudesse folhar e ver tamanho absurdo deste processo. O vereador de Porto Alegre Pedro Ruas/Psol apontou que estes processos visam disputar a imagem do que foi junho e é necessária a unidade da esquerda para colocar sua visão do que*

significou as jornadas de junho de 2013, apontou também que POA foi à vanguarda das jornadas e que a justiça hoje está organizada para dar cabo a um cerco jurídico que visa intimidar os militantes e as pessoas descontentes com o regime político vigente desarmando os movimentos sociais”.

Os limites da atividade se expressavam no direcionamento da unidade de defesa entre somente os seis militantes processados, sendo que várias outras pessoas, não ligadas a movimentos sociais também estavam sendo indiciadas. A luta jurídica precisava ser rearticulada com a luta das ruas e logo as assembleias do Bloco de Lutas se reorganizaram e deu cabo a agenda de atividades contra a copa do mundo.

No dia 19/05/14 em assembleia popular o Bloco de Lutas organizou a agenda das *Jornadas de Luta Contra a Copa*, avaliou e organizou as próximas ações: *panfletagem dia 22/05; Terça e quarta (27 e 28/06) panfletagem e quinta 29/06 ato. Fazer um chamado do bloco de lutas para a construção da unidade na luta contra a copa.* As ações tiradas tiveram pouca adesão das organizações que anteriormente compunham o Bloco de Lutas, as divergências presentes no movimento, o período eleitoral se desenhando, a repressão policial e os processos jurídicos em conjunto com a criminalização dos movimentos sociais esvaziavam aos poucos as ações de rua que acabaram por retornar com força no dia 12/06/2014 no primeiro ato realizado já sob a Consigna: *“Copa sem povo, Estamos na Rua Denovo!”*, que nacionalizou a luta contra a copa, tendo ocorrido atos em várias capitais do país.



No primeiro Ato Nacional contra a copa em meio à realização dos jogos a cidade de Porto Alegre viveu momentos de tensão nas ruas centrais da cidade. Houve no ato uma depredação grande do centro da cidade, centrada principalmente nas agências bancárias e nas lojas de patrocinadores oficiais da copa. *No ato do dia 12 J cerca de três mil pessoas*

participaram a brigada militar somente acompanhou o trajeto. Diversos locais, bancos, McDonald's, foram alvo da ação direta por parte de manifestantes. A brigada militar não interviu permitindo as ações do movimento, numa jogada clara de legitimar na opinião pública as próximas incursões que silenciariam o movimento.

No dia 13 de junho de 2014 à Zero Hora²⁶ anunciou o mais novo investimento do governo federal para a copa do mundo. Um caminhão blindado que segundo a reportagem substituiria as balas de borracha por jatos de água com intuito de coibir as manifestações. A reportagem apontou o custo de 1,6 milhões de reais para a aquisição do blindado adquirido pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE).

A opinião pública aos poucos foi se amoldando a enxurrada midiática contrária aos movimentos sociais que foram as ruas contra a copa do mundo FIFA 2014 no Brasil. As manifestações seguiram e no dia 18 de junho de 2014 se organizou mais um ato “Copa Sem Povo, Estamos na Rua Denovo”.



O ato do dia 18/06/2014 dia do jogo entre Holanda x Austrália não conseguiu obter o mesmo número de manifestantes do último ato do dia 12/06/14. Com chamado para concentração às 11 horas na Praça Argentina ao lado da Avenida João Pessoa o ato saiu por

²⁶ Reportagem disponível no sítio da ZH acessada no dia 17/02/2015 às 16:47;

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/caminhao-blindado-com-jato-d-agua-sera-usado-em-protestos-4526234.html>

volta das 13 horas e logo em seu início se deparou com o cerco da Brigada Militar por todos os lados, todas as ruas foram trancadas e o ato já na saída foi atacado com bombas de efeito moral, cinco pessoas ficaram feridas, na maioria repórteres.



Registro da repressão policial na manifestação 18J. Polícia cercou o ato. Fechando todas as rotas de fuga.



Efetivo policial que se encontrava na Av. João Pessoa. De onde partiu as bombas de efeito moral que feriram cinco pessoas.

Nos poucos minutos de duração do ato, as principais palavras de ordem entoadas eram “*no beira rio, enquanto a bola rola, não tem saúde, não tem transporte, não tem escola!*”; “*não tem dinheiro, pra educação, mas tem dinheiro pra arma a repressão*”. O ato tinha uma presença muito forte da mídia nacional e internacional. Vários policiais a paisana estavam infiltrados no ato.

Na dispersão no largo do zumbi a choque continuava o cerco aos manifestantes. Desde a chegada a concentração nos deparávamos com as forças policiais, um efetivo de mais de dois mil policiais. Várias abordagens foram feitas antes de o ato começar para intimidar os manifestantes. *O intuito do ato era dialogar com a população através da panfletagem sobre as prioridades dos governantes que investem bilhões nessa farra que é a copa enquanto a agenda de reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais há vários anos não é sequer negociada, tínhamos como objetivo chegar até o caminho do gol próximo ao mercado público.* Local aonde os torcedores que vão aos jogos da copa se concentravam para irem caminhando até o estádio Beira Rio.

O cerco da brigada nos isolou da população, poucas pessoas de cima dos prédios conseguiram observar o que ocorria. Muitas pessoas passaram mal, uma senhora entrou em pânico por causa do forte aparato militar que nos cercava e desmaiou precisando de socorro médico. “*que vergonha, que vergonha deve ser espancar trabalhador para ter o que comer*” palavra de ordem cantada pelos militantes que repudiava a ação covarde da Polícia.

A nossa dispersão do ato teve que ser negociada com a Brigada Militar a partir de um procurador do estado que se identificou no ato com intenção de ajudar os militantes a sair do cerco policial. Passado cerca de 30 minutos de cerco policial, **terapia de choque**, a negociação conseguiu que a brigada desobstruísse uma das vias (Rua Havaí) para continuidade de nossa marcha até o largo do zumbi e sua posterior dispersão. A ida para casa se deu pela cidade baixa. As forças policiais se dirigiram até a cidade baixa nos permitindo somente dispersar por vias centrais tendo barreiras do choque em praticamente todas as ruas secundárias da cidade baixa.

Diversas revistas pessoais foram efetivadas pela brigada antes e depois do ato. Os relatos de uma mulher que foi abordada porque possuía uma bolsa era de que a linha dos brigadianos era justamente amedrontar os manifestantes para que a marcha nem saísse da concentração.

O ato contou com cerca de 200 a 250 militantes em sua maioria de organizações que compõe o bloco de lutas pelo transporte público. PSOL e PSTU lançaram nota dizendo que não participariam do ato no diário gaúcho, pois possuíam desacordo com a “conivência” do bloco em relação à atuação dos Black Blocks. O ato encerrou-se por volta das 15 h horas já no largo do zumbi, não houve prisões.

No ato do dia 18J algumas forças não o compuseram por demonstrar desacordo com a tática de ação direta em bancos e lancherias o que esvaziou o ato. Muitas pessoas também não compuseram a manifestação com medo da represália da brigada militar que já agiu desta forma em outros momentos da luta em POA, em que num primeiro momento permite a depredação dos espaços para ganhar apoio da opinião pública via meios de comunicação e aí sim partir para repressão direta aos manifestantes.

A polícia tem agido de forma política, em ano eleitoral fica mais explícito seu papel de braço armado do estado e defensor da ordem dos ricos. Não nos permitiu o diálogo com a população, onde iríamos demonstrar nossa posição em relação aos megaeventos esportivos e apontar de quem é a culpa de estarmos nas ruas. Há uma nítida defesa da brigada em relação ao governo atual. Trata-se de uma polícia política.

O ano eleitoral tem suas peculiaridades e faz apresentar as debilidades dos projetos políticos que se apresentam a esquerda do governo atual. A ausência de forças políticas importantes como o PSOL e o PSTU demonstra o quanto o programa político destas organizações está de certo modo colado a um programa eleitoral que referencia as eleições burguesas como um caminho ao atendimento das demandas apresentadas pelos trabalhadores.

Após este ato ficou claro que não vivemos em uma democracia, vivemos em uma ditadura do capital gerida por aqueles que outrora se diziam nossos representantes. A indignação dos ativistas em não conseguir realizar a marcha nos demonstrou que existe a necessidade de lutarmos contra a criminalização dos movimentos sociais. A palavra de ordem “*A luta, não se reprime, protesto não é crime*” foi bastante reforçada após o cerco da brigada e comprova a necessidade de lutarmos em defesa das liberdades democráticas.

Enquanto estávamos encurralados pelo cerco da brigada militar inúmeras pessoas prosseguiram ao estádio do Beira Rio como se nada tivessem a ver com aquela manifestação, os edifícios contavam com algumas bandeiras do Brasil demonstrando que a copa do mundo está servindo como uma potente anestesia aos trabalhadores e jovens brasileiros que em meio a estes momentos de distração tem seus direitos cada vez mais arrancados.

Existe toda uma reorganização da cidade para a realização dos jogos da copa. O caminho do gol que leva até ao estádio Beira Rio reúne milhares de pessoas que em frente ao

mercado público no largo Glênio Peres (o mesmo da batalha do tatu) festejam o mundial e aquecem a torcida para as seleções que jogam na cidade.

A cidade baixa ponto tradicional de encontro da juventude de porto alegre antes do início da copa sofreu uma série de intervenções do estado e da polícia militar que reconfiguraram os horários que os bares podiam ficar abertos, retirou os moradores de rua dos arredores, criou novas leis para que as pessoas não ficassem por ali reunidas. O próprio movimento em defesa pública da alegria que visa ocupar os espaços públicos da cidade teve sua intervenção reprimida no TUTY local de tradicional encontro de jovens estudantes na cidade dias antes do início do mundial.

A polícia, com um grande efetivo, não permitia que os jovens permanecessem no local mandando embora todos que chegavam, na semana seguinte o movimento em defesa pública da alegria convocou nova concentração de jovens no local em resposta a intervenção da brigada a ação teve a presença de 4 mil pessoas e retomou o espaço.

No entanto, em tempos de copa do mundo estas leis não servem mais, a cidade baixa virou o grande palco da festa dos turistas e da classe média que estão comemorando a copa do mundo 2014 adentrando as madrugadas sem a preocupação da intervenção do aparato repressor que está a serviço deste megaevento esportivo.

No diálogo com alguns trabalhadores taxistas os mesmos têm dito que a copa mudou para pior os seus serviços, havia uma grande expectativa por parte da categoria que os serviços aumentariam, mas na verdade os pacotes de turismo vendidos já contavam com o transporte dos torcedores, e como a cidade praticamente para em dias de jogos o movimento baixa significativamente para os taxistas, que também relatam a falta de segurança por parte da brigada militar que concentra sua força principalmente na zona sul e no centro sendo que os outros locais da cidade estão desguarnecidos favorecendo os assaltos aos trabalhadores taxistas que dizem ter aumentado nesse período.

Das conclusões deste dia: É fato que as forças da repressão possuem um aparato imensamente grande para reprimir as manifestações populares a ponto de não permitir sequer que as mesmas se realizem. O estado de exceção da FIFA silencia por meio da força aqueles que não compactuam com este projeto político. *Existe um recrudescimento da democracia no país, direito de greve negados, trabalhadores demitidos, o direito de livre manifestação também impedido.* São ações que parecem isoladas contra um determinado grupo de vândalos que não amam seu país que acabam sendo legitimadas pelo poder público através da mídia hegemônica que criminaliza os militantes e movimentos sociais.

Este momento de paralisia da massa e de diversas forças sociais que se colocaram nas ruas em junho tem servido como um prato cheio para os governos executarem e operarem sua política de cerco aos movimentos sociais. Existe mais do que nunca a necessidade de traçarmos uma linha unitária de retomada das liberdades democráticas no país. O cerco das forças da ordem tem atingido diretamente os direitos constitucionais de livre manifestação, greve e organização. A Lei Geral da Copa dá o aporte jurídico a ação repressora do estado levando o país a reviver os anos de chumbo passados 50 anos do golpe militar.

Espera-se por parte dos ativistas que compareceram no último ato uma mobilização maior ainda para o dia 23J dia da próxima manifestação contra a copa do mundo em POA marcada para concentrar ao meio dia em frente à prefeitura. Neste mesmo dia terá jogo da seleção brasileira às 17 horas, e não terá jogo na cidade de POA, o que pode mudar o cenário da manifestação e possibilitar sua circulação pela cidade garantindo o diálogo com a população.



Ato 23J com concentração marcada as 12 h para frente da prefeitura reuniu cerca de 200 manifestantes. Ao lado, no largo glênio Peres em frente ao mercado público fica o local de concentração dos torcedores que vão assistir aos jogos tanto no estádio como na fan fest. Este local é o marco inicial do caminho do gol rota construída pelo comitê organizador local da copa que segue as ruas de POA até o estádio beira-rio, ruas enfeitadas com bandeiras das seleções e o mascote da copa (fuleco). Por onde também parte um ônibus com linha de turismo decorado com as cores da copa e que segue pelas ruas de POA. *Em frente ao mercado*

público a concentração contava com torcedores argelinos que festejavam em frente às câmeras da TV Record.

O ato teve início por volta das 13 e 30 h horário de bastante movimento no centro de POA. A rota do ato visou percorrer os terminais de ônibus para dialogar com a população. Seguiu em direção ao terminal Parobé, em seguida ao camelódromo percorrendo as ruas centrais do comércio. *Os trabalhadores do comércio foram orientados a fechar as portas enquanto a manifestação passava. O trajeto foi cercado o tempo inteiro por um forte aparato da brigada militar, com forças especiais, cavalaria, tropa de choque, veículos de combate e helicóptero. Uma operação de guerra para reprimir um ato com cerca de 200 pessoas. A polícia seguiu o ato e fazia a proteção em bancos (Santander, banco do Brasil) ao McDonalds a oi, a todas as empresas patrocinadoras do evento. As imagens abaixo ilustram bem esta situação:*



Proteção à operadora de telefonia OI nas ruas do centro de POA.



Proteção da polícia de choque a lancheria McDonald's no centro de POA.

O diálogo com a população se dava através de panfletos e palavras de ordem: “*O Dilma que papelão, essa copa é só polícia e repressão*”; e “*no beira rio, enquanto a bola rola, não tem saúde, não tem transporte, não tem escola*”; “*Ei, Fifa! Volta pra suíça!*”; “*somos, somos o povo, e o passe livre nos vamos conquistar*”; “*metroviário é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo*”. Chegando a avenida salgado filho ponto que concentram vários terminais de ônibus a manifestação seguiu fazendo o diálogo com a população através da panfletagem, das palavras de ordem e das falas no mega fone.

A população assustada com o forte aparato militar e também com a forte criminalização dos movimentos sociais em sua maioria apoiava os manifestantes aplaudindo, saindo nas sacadas mostrando placas apoiando a mobilização. *Dos prédios também saiu vozes contrárias à manifestação, um ovo foi jogado na Avenida Borges de Medeiros de cima de um prédio. Um homem com a camiseta da seleção brasileira vaiava e destinava ofensas à manifestação perto ao camelódromo.* Seguindo em direção ao largo do zumbi ponto de dispersão do ato, o forte aparato militar fechava o cerco na Avenida Borges de Medeiros e uma tropa em prontidão acompanhava a marcha. Ao fim do ato já próximo ao zumbi gritos de semana que vem vai ser maior eram cantados e já na avenida perimetral o cerco policial nos

indicava a cidade baixa como única rota de dispersão. *Houve o relato de uma prisão de um manifestante que esvaziou os pneus de uma viatura da BM.*

O ato 23J “Copa Sem Povo, Estamos na Rua Denovo” conseguiu marchar pelas ruas do centro de POA e reabrir o diálogo com a população da cidade. Com palavras de ordem que denunciavam a repressão policial, a criminalização dos movimentos sociais promovida pelos meios de comunicação, a contrariedade à copa do mundo no Brasil e a série de violações de direitos consequentes dos mega eventos esportivos. Também apontou a necessidade da retomada da luta em torno do transporte na cidade. *O ato reestabelece o diálogo com a população, porém o cerco feito pela brigada militar em todo o ato visou isolar os manifestantes da população, o que foi driblado pelos ativistas que passaram pelas ruas e terminais lotados no centro da cidade, sendo inevitável o contato com a população sem violência por parte de a brigada militar.*

A cidade vivenciava o clima de jogo do Brasil, comércio fechando mais cedo, escolas sem aulas, população retornando para casa do trabalho em virtude do jogo. A realização da marcha foi de certo modo uma afronta ao estado de exceção FIFA e responde à forma violenta como a última manifestação foi dispersada pelas bombas de efeito moral jogada pela tropa de choque da BM. O ato conseguiu denunciar para a população a crescente restrição às liberdades democráticas, demarcou a contrariedade às demissões de trabalhadores em virtude das greves que ocorrem no país, principalmente dos 42 metroviários.

Por algumas horas o centro da cidade foi tomado pela manifestação que acabou abafando o clima de euforia construído para o jogo da seleção brasileira contra a seleção de camarões. Com a duração de cerca de uma hora e meia de marcha o ato não conteve maiores problemas em seu percurso, a não ser a “escolta” fortemente armada da polícia, algo que se tornou rotina dos movimentos sociais que ousam demonstrar a verdadeira imagem do país em períodos de copa do mundo. O reforço dos pelotões da BM vindos de todos os cantos do estado nos dias de protestos organizados pelo Bloco de Lutas se coloca a serviço da FIFA e seus patrocinadores isso fica muito claro nas marchas, onde a BM faz segurança justamente as empresas que financiam o evento, com a suposta desculpa de impedir atos de vandalismo. *Policiais com mascaras e em prontidão seguram escudos e cassetetes esperando pelo comando para agir contra as pessoas que estão na marcha.* O ato não conta mais com o apoio de grande parte das organizações que no início do ano compunham o bloco, o cenário eleitoral tem levado várias organizações que trocaram as ruas para a construção da sua campanha. *Sair pela rua para marchar contra a copa parece que não ganha votos.*

A resistência se faz por organizações pequenas, mas com uma militância aguerrida que não aceita as provocações da mídia burguesa e também não sucumbiu ao terreno do pântano eleitoral. A dificuldade da reconstrução da unidade do movimento é grande, mas a necessidade de estar nas ruas parece maior que os deslizes das organizações de esquerda. *Movimento de juventude secundarista tem sido uma das principais bases das mobilizações de rua contra a copa 2014.* Neste ato o plantão jurídico não teve seu telefone cortado como no ato 18J.

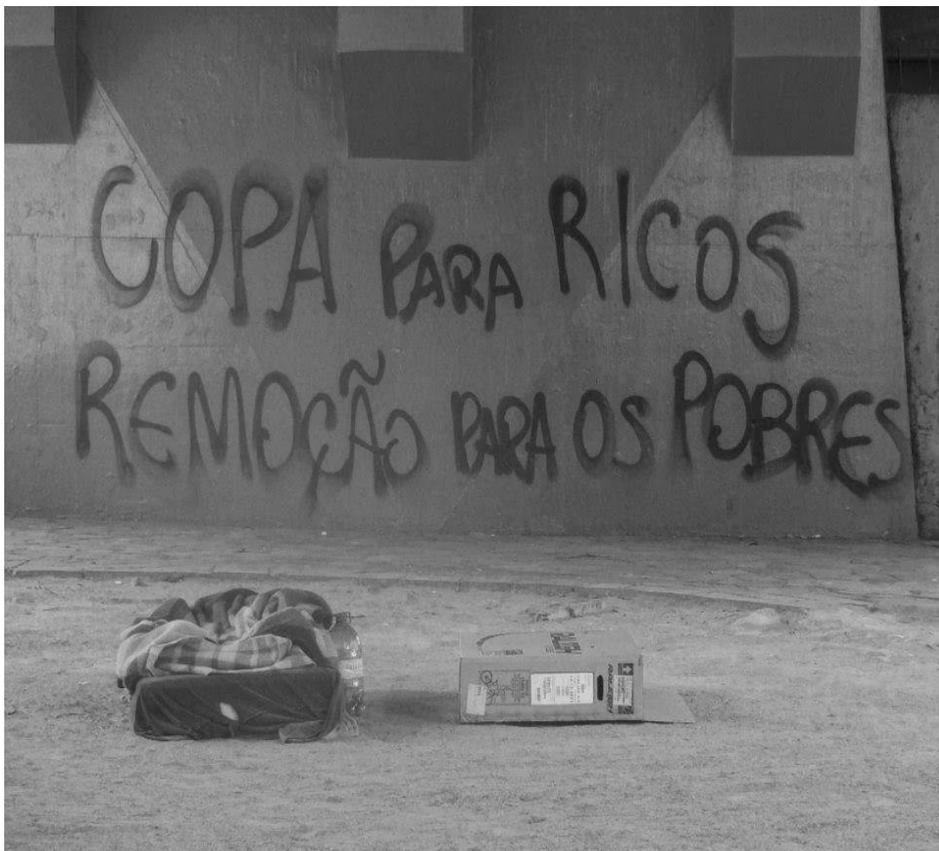
A copa é um evento das elites que governam o país e dos empresários das grandes multinacionais, atrai turistas de diversos países do mundo inteiro, em POA coreanos, argelinos, argentinos, nigerianos, holandeses, franceses, australianos fazem a festa da copa todas as noites nas ruas da cidade baixa, nos bares elitizados da Lima e Silva. No estado de exceção FIFA, a esbórnia, a farra são as regras e as manifestações e os protestos são a exceção, ficam reféns da vontade do governo do estado que sob o comando da Brigada Militar permite ou não que os movimentos marchem nas ruas e apontem suas reivindicações a sociedade.

Há alguns anos a cidade vem tendo os bares fechados, horários de funcionamento reduzidos, pessoas nas ruas na cidade baixa depois da meia noite era raro, porém no período da copa as regras não tem validade o circo foi montado e agora pelos turistas e torcedores da amarelinha devem ser desfrutados. A fan fest ocorre todos os dias próximo ao gasômetro e conta com diversos shows na programação além de transmitir os jogos da copa. Enquanto isso moradores de rua são enviados para outras cidades do interior, pessoas nos viadutos são removidas, acelerando o processo de higienização da cidade.

As linhas de ônibus em dias de jogos são reduzidas, as que seguem normalizadas percorrem as periferias até a fan fest local em que os trabalhadores, dos guetos, favelas e periferias é direcionada. Os ônibus contam também com a presença de policiais em algumas linhas que se dirigem a periferia de POA, o braço armado do estado demonstrando sua força de repressão.

Os postos de saúde reorganizam suas fichas de atendimento para pacientes padrão FIFA, a prioridade de atendimento é aos que estão participando do evento. Um espetáculo construído para demonstrar a imagem de um país que não existe a não ser no fantástico mundo da rede globo e seus apresentadores, que não hesitam em criminalizar os movimentos sociais e através de um discurso patriota de “todos somos um só” buscam enquadrar os que não caem nesse discurso como vândalos, terroristas, baderneiros, desocupados, legitimando o estado ditador como em períodos passados recentes de nossa história. *As pichações contra a*

copa nos muros da cidade aumentam significativamente, denunciando as atrocidades produzidas pelo mundial de futebol.



Pichação, já apagada, no viaduto que cruza por cima da Av. Protásio Alves.

Percebe-se que o esporte transformado em espetáculo reforça a sua mercadorização, o comércio ambulante mesmo discreto em relação a outras copas do mundo apresenta grande diversidade de produtos relacionados ao mundial, desde cornetas, mascotes, camisetas, toucas, luvas, mantas, chaveiros, bolas, bonés, etc. o comércio formal também decora suas lojas com as cores e os mascotes da copa, aquecendo a venda principalmente dos televisores que em alta definição transmitem o espetáculo para aqueles que não foram “convidados” para a festa.

Apesar da ação truculenta e repressora da brigada militar o balanço é de que o ato 23J atingiu seu propósito de denunciar e dialogar sobre as violações de direitos ocasionadas em virtude do mundial de futebol em POA. O ato teve uma aceitação grande da população, vários trabalhadores aplaudiam, tiravam fotos, para registrar o que parece um momento histórico já vivenciado pelos brasileiros onde as tropas do braço armado do estado fecham o cerco aos movimentos populares.

Para o próximo ato do dia 30 novamente essas forças sociais se encontrarão nas ruas de POA e o desfecho ainda é impossível de prever. *O que tem ocorrido é que em dias de jogo em POA a brigada sequer deixa a manifestação sair do local de concentração, o que já em jogos da seleção brasileira por não ser em POA permite com que a marcha saia, mas acompanhada de perto por centenas de polícias.*

5.1.1 Ato 30J “COPA SEM POVO, ESTAMOS NA RUA DE NOVO”:

No dia 30 de junho de 2014, dia do jogo entre Alemanha x Argélia encerrava a sequência de atos “Copa sem Povo, Estamos na Rua Denovo”. *“O ato 30J estava com concentração marcada para as 12 horas em frente à prefeitura municipal de POA”.*

O ato teve um número reduzido de manifestantes fazendo com que a marcha pelas ruas de POA fosse cancelada e no lugar os manifestantes fizeram uma panfletagem sobre os “legados” da copa em POA e a onda crescente de criminalização dos movimentos sociais. A panfletagem ocorreu em meio ao caminho do gol e no terminal Parobé. Centenas de torcedores argelinos e alemães concentravam-se em frente ao mercado público.

A polícia como de costume já se concentrava nas proximidades da concentração da manifestação e no momento em que a manifestação decidiu por atravessar a rua e distribuir os panfletos na frente do mercado público interpelou os manifestantes sobre o que fariam ali. Truculência de praxe da brigada que por alguns minutos permaneceu questionando sobre a atividade que realizariam. Resolvido o impasse a panfletagem perdurou por cerca de uma hora com um número bastante reduzido de ativistas. O clima frio e chuvoso foi uma intempérie para a atividade.

Nesta atividade se percebeu o esvaziamento do ato por parte das organizações e coletivos que em meio a todos os ataques promovidos tanto pelos governantes através da mídia corporativa, da repressão da brigada militar não compareceram a atividade. *Reflexo da conjuntura de fragmentação da classe trabalhadora e suas organizações. Parece que as jornadas de junho estão cada vez mais sendo enquadradas e absorvidas pelas forças da ordem que organizam a ofensiva reacionária.* A grande campanha midiática em torno da copa

parece estar surtindo efeito para a política governista que reafirma o #vaitercopa em contraposição a principal expressão do movimento de massas nas jornadas o #nãovaitercopa.

O ato ocorreu mais a título de demarcação a partir da panfletagem dialogando com trabalhadores nos terminais de ônibus e no caminho do gol. A pauta da copa tem nos parecido cada vez mais esgotada nesta conjuntura. O que não significa que a pauta não tenha mais sentido. Óbvio que tem, pois assim que a festa acabar os problemas vão se tornar cada vez mais aparentes o clima estéril, ufanista, de torcida pela seleção é provável que logo após a copa baixe bastante e novamente reestabeleça o diálogo da população com as agendas de reivindicações dos movimentos sociais.

A última atividade relacionada à copa que participamos ocorreu no dia 03/07/2014 e tratou sobre a criminalização dos movimentos sociais no Brasil. “(Des) Tribunal Popular: A Criminalização dos Movimentos Sociais no Banco dos Réus”:



A atividade foi realizada na sede do CEPERS na Rua Alberto Bins em POA contou com a presença de comunidades, partidos políticos de esquerda, organizações culturais, populares e sindicais. O auditório do CEPERS estava praticamente lotado com cerca de 200 pessoas. As faixas que decoravam o ambiente traziam diversos dizeres, entre elas: “Resistência indígena, quilombola e popular! Liberdade aos presos políticos”; “contra a PEC 215/2000” (frente quilombola/RS). “não estamos SOS” faixa fazendo referência ao ELZN (exército zapatista nacional). “readmissão já dos 42 demitidos por Alckmin na greve do metrô (SP)”.

O espaço começou com falas de algumas entidades presentes. *Edson representante do BOCA de RUA movimento da população de rua de POA* – foi o primeiro a falar – *sou morador de rua há 21 anos – nosso atendimento na enfermaria do santa marta foi fechado, era um local que dava atendimento a 140 pessoas mas o poder público fechou a casa com a desculpa de “reforma”. A brigada militar tem tirado as cobertas dos moradores de rua, três moradores morreram de hipotermia nos últimos dias. Houve uma violência muito grande no*

período de copa com a população de rua, em sapucaia do sul região metropolitana de POA no início do ano tinham vinte moradores de rua agora com todo o processo de limpeza urbana que a copa trouxe são 200. O pessoal da rua está sempre criminalizado, todos têm direito na cidade por isso nos solidarizamos aos companheiros que estão sendo perseguidos por lutarem pelos nossos direitos.

Bloco de Lutas POA (Tiago – jurídico) – após as manifestações de junho vários processos se abriram são 60 pessoas indiciadas – 40 pessoas em uma única ação – em junho casas, sedes de organizações políticas foram invadidas pela polícia, livros, computadores, apreendidos. A ocupação da câmara em POA gerou a abertura de uma CPI por parte dos parlamentares contra a ocupação e isso irá começar a ter desdobramentos no próximo período. Em outubro a casa de companheiros foram invadidas, livros apreendidos, indiciamento por formação de milícia que na disputa judicial foi rebaixado para formação de quadrilha. Atos impedidos de acontecer através de táticas da brigada militar de tortura psicológica aos militantes – diversas prisões aleatórias após os atos – mídia corporativa, e polícia civil reforçam a repressão. Nenhum policial sofreu algum processo por abuso. Em diversas cidades tem presos, no rio de janeiro um morador de rua ainda está preso e a prova para acusá-lo é por ele estar portando uma garrafa de pinho sol – o que teria para a polícia uma finalidade de construção de artefato explosivo. O direito penal criminaliza a pobreza e quem se coloca contra ela.

Quilombo da família Machado: Rogério da comunidade sete de setembro relatou a criminalização que sofrem por causa da especulação imobiliária que em conjunto com o poder público buscou dividir a comunidade para expulsar a família – polícia reprimindo – mandando para o DEMAB – à frente quilombola buscou através de assembleias retomar o diálogo com os moradores. A polícia matou uma pessoa com 4 tiros na cabeça na comunidade e invadiram a associação de moradores.

Comitê popular da copa – POA: Fernando – temos dificuldades de mobilizar os moradores para protestos reflexo da repressão que sofrem no dia a dia – existe na cidade um processo de disputa territorial – famílias não queriam sair do local de moradia – a violência aumentou – tráfico, milícias e a polícia reforçam a tensão social para promover a remoção forçada – a luta do Santa Teresa é uma luta histórica que conseguiu manter a comunidade no local – na vila dique remoção violenta – corte de água, luz e esgoto um processo de remoção igual ao da vila tronco – a realidade de ser violado pelo estado está bem mais próxima do que parece.

Após as falas das entidades teve início a mesa de debates que contou com a mediação de Cláudia Fávoro (Bloco de Lutas POA), cartunista Carlos Latuff que fez uma fala de saudação aos presentes e apontou a repressão como uma política de estado – cobrou um maior engajamento da classe artística na luta social a partir de coletivos alternativos e de comunicação.

Palestrantes: Paulo Pasin metroviário de São Paulo demitido na greve do metrô; Vermelho (procurador jurídico do estado); Onir Araújo (advogado e militante do movimento negro); Rodrigo Pujina (presidente da comissão de direitos humanos da OAB – não compareceu). Pasin: *solidariedade aos lutadores do RS. Em São Paulo um ato debate em uma praça pública foi cercado pela polícia e reprimido tendo a prisão do advogado e professor da USP que questionou o policial sobre sua identificação – hoje está preso num presídio de segurança máxima em SP – o jornal o Estado de SP criminaliza as conquistas do MTST e metroviários – a queda da ditadura foi fruto da luta da classe trabalhadora brasileira – a ditadura caiu, mas segue seus pilares a polícia militar é seu principal, nenhum torturador foi preso no Brasil – em 1989 a lei de greve é regulamentada e na verdade é uma lei anti-greve – o metrô é considerado um serviço essencial – a greve do metrô propôs trabalhar de graça com a catraca livre a tarifa zero na prática – o governador nos atacou por essa decisão demonstrando que esse ataque não é localizado – a classe dominante tirou muitas conclusões de junho para cá – está se aproveitando da copa para tirar o direito de greve no país. Querem acabar literalmente com o direito de manifestação aqui em POA aconteceu isso. Visam atacar as organizações da classe trabalhadora – o metrô hoje andam 11 pessoas por metro quadrado – multaram o sindicato em um milhão de reais e não tem como pagar os trabalhadores – é igual o que FHC fez em 1996 setores mais precarizados – garis, terceirizados – direito de greve, organização, manifestações – ataque as liberdades democráticas – estão tirando o nosso direito de pensar.*

Onir Araújo: *é um momento bastante delicado que vivemos – o que se entende por estado democrático de direito – dicotomia existente na sociedade – o estado democrático de direito sempre foi uma ficção jurídica para a maioria da população brasileira – jornadas de junho tiveram uma característica de rebelião e abriu-se uma fissura que revelou a sucessivas camadas que há 514 anos vivem sobre a colonização, exploração, opressão – estado tem uma característica única de contenção – criminalização é parte dela – a polícia militar tem o único papel de agir como uma tropa colonial de ocupação e contenção – não se reconhece que o estado democrático de direito existe todo o dia na Vila Cristal, na Vila Dique... Favelas, territórios indígenas – o encontro deve servir para refletirmos o estado que vivemos*

– aparato repressor – junho criou fissuras na sociedade – PT não assinou a constituição de 1988, pois era muito rebaixada – nossa volta às comunidades e territórios atingidos por esse neodesenvolvimentismo não pode repetir o que a nossa geração fez – das liberdades que estão na constituição – as acusações são injustas isso é chover no molhado – isso significa muito mais – é o dessabor dos jovens nos presídios, as 30 mil famílias que morreram em virtude do genocídio da população negra – nossa solução não é igual ao que fizemos no passado – outubro de 2014 não nos representa isso é uma armadilha que tem 514 anos.

Vermelho: PGE/RS – não falo em nome disso aqui (referindo-se a procuradoria geral do estado/RS) – mas isso faz parte de mim – vou me ater nas limitações constitucionais – tema central a criminalização dos movimentos sociais se resume fundamentalmente em um estado que visa mediar às contradições – desafio que se coloca é que a constituição se colocada em prática nos dá melhores condições de lutar – plano constitucional o Art. 5 inciso 16 – insuficiência do estado em atender a série de demandas acumuladas pela sociedade – direito de manifestação está na linha de combate da reação do estado – a FIFA revogou princípios constitucionais e legais – zonas de exclusão – a manifestação no jogo da Holanda foi impedida – na Borges o estado garantia o caminho do gol – estado com todo seu aparato para controlar a manifestação e permitir o direito de ir e vir dos torcedores – o estado no seu exercício de garantir a ordem – direito constitucional tem vários espaços que os movimentos sociais podem ocupar no executivo, legislativo e judiciário – está evidenciado até onde as liberdades democráticas vão – o que é uma manifestação legítima e o que não é – a sociedade tem que construir sua autonomia – manifestação violenta x manifestação pacífica – estado reage sem diferenciar os setores propositalmente o estado tem se excedido do uso possessivo da força e das prisões. Enfrentar a criminalização de todos os movimentos sociais - campo jurídico é um campo de luta importante – luta no campo do direito penal para se construir uma jurisprudência que não legitime indiciamentos como esses – a importância de advogados populares – no plano legislativo muitos projetos de lei que restringem a liberdade de greve – que vão caminhando e estreitando os espaços de construção da cidadania – reforma do código penal PLS 43/08 criminalização aos movimentos que lutam pela terra – crime de desacato para legitimar as prisões – tipo penal de terrorismo Art. 249 enquadra as organizações políticas – Art. 250 trata sobre financiamento do terrorismo. O programa de defesa dos direitos humanos significa um avanço na luta contra grupos de extermínio, milícia privada, perseguições – isto está sendo restrito pelo estado – imprensa legítima e forma a opinião pública a partir de um interesse – jornadas de junho desmascaram o papel da mídia

– *é fundamental a articulação dos movimentos e isso passa pela defesa da liberdade de expressão.*

5.2 A copa de 2014 e seus aliados estratégicos

O Brasil ao sediar o mundial fechou um acordo com os grandes monopólios do esporte mundial, a FIFA escolheu a dedo seus patrocinadores oficiais, no todo foram 24 empresas nacionais e internacionais que associaram suas marcas ao espetáculo esportivo. Parceiros comerciais que constroem uma relação há bastante tempo, como o caso das empresas ADIDAS e COCA-COLA. Os privilégios variam desde as propagandas televisivas, as placas de publicidade nos estádios, vagas em hotéis de luxo, materiais oficiais da copa do mundo, doação de ingressos, zonas de exclusão.

O estado ressalta seu papel em assegurar o direito de exploração dos monopólios, através da isenção fiscal, da constituição de legislações específicas que subordinam as leis nacionais aos mandamentos da FIFA contidos na Lei Geral da Copa e apontados no capítulo II. A apropriação privada de cores, hinos, mascotes, revelam o real caráter do estado, que comprova assim seu papel de dominação de classe. Impõe práticas que favorecem os monopólios, facilita as licitações para realização de obras de infraestrutura, as quais privilegiam a ação de cartéis, e reforçam a prática de conluio entre o setor empresarial que é quem mais lucra.

A posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, de exportador de commodities (produtos com baixo valor agregado) também é reforçada no meio esportivo, na medida em que visualizamos que as políticas governamentais se orientam justamente para o atendimento deste modelo esportivo expresso nos megaeventos. Atualmente o espetáculo esportivo tem sido monopolizado pelos campeonatos Europeus que disseminam um modelo a ser seguido, mas que na verdade é impossível de se realizar em diversas regiões do mundo. O esporte Brasileiro está cada vez mais refém do calendário europeu, e das suas janelas de transações. A média de público nos estádios brasileiros diminuiu e a ausência do grande público nos estádios não é sentida pela grande mídia que bate recorde de audiência na transmissão das ligas europeias, as quais contam com centenas de atletas brasileiros, que

desde muito cedo partem do país em busca dos milhões que circulam nestas ligas, dominadas pelos magnatas em conjunto com suas entidades representativas.

É visível a formação dos monopólios empresariais que se apropriam do esporte em benefício dos seus negócios, vejamos quem são as 24 empresas patrocinadoras oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014: ADIDAS, COCA-COLA, HYUNDAI, KIA MOTORS, EMIRATES, SONY, VISA, BUDWEISER, CASTROL, CONTINENTAL, JOHNSON E JOHNSON, MCDONALD'S, OI, SEARA, YINGLI, FIFA.COM, APEX BRASIL, GAROTO, ITAÚ, LIBERTY SEGUROS, WISE UP, FOOTBALL FOR HOPE, NESCAU. Na UEFA Champions League: ADIDAS, PLAY STATION (SONY) MASTERCARD, FORD, UNICREDIT, HEINEKEN, HTC, GAZPROM, fecham o time de patrocinadores. Na Premier League a casa de apostas online 188 BET é o principal patrocinador.

A movimentação financeira envolve bilhões de dólares e alimenta a economia dos monopólios midiáticos que promovem as marcas das grandes corporações mundiais que entram nos países com seus produtos associados ao esporte mundial. Os consumidores compram os pacotes televisivos para não perder os principais jogos do campeonato mundial, alimentando as redes transmissoras e difusoras das principais ligas do mundo. Os uniformes das equipes tornam-se uma poderosa vitrine para as empresas que ao vendê-los garante a propaganda que penetra diariamente, muitas vezes de forma despercebida, na mente dos trabalhadores.

O padrão FIFA dissemina esse modelo mundialmente. A construção das arenas no Brasil comprovou este fato. A copa do mundo FIFA só se realiza dentro do padrão estipulado pela entidade que se apropria do futebol mundial através da disseminação de seu padrão. O controle e a garantia de que ele se concretize tem a colaboração estatal como vimos e também das confederações continentais, e nacionais sobre sua direção.

A Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil levou dez anos para ser concretizada, legislações e políticas governamentais esportivas se modificaram para ajustar o esporte Brasileiro ao Padrão FIFA, esse é o verdadeiro legado do mundial. No entanto, as especificidades do capitalismo brasileiro se reforçam diante da formação do monopólio futebolístico que dá a garantia de continuidade de um modelo esportivo que somente é possível nos países centrais do capitalismo. A lógica do capital não privilegia os países dependentes em nenhum aspecto, não iria ser no esporte diferente.

As transnacionais veem o esporte como um meio de quebrar barreiras comerciais e disseminar pelas mais variadas economias do globo seus produtos. Propagandas exaltam os maiores craques do futebol mundial como ídolos, que tem através da mídia suas

personalidades forjadas para agradar os mais diversos torcedores que acabam por se identificar nos produtos que estes personagens utilizam.

Não restam dúvidas para quem o mundial foi realizado. A dinâmica do desenvolvimento capitalista penetrou profundamente na cultura esportiva, nada melhor que acelerar essa lógica esportiva em momentos de crise econômica para dar curso ao processo de acumulação do capital, que rompe através do esporte barreiras que sem ele seriam mais difíceis. O falso consenso forjado em relação ao esporte mundial é construído nos trabalhadores desde a mais tenra idade, em que antes mesmo de aprender a falar os pais já vestem seus filhos com os uniformes dos seus times preferidos, naturalizando uma relação que em última instância somente favorece ao avanço da lógica de acumulação capitalista. Como que enquanto continuamos torcendo, a burguesia segue sorrindo, enchendo os bolsos de dinheiro, e propagando sua ideologia.

Portanto, os aliados estratégicos da copa do mundo de 2014 são nada mais nada menos que a classe burguesa. A principal aliança que o governo brasileiro fez para a vinda da copa ao Brasil foi com frações da burguesia mundial expressa a partir de suas entidades e empresas privadas, as quais detém a propriedade privada dos meios de produção, explorando internacionalmente a força de trabalho, embora essa exploração fique bastante ofuscada nos dias da competição atrás da beleza dos gestos técnicos do esporte que se propagam em milhares de casas dos trabalhadores, que não visualizam o esporte como produto do trabalho humano, mas sim dentro de uma visão fetichizada pela grande mídia.

O ópio do povo, não é o ópio da natureza, mas sim o ópio das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo que alienam do ser humano aquilo que nos torna humano, o Trabalho. Nesta trama esportiva, reforça-se a dominação burguesa a partir da relação entre capital, estado e trabalho. A copa é parte da indústria esportiva que tem sede não em Zurique na Suíça, mas na subjetividade da consciência humana que ainda não encontrou limites, e isto os monopólios da burguesia mundial sabem de cor e salteado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo percebemos a profundidade das relações sociais, políticas e econômicas envolvidas na realização dos megaeventos esportivos no Brasil. Uma política desenvolvida durante décadas pelos governantes e empresários, a qual incentivou o desenvolvimento da indústria esportiva no Brasil, consolidou no esporte brasileiro a necessidade de estar diretamente ligado ao padrão da FIFA e do COI, reforçando a atuação dos monopólios no país por meio do esporte moderno.

Deste modo, concordamos com Penna (2011) quando considera que o esporte, em sua expressão contemporânea, reforça as vias de expansão do capitalismo monopolista e, dentro dos nexos entre o movimento do capital e a realização dos megaeventos esportivos nos países ditos em desenvolvimento, como o Brasil, o consolida como um mecanismo de quebrar barreiras que possam represar o avanço da acumulação de capital.

Os rearranjos na arquitetura urbana das metrópoles brasileiras revelam a necessidade do regime ampliar seus laços de continuidade da acumulação capitalista em locais até então pouco explorados. Carrega consigo a lógica da especulação imobiliária adentrando em comunidades que foram removidas de locais onde a valorização dos imóveis está em alta, construindo assim uma cidade voltada aos negócios capitalista, cada vez mais desumanizada. Atuando como um mecanismo de contenção social, na medida em que classifica a cidade em locais destinados aos diferentes padrões de consumo, atenuando a colisão e o conflito de classes.

No entanto, a lógica do esporte espetáculo se enraíza no ideário popular e escraviza a consciência humana a um padrão esportivo que somente serve aos ricos e por isso contribui

diretamente com a dinâmica da política capitalista. Da vazão ao fluxo do capital, capturando por meio do esporte a subjetividade humana. Reforça o fetiche das relações sociais que se estabelecem no meio esportivo. Dando curso à lógica destrutiva no campo da cultura corporal do esporte.

O futebol foi transformado em uma poderosa e rentável mercadoria que movimenta uma legião de consumidores dos seus subprodutos mundialmente. O historiador Eric Hobsbawm (2012) apontou que o futebol sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, a globalização e a xenofobia, sendo os clubes esportivos grandes entidades transnacionais com empreendimentos globais.

Nesse sentido, a realização dos megaeventos esportivos no Brasil não se deu de forma infortuna, mas sim, dentro de um planejamento estratégico de dominação imposto ao país pelos grandes organismos e entidades da burguesia mundial, e também pelo atual governo, que vislumbrou nesses eventos sua continuidade no poder em detrimento da garantia dos direitos do povo, reforçando, assim, seus laços com o projeto dominante imposto ao país pela burguesia mundial.

A política esportiva do atual governo, como vimos reforçou as isenções fiscais aos empresários, mascarou a exploração do trabalho infantil com a alusão a políticas de desenvolvimento da nação enquanto uma potência olímpica, transferiu verba pública para a iniciativa privada, estimula desde a mais tenra idade a lógica do esporte espetáculo de alto rendimento, associou o esporte brasileiro a marcas empresariais, patrocinadores oficiais, disseminou a ideologia burguesa contida nos valores e preceitos defendidos pela FIFA e o COI, garantindo a elitização do fenômeno esportivo via monopólios do esporte, ou seja, esta política ampliou a subordinação do Brasil ao capital monopolista.

Os megaeventos esportivos no Brasil deram suporte ao regime político para reoxigenar a economia, atrair investimentos externos, empregar parcela da massa de trabalhadores sobrantes, darem doses diárias de alienação via meios de comunicação de massa, e consagrar os lucros recordes dos empresários da construção civil detentores de grandes monopólios que dominam a economia brasileira.

De acordo com Penna (2011) a expansão geográfica sob a lógica capitalista necessita de investimento em infraestruturas físicas de longo tempo, capitais fixos, que sejam explorados pelos serviços capitalistas, entre eles, o esporte. As arenas cumprem este papel, e podem ser utilizadas não só para a prática esportiva, mas também para outros fins. Para que estas estruturas se realizem, Harvey (2011) aponta que as intervenções no espaço devem seguir um padrão geográfico que interajam entre si, o seu entorno é imprescindível para a realização do

máximo lucro capitalista. O questionamento que fica é de que forma as arenas no Brasil cumprirão este papel, principalmente após a copa do mundo. Sabemos que na África do Sul a solução encontrada para o futuro das arenas está sendo a sua própria demolição. O que não deixa também de ser lucrativo para o capital.

Os “elefantes dourados” construídos para a copa com dinheiro público agora são administrados por consórcios privados que tem o direito de explorar as arenas por vários anos, comercializando diversos produtos, de várias marcas esportivas, de souvenir, e alimentação. Arenas multiuso para a classe empresarial que desfrutará das benesses governamentais, enquanto os trabalhadores que financiaram as obras da copa são cada vez mais afastados dos estádios, que podem até virar presídios em algumas regiões do Brasil como se especulou tempos atrás.

As construções das arenas esportivas no padrão FIFA revelam a estratégia de incentivar a ação dos grandes monopólios da construção civil, pois exigem alta tecnologia, o que é concentrado na mão das grandes empreiteiras, as quais, muitos de seus empresários ocupam cadeiras nos conselhos da FIFA, do COI e também do estado. A classe dominante não é dominante pelo seu discurso, mas sim pela propriedade privada dos meios de produção, e da imposição de seu modelo econômico através do aparato repressor quando for necessário. Isto é comprovado com as inúmeras manifestações que ocorreram durante a copa das confederações no Brasil em 2013 e que foram duramente reprimidas pelo poderio bélico, cada vez maior, do estado.

Os Mega Eventos Esportivos impulsionaram a remoção de comunidades inteiras localizadas em zonas de alta especulação imobiliária, encareceram o custo de vida em diversas regiões da cidade acirrou o conflito urbano com o fortalecimento do aparato militar. A revolta da população chegou ao estopim em meio à copa das confederações, a qual teve como novidade a atuação de polícia e exército juntos, auxiliando na contenção da população que aos milhões saiu às ruas nas jornadas de junho de 2013.

As jornadas de junho não tiveram como centro a luta contra a copa, entretanto deram indícios do esgotamento de um ciclo de lutas encabeçados e dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores. As jornadas foram facilmente assimiladas pelo regime que utilizou a Copa do Mundo de 2014 para contragolpear as forças que se opuseram a esquerda deste projeto político em curso no país. As prisões, os indiciamentos e a repressão alcançaram novo status na jurisdição brasileira dando um aporte legal as arbitrariedades cometidas pelo estado contra a população.

Na cidade de Porto Alegre o que se viu durante a realização dos jogos foi uma pura demonstração de força do regime que silenciou na bala os que lutavam contra a retirada dos direitos dos trabalhadores. Os protestos ocorreram sobre vigilância de uma força nacional de segurança, que visa unificar as forças policiais sob a tutela do exército. O cerceamento a liberdade de expressão demonstrou que a democracia brasileira é uma ditadura do capital, equipada para romper com qualquer barreira física ou humana. A copa serviu de laboratório as forças de repressão do estado.

As transformações ocorridas na cidade não levaram em consideração a vida de milhares de trabalhadores que tiveram que abandonar suas casas, seus bairros para que a copa se realizasse. O modelo de cidade excludente voltada aos negócios se reforçou e os conflitos sociais se ampliaram. Isto para nós representa a continuidade da resistência e conseqüentemente o fortalecimento das lutas sociais que se abriram em junho de 2013 que com o passar dos dias e dos conflitos necessita ganhar um novo corpo reivindicatório para massificar ainda mais a luta contra o capital e sua lógica destrutiva.

Ao final da Copa do Mundo de 2014, depois da vexatória derrota de 7 x 1 para a seleção da Alemanha, o Brasil legou-se para si mesmo políticas esportivas que não surtiram efeito algum no sistema esportivo nacional, no que diz respeito aos resultados almejados. Os escândalos de corrupção nas principais instituições esportivas do país nos auxiliam perceber que os Megaeventos Esportivos são tudo, menos uma política esportiva voltada para a população. A garantia dos lucros de cerca de 10 bilhões de reais por parte da FIFA esteve sempre em primeiro plano da política governamental que buscou “conciliar” pelo alto o interesse dos empresários com as necessidades expansivas do capital no país, passando por cima é claro dos trabalhadores que em grande maioria se colocaram contrários à realização dos jogos no Brasil.

7 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANDERSON, PERRY. **Balço do Neoliberalismo**. 1995. São Paulo, SP: [s.n], 1995.

AZEVEDO, Carlos; RABELO, Aldo. A corrupção no futebol brasileiro. **Motrivivência**. Florianópolis, ano XII, n.17, Setembro, 2001.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. In: OLIVEIRA, Vitor Marinho de (org.). **Fundamentos pedagógicos educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. p.180-190.

BRACHT, Valter. Copa é negócio e não incentiva o esporte, diz especialista. Entrevista com Valter Bracht. Por Ciro Barros. **Disponível em:** <http://apublica.org/2012/05/copa-e-negocio-nao-incentiva-esporte/>. 24 Mai 2012. Acesso em 13/10/2013.

BRASIL, VINICIUS. **A cultura esportiva do futebol: A relação estabelecida com a categoria trabalho**. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. CEFD/UFSM, 2010.

BUROCCO, L. Copa pra quem e pra quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 12º ed. São Paulo, S P: Cortez, 2005.

CORREIO DO POVO. Reportagens sobre a escolha de Porto Alegre como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ano 114 n.º 244. Porto Alegre, Segunda-feira, 1.º de Junho de 2009.

CHEPTULIN, Alexandre; **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: editora Alfa-Omega LTDA, 1978.

COTTLE, E. Copa do Mundo na África do Sul: Um legado pra quem? In: COTTLE (ORG.). Lara Freitas (trad.). Florianópolis: Insular, 2014.

DACOSTA, Lamartine; e outros. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DIEESE. Balanços das greves em 2012. In **Estudos e Pesquisas**, n. 66, Maio de 2013.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Maria Manuela Almeida e Silva (trad.). Lisboa: Difel, 1992.

EM DISCUSSÃO. Revista do Senado Federal. **Copa 2014**: todo mundo de olho no Brasil. Milhões nos estádios e bilhões em frente à TV vão avaliar desempenho do país dentro e fora do campo. Senado fiscalizou projetos, obras e gastos. Editor-chefe João Carlos Teixeira. Ano 5, n.20, Abril. Brasília: SEEP, 2014.

ENED. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização**. Marcelo Badaró Mattos in Caderno de Textos 32º Encontro Nacional de Estudantes de Direito. Pelotas, 2013.

EXNEEF. **Movimento estudantil e esporte**: em busca de uma visão dialética. Caderno de Debates. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. S.l., v.1, Setembro, 1996.

EXNEEF. Megaeventos: uma vitória para os trabalhadores brasileiros? **Caderno de Debates**. A Licenciatura Ampliada e as lutas do MEEF. São Paulo: EXNEEF, v.XIII, Julho, 2011. p.71

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo**: um olhar inesperado sobre a globalização. Carlos Alberto Medeiros (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FONTES, V. Imperialismo e Crise In: **Capitalismo e Crise: A natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, SP: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

HOBBSAWM, E. Futebol de hoje sintetiza globalização. *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3009200708.htm>.

IASI, M. L. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento). 2 ed. São Paulo, SP: expressão popular, 2012.

KOPNIN, Pável Vassílievitch. A dialético como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978.

KUENZER, A. Desafios Teóricos-Metodológicos da Relação Trabalho Educação e o Papel Social da Escola in: FRIGOTTO (org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 3ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999 (p. 55-75).

LIMA, Mariza Antunes de; MARTINS, Clóvis J.; CAPRARO, André Mendes. Olimpíadas modernas: a história de uma tradição inventada. **Pensar a Prática**. Goiânia, v.12, n.1, 2009. Versão digital. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/5874/4758>.

_____. Legados de megaeventos esportivos. Legacies of sports mega-events. Brasília: Ministério do Esporte 2008.

JUCA. KFOURI. Legados do Pan 2007. *Uol Esporte*. São Paulo, dia 02/02/2011. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2011/02/o-legado-do-pan-2007/>.

LENIN, Vladimir I. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LENIN, Vladimir I. O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

MARICATO, Ermínia. É a Questão Urbana, estúpido! In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo, SP: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. (1982). Introdução [à Crítica da economia política]. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. [Coleção Os economistas]. Edgard Malagodi e outros (trad.). São Paulo: Abril Cultural. p.3-21.

MARX, K. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular 2008.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTIELO, Edgar Júnior. CAPELA, Paulo. BREILH, Jaime. (ORG). **Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde**. Florianópolis. Copiart, 2010.

MCKINLEY, D. T. FIFA e o complexo desportivo de acumulação in COTTLE (org.). *Copa do Mundo na África do Sul: Um legado pra quem?* Lara Freitas (trad.). Florianópolis: Insular, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MATTOS. M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, M. B. *Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?* 10 de Maio de 2014. **Disponível em** <http://www.revistarubra.org/greves-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas/>. Acesso em 15/5/2014, 00h01min

MANACORDA, Mario Alighiero. (2007). **Marx e a pedagogia moderna**. Newton Ramos-de-Oliveira (trad.). Campinas: Alínea.

NEIVA, Alvaro. *Mega-eventos para quem?* **Classe**. Revista de Política e Cultura da ADUFF. Ano V, n.4, jan./fev./mar. Niterói: ADUFF, 2012. p.44-51.

NOZAKI, Hajime Takeushi; PENNA, Adriana Machado. *O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora*. **Revista Outubro**. N.16, 2.º semestre de 2007. p.201-218.

OURIQUES, N. *Acumulação de Capital e Futebol na América Latina* in: CAPELA E TAVARES (orgs.). **MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: Suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular. 2014.

PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid Danilo (orgs.). **Copa para quem e para quê?** Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

PENNA, A. M. Esporte Contemporâneo: Um novo Templo do Capital Monopolista. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. 2011.

RUSSAU, C. Copa pra quem e pra quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani De Lorenzi. Editorial. Do Pan/Rio à Copa 2014 no Brasil. Que Brasil? E para qual Brasil? **Motrivivência**. Ano XVIII, n.27. Florianópolis: NEPEF/CDS/UFSC. Dezembro de 2006.

SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os senhores dos anéis**: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. Celso Nogueira (trad.). São Paulo: Best Seller, 1992.

TAVARES, Flávia. A terra do “nunca fica pronto”. In **Época**. N. 781, 13 Mai 2013. São Paulo: Globo, 2013.

TAVARES, Otávio. Quem são os vencedores e os perdedores dos Jogos Olímpicos? **Pensar a Prática**. Goiânia, v.8, n.1, Jan./Jun. 2005. p.69-84.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.